

# *Clipping* **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**11 a 15 de maio de 2019**

| OPERAÇÃO RUBI |

# KENNEDY: CIDADE À MERCÊ DA POLÍTICA DOS QUINTA

## Anos após prisão do tio, prefeita e companheiro são alvos agora



CARLOS ALBERTO SILVA - 14/01/2016

Reginaldo Quinta é ex-prefeito de Presidente Kennedy e já foi preso



CARLOS ALBERTO SILVA - 12/04/2017

José Augusto, secretário, e a prefeita Amanda Quinta, sobrinha de Reginaldo

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

Ao longo dos três últimos mandatos, o sobrenome Quinta impera na rica cidade de Presidente Kennedy, campeã na arrecadação de royalties de petróleo no Espírito Santo. Mas foi justamente nesse período que o comando do município, passado do tio Reginaldo Quinta (DEM) para a sobrinha Amanda Quinta (PSDB), tornou-se o centro de escândalos políticos, que incluem rombos milionários aos cofres públicos.

Em meio aos problemas de gestão e aos conflitos protagonizados por membros do próprio clã familiar, a cidade segue sobrecarregada por problemas, que afetam os serviços básicos prestados à população.

Presidente Kennedy voltou aos holofotes esta semana após a atual prefeita, Amanda, ter sido presa em flagrante durante a Operação Rubi, deflagrada pelo Ministério Público Estadual

“  
Para os cidadãos de bem de Kennedy, tudo que está acontecendo machuca, humilha”

BRUNO DAS NEVES SILVA  
(PHS) EX-VEREADOR

(MPES). Ela estava em casa no momento em que uma mochila com dinheiro, supostamente propina, foi deixada por um empresário. Mas a trajetória de escândalos na pequena cidade tem início em 2012, quando o tio de Amanda e então prefeito, Reginaldo Quinta, foi preso pela Polícia Federal acusado

de chefiar uma quadrilha que desviou R\$ 55 milhões dos cofres do município.

Reginaldo teve o mandato cassado. Na reta final das eleições daquele mesmo ano, desistiu de sua candidatura, encampando o nome da sobrinha para substituí-lo no pleito. No entanto, a união familiar que alçou Amanda à chefia do Executivo com 57,65% dos votos não durou muito.

### ROMPIMENTO

Nas eleições de 2016, Reginaldo e Amanda tornaram-se rivais declarados na disputa pela Prefeitura de Kennedy. Críticas públicas de um para o outro tornaram-se comuns, ao ponto de Reginaldo pedir “desculpas” por tê-la indicado ao cargo.

Mas o conflito começou antes e teve como pivô José Augusto de Paiva, o companheiro de Amanda. É o que sustenta o ex-vereador Bruno das Neves Silva (PHS), o Brunão do Povo.

“O Reginaldo levou José

Augusto para Kennedy para fazer parte do primeiro escalão dele. Mas José Augusto se envolveu com Amanda e passou a controlar as ações dela depois que ela assumiu a cidade”, relembra.

Segundo Bruno, por influência de José Augusto, Amanda deixou a casa na qual morava com o tio logo após tornar-se prefeita. A medida que não seguia mais as vontades de Reginaldo, a relação familiar se estremeceu. Em entrevista concedida para A GAZETA em 2016, o próprio Reginaldo afirmou que a sobrinha se afastou em função do companheiro.

José Augusto, que era secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, também está preso.

“Amanda é fantoche. O prefeito mesmo é José Augusto”, enfatiza o ex-vereador Bruno. Mas ele não é o único. Um aliado da prefeita, que não quis se identificar, afirmou o mesmo.

O presidente da Câmara de Presidente Kennedy,

“  
Quem dominava a prefeitura era José Augusto, mas as pessoas não gostavam dele porque ele era topetudo”

THIAGO VIANA (PTN)  
VEREADOR DE KENNEDY

Thiago Viana (PTN), que faz oposição a Amanda, diz que tentou trabalhar junto com a prefeita no início do mandato, mas as tentativas não foram à frente pela interferência de José Augusto. “No começo eu procurei a Amanda várias vezes, mas quem falava comigo era ele. Mas ele também não queria nos

atender, então viramos oposição. Algumas pessoas na rua estão felizes com a saída dele. Ele era metido, intransigente”, avalia.

Já a vereadora Tania Fontana (PRP) elegeu-se no parlame de Amanda, mas também se afastou por motivo semelhante. “O marido dela tomava conta de tudo. Começamos a ter problemas aí, com programas que precisávamos desenvolver, votar, e ele sempre foi muito imperativo, tinha que ser do jeito dele”, conta.

Tania critica a falta de avanços. “Com tanto dinheiro, deveríamos estar num patamar melhor de saúde, educação. Mas as obras começam e não terminam. A prefeitura não tem sede, crianças estudam em casas alugadas porque falta escola”, reclama.

A defesa de Amanda alega que não houve crime e que o dinheiro encontrado na casa da prefeita nada tem a ver com o objeto da investigação da Rubi.

| OPERAÇÃO RUBI |

# Vice-prefeito assume chefia do Executivo

**Dorlei Fontão da Cruz é aliado da prefeita presa e preferiu não comentar a prisão da tuca**

MAÍRA MENDONÇA  
lgoncalves@redgazeta.com.br

O vice-prefeito de Presidente Kennedy, no Sul do Espírito Santo, passou o dia se reunindo com secretários e setores do Executivo municipal para traçar um plano de administração na cidade. Dorlei Fontão da Cruz (PSD) assumiu o comando do município após a atual prefeita, Amanda Quinta (PSDB) – um dos alvos da Operação Rubi –, ter sido afastada do cargo pela Justiça e presa em flagrante, na última quarta-feira.

A prefeita é investigada por suspeita de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propina. Ontem, a Justiça converteu sua prisão em flagrante para preventiva.

Apesar de já ser o prefeito em exercício de Presidente Kennedy, Dorlei afirma que somente a partir da próxima segunda-feira vai “tomar o controle” da gestão do município. Quando questiona-

do sobre como será o futuro da administração da cidade, ele preferiu não se manifestar.

“Eu penso em fazer as coisas com transparência e trabalhar em prol do município. Mas prefiro não falar nada agora, pois ainda estou me inteirando de tudo e posso falar alguma besteira, algo que eu não possa cumprir”, justificou.

Dorlei também preferiu não estender comentários em relação à prisão de Amanda Quinta, da qual é aliado político, e de seu companheiro, o secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, José Augusto de Paiva. Outros dois secre-

*“Penso em fazer as coisas com transparência e trabalhar em prol do município. Mas prefiro não falar nada agora”*

**DORLEI FONTÃO (PSD)**  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

tários – Leandro Rainha, de Assistência Social, e Miguel Ângelo Qualhano, de Obras – também estão afastados das pastas a pedido do Ministério Público estadual (MPES) e caberá a Dorlei nomear os substitutos, o que deverá ocorrer na próxima semana.

No momento, as secretarias não contam com gestores, mas os serviços estão mantidos, de acordo com a assessoria da prefeitura.

“Não há definição se os interinos continuarão ou não após a decisão judicial”, completou a administração municipal, por meio de nota, sobre os substitutos que serão nomeados.

Eleito vereador por quatro mandatos, Dorlei Fontão era presidente da Câmara na época em que o ex-prefeito da cidade e tio de Amanda Quinta Reginaldo Quinta (DEM) foi preso sob a suspeita de liderar uma quadrilha que desviou cerca de R\$ 55 milhões dos cofres da cidade.

Naquele ano, Fontão também foi afastado do cargo em função da mes-



Prefeitura de Presidente Kennedy: novos secretários serão nomeados

ma operação deflagrada pela Polícia Federal, batizada de Lee Oswald. Ele e outros três parlamentares foram acusados de criar uma espécie de escudo em torno do ex-prefeito. A Operação Rubi, deflagrada em 2019, não tem relação com a Operação Lee Oswald, de 2012.

Apenas o nome faz menção àquela. Rubi foi uma adaptação do sobrenome de Jack Ruby, acusado de assassinar Lee Oswald, o homem que matou o presidente John Kennedy, em 1963.

### CÂMARA

Já o presidente da Câmara de Presidente Kennedy, Thiago Viana (PTN), que é um dos opo-

sitores de Amanda Quinta na Casa, afirma que, por enquanto, os vereadores não pretendem fazer nada em relação à situação da prefeita afastada.

A Câmara recebeu, ontem, uma notificação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), que informou a notícia da prisão

preventiva de Amanda.

“Estamos aguardando a Justiça. Não queremos meter os pés pelas mãos. O município já passou por isso há alguns anos e agora isso acontece novamente. É um desgaste muito grande”, avaliou Viana, referindo-se à prisão de Reginaldo Quinta em 2012.

Deflagrada na última quarta-feira, a Operação Rubi aponta Amanda Quinta e o prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT) – o Tininho – como envolvidos em esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propina nas cidades que comandam. Tininho, no entanto, foi preso em flagrante por posse ilegal de arma e liberado após pagar fiança.

## 3 SECRETÁRIOS

De Presidente Kennedy foram afastados na Operação Rubi, além da prefeita Amanda Quinta. As pastas permanecem sem comando e novas nomeações serão feitas.

### ENTENDA

#### OPERAÇÃO RUBI

##### ► O que é

Deflagrada na última quarta-feira, a Operação Rubi, do Ministério Público Estadual (MPES), investigou fraudes em licitações com empresa de limpeza pública nas cidades de Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma e Jaguaré. Entre os crimes investigados estão organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, falsidade documental e corrupção ativa e passiva.

##### ► O esquema

Dois empresários davam dinheiro para agentes públicos em troca de

contratos com as prefeituras. Ao todo, 7 pessoas foram presas.

#### COMO FUNCIONAVA

► **Em Presidente Kennedy** O dinheiro era recebido pelo companheiro da prefeita Amanda Quinta (PSDB) e secretário de Desenvolvimento Econômico, José Augusto de Paiva. Reuniões aconteciam na casa da prefeita. O valor total dos contratos é de cerca de R\$ 14 milhões.

##### ► Em Marataízes

Investigadores afirmam que o dinheiro era entregue ao prefeito Robertino Batista (PDT). O valor total dos



Material apreendido na casa de Amanda Quinta

contratos é de cerca de R\$ 9 milhões.

##### ► Nas outras cidades

As investigações estão em fase inicial.

#### PREFEITOS PRESOS

##### ► Em flagrante

A prefeita de Presidente Kennedy Amanda Quinta (PSDB) e o prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT) – conhecido como Tininho – foram presos durante a operação.

##### ► Motivos

Os prefeitos não eram alvos de mandados de prisão. No entanto, Amanda foi presa em flagrante no momento

em que um empresário deixou uma mochila com R\$ 33 mil na casa dela. Já Tininho foi preso por posse ilegal de arma de fogo e liberado após pagar fiança.

##### ► Prisão preventiva

Ontem, a Justiça converteu a prisão em flagrante de Amanda em prisão preventiva. Ela continua presa, assim como seu companheiro. Já Tininho foi liberado após pagar fiança.

##### ► Vice assumiu

O vice-prefeito de Presidente Kennedy, Dorlei Fontão (PSD), assumiu o comando da prefeitura. Toninho não foi afastado.

# Prefeita de Presidente Kennedy fica na cadeia

Após passar por audiência de custódia, Amanda Quinta teve prisão preventiva decretada e não tem prazo para sair

Tiago Alencar  
Kleber Amorim

**A** audiência de custódia pela qual a prefeita afastada de Presidente Kennedy, no Sul do Estado, Amanda Quinta Rangel (PSDB), passou na manhã de ontem, no Tribunal de Justiça do Estado (TJES), resultou na confirmação de sua prisão pela Corte. Ela havia sido presa em flagrante na quarta-feira, em desdobramento da Operação Rubi, do Ministério Público Estadual (MP-ES).

O relator da ação penal relativa à operação, desembargador Fernando Zardini Antonio, decidiu pela conversão da prisão em flagrante para prisão preventiva. Com isso, ela ficará presa durante a instrução processual, sem prazo para ser liberada. A prefeita foi afastada do cargo ainda na quarta, a pedido do MP-ES, por dois meses.

Amanda, que chegou aos TJ-ES por volta das 9h30 acompanhada de seus advogados, foi ouvida por cerca de uma hora. A audiência começou às 10h. Ela chegou e saiu pela garagem da Corte, sem falar com a imprensa. Um esquema de segurança foi montado no Tribunal, que proibiu qualquer registro da prefeita em suas dependências.

A prefeita, de acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que conduziu a operação, é suspeita de receber propina para beneficiar empresas de limpeza urbana e transporte público em licitações e contratos com o município. No dia do flagrante que culminou em sua prisão, o Gaeco surpreendeu Amanda, em sua residência, com a quantia de R\$ 33 mil, supostamente fruto de propina.

O valor teria sido pago, ainda segundo o Gaeco, pelo proprietário da empresa de limpeza urbana com quem o município mantém contrato em troca de vantagens indevidas. O homem foi preso no interior da casa da prefeita. O suposto esquema vinha sendo monitorado pelo MP-ES desde novembro do ano passado.

Segundo o subprocurador-geral de Justiça do MP-ES, Josemar Moreira, que esteve na audiência de custódia, as suspeitas de que Amanda recebia propina foram confirmadas. "Todas as provas carregadas aos autos confirmam o recebimento de propina por parte da prefeita", destacou ele.



**GAECO vasculhou empresa de limpeza, que estaria envolvida com a prefeita Amanda Quinta (destaque)**

## Presas em cela isolada em presídio

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) alegou motivo de segurança para não informar se a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel (PSDB), divide cela com outras detentas no Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim (CPFCI), para onde foi na quinta-feira.

Uma fonte ligada ao caso afirmou que, por conta do cargo que ocupa, ela está sozinha em cela na galeria de triagem e isolamento. O setor recebe menos presas.

Nas refeições, Amanda estaria comendo o mesmo que as demais

detentas: arroz, feijão, salada e acompanhamento, que geralmente é carne ensopada, galinha frita, steak de frango, carne moída ou ovos mexidos.

Em datas especiais, como o Dia das Mães, amanhã, feijoadas chegam a ser servidas e também é liberada a entrada de salgadinhos assados e fritos, além de refrigerantes.

Ainda segundo a fonte, para a sobremesa as detentas têm direito a frutas, paçoca, mariola ou geleia em barra (a de duas cores, cobertas por açúcar). No café da manhã geralmente são servidos pão com

margarina e café. No lanche da tarde, dois pães com margarina e suco. A Sejus também não confirmou o que é servido às detentas, disse apenas que o cardápio é formado por nutricionistas.

Em 2017, o centro prisional onde Amanda está foi eleito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o único do País em "condições excelentes" com base em dados de inspeções feitas em unidades prisionais femininas do País.

Segundo a Sejus, Amanda foi para lá devido à proximidade com o local da prisão.

## "Preventiva para Amanda é desnecessária", diz defesa

A defesa da prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta, avaliou como desnecessária a conversão da prisão em flagrante para preventiva. Ou seja, Amanda ficará presa durante a fase em que são ouvidas testemunhas e defesa.

"A prefeita já havia sido afastada de forma cautelar do exercício do cargo por 60 dias, bem como proibida de adentrar qualquer órgão da administração pública municipal. Em razão dessa medida não haveria nenhum risco de a prefeita prejudicar as investigações, motivo pelo qual a defesa manejará instrumentos contra a prisão", disse por nota a defesa da prefeita.

Enquanto Amanda continua na prisão, o vice-prefeito Dorlei Fontão da Cruz (PSD) segue à frente da prefeitura desde quinta.

Ele tem feito reuniões em cada secretaria e deve anunciar, semana que vem, os novos secretários de Obras, Assistência Social e Desenvolvimento Econômico. O titular da última pasta foi preso na mesma operação que prendeu a prefeita. Os outros dois estão afastados.

REPRODUÇÃO DE VÍDEO



**PREFEITO Tininho é investigado**

### ENTENDA

## Organização atuava em quatro cidades

### A operação

> O NOME RUBI, segundo o promotor Vitor Anhoque Cavalcanti, faz referência a outra operação que ocorreu em Presidente Kennedy, em 2012, a Lee Oswald. Ela culminou na prisão do então prefeito Reginaldo Quinta, tio de Amanda Quinta. Jack Ruby (Rubi) e Lee Oswald são personagens da cultura norte-americana. Ruby assassinou Lee, acusado de matar o ex-presidente dos EUA, John F. Kennedy, em 1963.

> AMANDA é acusada de trair o tio, "matá-lo politicamente", para ficar no poder em seu lugar.

> O OBJETIVO da operação é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos de Presidente Kennedy, Marataizes, Jaguaré e Piúma por possível direcionamento licitatório

em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e super-

faturamento de contratos administrativos de prestação de serviço.



**CAVALCANTI: referência histórica**

### Os presos na Rubi

> AMANDA QUINTA (prefeita de Presidente Kennedy), José Augusto Paiva (marido da prefeita), Marcelo Marcondes e José Carlos Marcondes (empresários), Cristiano Souto (motorista) e Isaías do Espírito Santo (contador). Robertino Batista (prefeito de Marataizes) foi preso e solto em seguida.

### Prisão preventiva

> EM AUDIÊNCIA de custódia ontem, a Justiça converteu a prisão em flagrante de Amanda em preventiva.

> A PREFEITA, que está afastada cautelarmente da função pública por 60 dias, com a decisão, continuará no presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim.

## Novo comando na Câmara de Marataizes após denúncias

A Câmara de Marataizes tem novo presidente. Erimar Lesqueves (PHS) foi eleito na noite de quinta. Os demais membros da Mesa Diretora serão Carlos de Freitas (PCdoB), vice, e Andrezinho Teixeira (PRP), primeiro-secretário.

A nova Mesa foi eleita após afastamento do presidente Willian Duarte (MDB), do vice Dirlei Marvila dos Santos (PRP) e do primeiro-secretário Carlos Erlei Santana (PCdoB). O Tribunal de Justiça Estadual acatou pedido do partido Patriota, que pediu a anulação da eleição. A legenda apontou que houve manobra para mudar o regimento.

O prefeito de Marataizes, Robertino Batista (PDT), o Tininho, também é investigado e chegou a ser detido na Operação Rubi.

**OPERAÇÃO**

Ela e o noivo são acusados de receber propina de empresário do ramo de limpeza pública

# Justiça decreta prisão preventiva da prefeita de Presidente Kennedy

A Justiça converteu a prisão em flagrante da prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, em prisão preventiva. Foi durante audiência de custódia, realizada ontem. A prefeita, que está afastada cautelarmente da função pública por 60 dias, é um dos alvos da Operação Rubi, deflagrada na quarta-feira. Com a decisão, ela continuará no presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim, para onde foi levada na quinta-feira, durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão na residência dela.

O objetivo da operação – chefiada pelo Ministério Público – é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Pi-

úma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

As investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e parceria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), tiveram início em 2018 e colheram indícios de que agentes políticos e servidores municipais recebiam propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo. Esses valores pagos eram uma forma de retribuição por receberem benefícios financeiros em licitações e contratos, levando ao

Divulgação/MPES



enriquecimento indevido dos envolvidos.

A prefeita, o companheiro dela, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, José Augusto Rodrigues de Paiva, o empresário Marcelo Marcondes Soares e o motorista do empresário Cristiano Graça Souto foram presos em flagrante durante a operação.

O empresário esteve na quarta-feira à tarde na casa da prefeita e carregava R\$ 33 mil dentro de uma mochila, que o MP considera ser para o pagamento de propina. A visita e a presença dos empresários na cidade foram monitoradas desde segunda-feira (06) pela polícia, que efetuou as prisões em flagrante na residência da prefeita.

## POIS ZÉ

**JOSÉ R. BRUMANA** | jbrum



Foto: Invenção de apenas 11 anos

# MPES diz que existe superfaturamento em contratos das prefeituras investigadas pela operação "Rubi"

REDAÇÃO REGIONAL

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), informou ontem que as apurações iniciais da operação "Rubi" apontam que os contratos de limpeza urbana e de transporte público com evidências contundentes de superfaturamento somam mais de R\$ 150 milhões, quando analisado o período de 2013 a 2018. A maior parte desse montante, R\$ 105,7 milhões, é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy.

A Operação Rubi, deflagrada na última quarta-feira, segundo o MPES, tem como objetivo desarticular uma organização criminoso constituída para lesar os cofres dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes públicos e superfaturamento de con-



FOTOS MPES

tratos de prestação de serviço público.

Seis pessoas foram presas preventivamente por participação no esquema, incluindo a prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta, dois secretários municipais afastados e um empresário. Existe um mandado de prisão em aberto contra outro empresário, que está na situação de foragido da Justiça desde a deflagração da operação.

## INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES

As investigações preliminares e as primeiras análises dos documentos e materiais apreendidos durante a operação cha-

mam a atenção dos promotores de Justiça do Gaeco. O gasto total de Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018 chegou a R\$ 89.762.504,83. O valor nesse período é muito superior ao que foi gasto por municípios maiores que Presidente Kennedy em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

A evolução dos gastos de Presidente Kennedy com serviços de transporte na gestão da prefeita afastada, presa em flagrante na última quarta, durante

reunião na casa dela, chamou a atenção dos agentes do Gaeco. De 2014 para 2015, os gastos em Presidente Kennedy saltaram de R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões e evoluíram para R\$ 29 milhões em 2016.

Em 2017, no início do segundo mandato da prefeita afastada, os gastos caíram para R\$ 14 milhões. As justificativas para os vultosos aumentos e para o repentino decréscimo dependem ainda de análises complementares. Outros municípios capixabas guardam uma linha de crescimento sem grandes picos de alta ou baixa.

## TRANSPORTE ESCOLAR

As investigações iniciais do Gaeco-MPES, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), identificaram que não possuem no território ensino superior público federal, estadual, municipal ou privado (com e sem fins lucrativos), Presidente Kennedy se destaca como o que tem maior gasto com transporte escolar entre 2013 e 2018, com mais de R\$ 23 milhões. Domingos Martins

e Marataízes (segundo e terceiro colocados) gastaram pouco mais de R\$ 17 milhões. Chama à atenção porque, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Kennedy conta com 11.742 habitantes, enquanto Domingos Martins e Marataízes possuem 34.757 e 38.670 habitantes, respectivamente.

## LIMPEZA URBANA

A empresa de limpeza urbana, alvo da Operação Rubi, recebeu pagamentos de cerca de R\$ 60 milhões dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018. De acordo com relatório do TCE-ES, dos 30 municípios com menos de 15 mil habitantes, Presidente Kennedy foi a cidade que mais gas-

tou com limpeza pública e coleta de resíduos sólidos (lixo) entre 2013 e 2017: R\$ 16 milhões.

Kennedy gastou mais com coleta de resíduos sólidos que Colatina (R\$ 14 milhões), município com população de 123.598 habitantes e território quase três vezes maior. Presidente Kennedy gasta mais com limpeza urbana por habitante que Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

As apurações prosseguem com as análises dos materiais apreendidos e interrogatório dos investigados presos. Todos os investigados que foram alvo de busca e apreensão, mas não tiveram pedido de prisão solicitado pelo MPES, também serão ouvidos pelos membros do Gaeco. O caso segue sob sigilo de Justiça.



## COMUNICADO

O Município de Ibituba - ES torna público para ciência dos interessados, que estará realizando o Processo Licitatório nº 027/2019 - Pregão Presencial nº 022/2019. Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de filmagem, edição, formatação, inserção de trilha sonora ou locução de vídeo, filmagem com drone, produção de vídeos institucionais e documentários; voltados para mídias convencionais e digitais. Cobertura de Eventos Institucionais

com filmagem e entrevista. Data: 28/05/2019 - Horário: 09:00hs. O Edital poderá ser retirado diretamente no Setor de Licitações, no horário das 08h00min às 11h30min e de 12h30min às 17h00min, na Rua Saromão Fadlalah, 255, Centro, Ibituba-ES ou solicitado através do e-mail: licitacaoibituba2018@gmail.com ou ainda no Site Oficial do Município: www.ibituba.es.gov.br. Informações: Tel.: (28) 3543 - 1411 ou (28) 3543-1654, com Juliana Tornaz Silveira - Presidente da CPL.

## OPERAÇÃO RUBI

# Contratos investigados somam mais de R\$ 150 milhões

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), informa que as apurações iniciais da Operação Rubi apontam que os contratos de limpeza urbana e de transporte público com evidências contundentes de superfaturamento somam mais de R\$ 150 milhões, quando analisado o período de 2013 a 2018. A maior parte desse montante, R\$ 105,7 milhões, é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy.

A Operação Rubi, deflagrada em 8 de maio, tem como objetivo desarticular uma organização criminosa constituída para lesar os cofres dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes públicos e superfaturamento de contratos de prestação de serviço público.

Seis pessoas foram presas preventivamente por participação no esquema, incluindo a prefeita afastada de Presidente Kennedy, dois secretários municipais afastados e um empresário. Existe um mandado de prisão em aberto contra outro empresário, que está na situação de foragido da Justiça desde a deflagração da operação.

As investigações preliminares e as primeiras análises dos documentos e materiais apreendidos durante a operação chamam a atenção dos promotores de Justiça do Gaeco. O gasto total de

Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018 chegou a R\$ 89.762.504,83. O valor nesse período é muito superior ao que foi gasto por municípios maiores que Presidente Kennedy em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

A evolução dos gastos de Presidente Kennedy com serviços de transporte na gestão da prefeita afastada, presa em flagrante no dia 8 de maio, durante reunião na casa dela para pagamento de propina, chamou a atenção dos agentes do Gaeco. De 2014 para 2015, os gastos em Presidente Kennedy saltaram de R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões e evoluíram para R\$ 29 milhões em 2016.

Em 2017, no início do segundo mandato da prefeita afastada, os gastos caíram para R\$ 14 milhões. As justificativas para os vultosos aumentos e para o repentino decréscimo dependem ainda de análises complementares. Outros municípios capixabas guardam uma linha de crescimento sem grandes picos de alta ou baixa.

### TRANSPORTE ESCOLAR

As investigações iniciais do Gaeco-MPES, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), identificaram que dentre os municípios que não possuem no território ensino superior público federal, estadual, municipal ou privado (com e sem fins lucrativos), Presidente Kennedy se destaca como o que tem maior gasto com transporte escolar

Divulgação/MPES



entre 2013 e 2018, com mais de R\$ 23 milhões. Domingos Martins e Marataízes (segundo e terceiro colocados) gastaram pouco mais de R\$ 17 milhões. Chama à atenção porque, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Kennedy conta com 11.742 habitantes, enquanto Domingos Martins e Marataízes possuem 34.757 e 38.670 habitantes, respectivamente.

### LIMPEZA URBANA

A empresa de limpeza urbana, alvo da Operação Rubi, recebeu pagamentos de cerca de R\$ 60 milhões dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018. De acordo com relatório do TCEES, dos 30 municípios com menos de 15 mil habitantes, Presidente Kennedy foi a cidade que

mais gastou com limpeza pública e coleta de resíduos sólidos (lixo) entre 2013 e 2017: R\$ 16 milhões.

Presidente Kennedy gastou mais com coleta de resíduos sólidos que Colatina (R\$ 14 milhões), município com população de 123.598 habitantes e território quase três vezes maior. Presidente Kennedy gasta mais com limpeza urbana por habitante que Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

As apurações prosseguem com as análises dos materiais apreendidos e interrogatório dos investigados presos. Todos os investigados que foram alvo de busca e apreensão, mas não tiveram pedido de prisão solicitado pelo MPES, também serão ouvidos pelos membros do Gaeco. O caso segue sob sigilo de Justiça.

## Fernando Fiuza

3036-9915 - (28) 99989-3561

Psicólogo, Psicanalista, Hipnólogo, Terapeuta de Casal e Familiar, Hábitos Viciosos (fumo, alimentos, drogas e etc.), Dificuldades Sexuais, Seleção Profissional, Teste Vocacional, Porte de Arma, Tratamento de Obesidade (com curso de especialização em Belo Horizonte), individual ou em grupo

Praça Jerônimo Monteiro, nº 15, ed. São Pedro, sala 102, Centro - Cachoeiro  
www.clinicadeorientacaopsicologica.com E-mail: fernandofiuza@yahoo.com.br

# Contratos investigados na Operação Rubi somam mais de R\$ 150 milhões

**Vitória** – Por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) informa que as apurações iniciais da Operação Rubi apontam que os contratos de limpeza urbana e de transporte público com evidências contundentes de superfaturamento somam mais de R\$ 150 milhões, quando analisado o período de 2013 a 2018. “A maior parte desse montante, R\$ 105,7 milhões, é

referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy”, detalha a assessoria do MPES, em mensagem à Rede TC.

Deflagrada em 8 de maio, a Operação Rubi, de acordo com o MPES, tem como objetivo desarticular uma organização criminosa constituída para lesar os cofres dos municípios de Presidente Kennedy, Marataizes, Jaguaré e Piúma por direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes pú-

blicos e superfaturamento de contratos de prestação de serviço público.

Seis pessoas foram presas preventivamente por suposta participação no esquema, incluindo a prefeita afastada de Presidente Kennedy, dois secretários municipais afastados e um empresário. Existe um mandado de prisão em aberto contra outro empresário, que está na situação de foragido da Justiça desde a deflagração da operação.

As investigações preliminares e as primeiras análises dos do-

cumentos e materiais apreendidos durante a operação chamam a atenção dos promotores de Justiça do Gaeco. O gasto total de Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018 chegou a R\$ 89.762.504,83. O valor nesse período é muito superior ao que foi gasto por municípios maiores que Presidente Kennedy em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

# AS POBRES CIDADES RICAS

▄ Situação de cidades como Presidente Kennedy e Marataízes mostra a urgência de boa gestão e fiscalização de recursos dos royalties do petróleo

**S**ó dinheiro, sem bom senso e boa gestão, não resolve a vida de ninguém. A regra vale também para governos, e exemplos claros são os municípios do Sul do Espírito Santo em que jorram recursos do petróleo, mas que, ao mesmo tempo, não têm verba em caixa para pagar o funcionalismo. A estranha posição dessas cidades pode estar sendo agravada ainda pela ganância.

A prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), e o prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT), são acusados de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propina. Os casos ainda são investigados, mas os fatos e os números que cercam os dois municípios já dão embasamento suficiente para uma sentença: a administração dos royalties é equivocada.

Presidente Kennedy é um emblema. A cidade no extremo sul do Estado já chegou a ter o maior PIB per capita do país. Com mais de R\$ 1 bilhão na conta, atrasava salários dos servidores. O motivo da con-

tradição é simples: a lei dos royalties prevê que esses recursos só podem ser usados em investimentos de interesse público e proíbe expressamente o pagamento de folha. A saída dessa sinuca de bico, em bom português, também é mantra de economistas e bons gestores: diversificar a economia.

Enquanto continuarem dependentes do petróleo, esses municípios serão pobres cidades ricas. Terão dinheiro para construir escolas, mas não terão nenhum centavo para contratar professores, por exemplo. Permanecerão estagnados, apesar da fortuna que recebem com a extração.

“  
Enquanto  
continuarem  
dependentes do  
petróleo, esses  
municípios  
permanecerão  
estagnados, apesar  
da fortuna que  
recebem com a  
extração”

O problema não é novo, os debates em torno dele também não. Vale lembrar que o Ministério Público do Espírito Santo criou em 2005 a Comissão de Estudos e Acompanhamento, justamente com o objetivo de auxiliar 15 municípios produtores de petróleo e gás do Estado a utilizar de maneira inteligente os recursos dos royalties. Além de traçar uma radiografia de cada cidade, o grupo elabora propostas de projetos de lei, direciona ações preventivas relacionadas às necessidades específicas da população e orienta conselhos municipais sobre a gestão e a fiscalização do dinheiro. É um trabalho precioso. Tanto que até o município de Alegre, que não é produtor, teve atendido o seu pedido de participar do projeto, por perceber as vantagens para aperfeiçoar as ferramentas de gestão e, assim, alcançar o desenvolvimento. O petróleo é finito, mas as boas práticas de administração não podem ser.

## | OPERAÇÃO RUBI |

# Secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy é preso

**Leandro Rainha estava na casa da prefeita Amanda Quinta quando dinheiro foi encontrado**

▲ **MAÍRA MENDONÇA**  
mmendonca@redgazeta.com.br

O secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy, Leandro Costa Rainha, foi preso em casa na manhã de ontem em decorrência da Operação Rubi, do Ministério Público Estadual (MPES), que investiga um esquema de corrupção e pagamento de propina envolvendo agentes públicos e empresários do setor de limpeza em outros três municípios além de Kennedy: Marataízes, Piúma e Jaguaré.

Rainha é o terceiro membro do Executivo municipal preso na mesma operação. Na quarta-feira, a prefeita Amanda Quinta (PSDB) e seu companheiro, José Augusto de Paiva, que era secretário de Desenvolvi-



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

**Leandro Costa Rainha já estava afastado das funções**

to Econômico da cidade, foram presos em flagrante na residência onde moram.

Eles foram surpreendidos por agentes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

(Gaeco) quando o empresário Marcelo Marcondes deixava uma mochila contendo R\$ 33 mil no local. As suspeitas é que tratava-se de propina.

Na ocasião, Rainha também estava na residência e

### PREFEITA

#### EXPULSÃO AVALIADA

O presidente estadual do PSDB, Vandinho Leite, defende a expulsão da prefeita Amanda Quinta do partido. Uma reunião da sigla para definir o que será feito está marcada para amanhã. "O grupo do governador João Dória tem defendido um código de ética duro no partido e o Espírito Santo tem que começar a dar o exemplo", disse.

foi levado à delegacia, mas foi liberado. Desde então, ele está afastado das funções. O MPES solicitou a prisão preventiva dele na última sexta e o pedido foi aceito pelo Tribunal de Justiça (TJES).

Segundo a Polícia Civil, Rainha foi levado à Delegacia Regional de Itapemirim e depois encaminhado ao Centro de Detenção Provisória (CDP) de Marataízes.

Além de Rainha e de José Augusto, o secretariado de Kennedy possui mais uma baixa, já que o chefe da pasta de Obras, Miguel Angelo, também está afastado em razão da mesma investigação. Caberá ao vice-prefeito, Dorlei Fontão (PSD), que assumiu o comando da cidade, nomear novos secretários.

Sobre a nova prisão, o prefeito em exercício declarou: "Se houve a prisão é porque a Justiça está achando alguma coisa errada. Temos que trabalhar com seriedade na prefeitura. A cidade tem que ser consertada". A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Leandro Costa Rainha.

(Com colaboração de Beatriz Caliman)

## Companheiro de Amanda segue preso

▲ O companheiro da prefeita Amanda Quinta (PSDB), José Augusto de Paiva, teve a prisão em flagrante convertida em preventiva e não tem prazo para deixar a cadeia. Ele, que era secretário de Desenvolvimento Econômico de Presidente Kennedy, é acusado pelo Ministério Público Estadual (MPES) de coordenar um esquema de corrupção no município.

Outros investigados também tiveram a prisão preventiva decretada: o contador Isaias Pacheco, o motorista Cristiano Graça Souto, o empresário Marcelo Marcondes Soares e o empresário José Carlos Marcondes que está foragido.

OPERAÇÃO RUBI

# Secretário de Amanda é preso

**Leandro Rainha, da pasta da Assistência Social de Kennedy, estava presente ao pagamento da suposta propina à prefeita**

**Alessandro de Paula  
Tiago Alencar**

**E**m mais um desdobramento da Operação Rubi, do Ministério Público Estadual (MP-ES), o secretário da Assistência Social afastado de Presidente Kennedy, Leandro Rainha, teve a prisão preventiva decretada pelo Tribunal de Justiça (TJ-ES).

O mandado de prisão contra Leandro foi cumprido na manhã de ontem. Ele foi encaminhado para o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Marataízes, conforme informações repassadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Na última quarta-feira, o secretário chegou a ser levado para a delegacia após o flagrante, durante uma abordagem do Grupo de Atuação Especial de Combate ao

Crime Organizado (Gaeco), na casa da prefeita afastada e presa, Amanda Quinta (PSDB).

Ele estava presente no momento em que um empresário do Rio de Janeiro pagava R\$ 33 mil de uma suposta propina à chefe do Executivo, para ser beneficiado em licitações. A defesa de Amanda nega.

Apesar de ter sido conduzido à delegacia, junto com outras seis pessoas, Leandro foi liberado na quarta-feira, sendo preso ontem.

A Justiça também mandou prender preventivamente: José Augusto Rodrigues de Paiva, marido de Amanda; o empresário Marcelo Marcondes Soares, proprietário da empresa que estaria pagando a propina; Isaias Pacheco, contador do município; além do motorista Cristiano Graça Souto. Eles estão presos em Viana.

Já o empresário José Carlos Marcondes Soares, que está foragido, teve a prisão temporária convertida em preventiva.

Na última sexta-feira, o TJ-ES converteu a prisão da prefeita afastada Amanda Quinta de flagrante para preventiva. Ela segue presa no presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim, segundo a Secretaria da Justiça (Sejus).

As investigações do Gaeco também têm na mira os municípios de Marataízes – onde o prefeito Roberto Batista (PDT) acabou preso por estar com porte de arma vendida, sendo liberado após pagar fiança – Jaguaré e Piúma.

Esses municípios teriam firmado ou estariam prestes a firmar contratos com as empresas acusadas de oferecer propina em troca de protagonismo em licitações que começaram em novembro de 2018.



AMANDA está no presídio feminino de Cachoeiro. Leandro Rainha (destaque) foi levado ao CDP de Marataízes

FOTOS: THIAGO COLUIMHO - 10/05/2019 E DIVULGAÇÃO

OS NÚMEROS

**33 mil**  
reais seria o valor da propina

**4 cidades**  
investigadas na Operação Rubi

ENTENDA O CASO

## Propina em troca de contratos de limpeza

**Operação**

> A OPERAÇÃO Rubi, do Ministério Público Estadual (MP-ES), executada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), investiga, desde novembro do ano passado, o recebimento de propina por parte dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma, para beneficiar empresas de limpeza urbana e transporte público em licitações de contratos.

**Flagrantes**

> NA ÚLTIMA QUARTA-FEIRA, um dos desdobramentos da operação foi um suposto flagrante na casa da prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, no momento em que um empresário do Rio de Janeiro, que mantém uma empresa de limpeza e conservação na cidade do litoral sul do Estado, entregava R\$33 mil em suposta propina à prefeita, conforme informações do Gaeco.

**Presos**

> O TRIBUNAL DE JUSTIÇA converteu de flagrante para preventiva as prisões de: Amanda Quinta, José Augusto Rodrigues de Paiva, Marcelo Marcondes Soares, Isaias Pacheco e Cristiano Graça Souto. Já Leandro Rainha, após ter sido liberado na quarta-feira, foi preso ontem.

> JOSÉ CARLOS MARCONDÉS SOARES, que está foragido, teve a prisão temporária convertida em preventiva.

## PSDB prepara expulsão

Eleito recentemente o presidente do diretório estadual do PSDB, o deputado Vandinho Leite (PSDB) afirmou que não descarta a expulsão da prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta, da sigla.

“Pessoalmente, vou defender a expulsão da prefeita”, afirmou Vandinho, na edição de ontem da coluna Plenário, de **A Tribuna**.

Ainda de acordo com o presidente tucano no Espírito Santo está marcada para amanhã uma reunião que vai discutir a permanência ou não de Amanda Quinta no partido.

Na Executiva eleita em 2017, quando o ex-vice-governador César Colnago (PSDB) foi escolhido para presidir a sigla – após uma disputa ferrenha com o prefeito de Vila Velha, Max Filho –, Amanda ficou como terceira vice-presidente do PSDB.

Um dos feitos de Amanda pela sigla tucana foi conseguir ser reeleita para a Prefeitura de Presidente Kennedy. Nas eleições municipais de 2016, ela obteve 5.643 vo-

tos, ou seja, 53,52% da preferência dos eleitores do município.

Amanda chegou à prefeitura em 2012, para suceder seu tio, Reginaldo Quinta, no comando do município.

Nessa época, ela concorreu ao cargo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleita com 5.238 votos.



VANDINHO: reunião amanhã

## Prefeita e tio se encontram

Um cena de novela. Foi assim que pessoas próximas aos familiares da prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel (PSDB), resumiram o reencontro dela com seu tio, o ex-prefeito Reginaldo Quinta, na prisão.

Segundo informações, Reginaldo Quinta teria ido visitar a sobrinha no presídio de Cachoeiro de Itapemirim. Eles não se falam desde 2012, quando romperam relações por questões políticas.

Amanda é acusada de traír o tio, que a elegeu sua sucessora, uma vez que foi afastado da prefeitura após ser preso na Operação Lee Oswald, da Polícia Federal, em abril do mesmo ano, acusado de desviar mais de R\$ 50 milhões dos cofres públicos.

Apesar de ter tentado ir prestar solidariedade à sobrinha, Reginaldo não teria sido bem recebido por ela, que chegou a dizer que não falaria com ele.

No entanto, ainda de acordo com informações de pessoas próximas ao tio da prefeita, ele teve

sucesso na segunda tentativa. O diálogo teria girado em torno de um pedido de desculpa da parte dele, além de um lembrete acerca do fato de ela ter sido avisada sobre a índole de seu marido, José Augusto Paiva. Ele seria o real administrador da cidade.



REGINALDO buscou reconciliação

## Defesa deve entrar com habeas corpus no STJ

Uma das medidas que a defesa da prefeita afastada e presa de presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), deve tentar para reverter sua prisão é entrar com um pedido de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo juristas ouvidos pela reportagem.

O recurso deve ser apresentado ao longo desta semana. Quem defende a prefeita é o advogado Altamiro Thadeu.

Por meio de uma nota enviada à imprensa, o advogado chegou a dizer que a prisão da chefe do Executivo municipal era “desnecessária e exagerada”.

“A prefeita já havia sido afastada de forma cautelar do exercício do cargo por 60 dias, bem como proibida de adentrar qualquer órgão da administração pública municipal”, disse Altamiro.



FACHADA DA PREFEITURA de Presidente Kennedy: cidade corre o risco de ficar parada, como aconteceu em 2012

### OPERAÇÃO RUBI

## Eleitor de Kennedy teme suspensão de serviços

O clima nas ruas de Presidente Kennedy é de preocupação. O medo dos moradores é que serviços e obras sejam suspensos como ocorreu em 2012, após a Operação Lee Oswald.

Naquela ocasião, 28 pessoas foram presas, inclusive o então prefeito Reginaldo dos Santos Quinta, que é tio da atual prefeita, Amanda Quinta, afastada e presa preventivamente pela Operação Rubi.

“Eu espero que os benefícios e os serviços não sejam cortados. Da outra vez, parou tudo. A população não pode sofrer com os erros dos outros. Se as pessoas recebem os benefícios sociais é porque precisam”, disse a dona de casa Sabrina da Silva, 33 anos.

Em função da Operação Lee Oswald, em 2012, centenas de funcionários contratados foram dispensados, serviços e contratos foram suspensos pela prefeitura.

Caminhões e veículos oficiais ficaram parados, sem poder abastecer, devido à suspensão de contrato com posto de combustível.

O comerciante Everton Magalhães Costa, 20, está preocupado com a possibilidade de queda no movimento nas lojas.

“Já passamos por isso uma vez, em 2012. Foi horrível. Os serviços pararam, os salários ficaram atrasados e o comércio foi prejudicado. A maioria das pessoas depende da

“A maioria das pessoas depende da prefeitura. Já passamos por isso em 2012. Foi horrível! A cidade parou”

Everton Magalhães Costa, comerciante

prefeitura”, disse o comerciante.

O funcionário público Valdemir Rainha, 54, lamentou o resultado da operação. “O lado triste é ver uma cidade com tanto recurso passar por uma situação como essa. É lamentável. Agora, vamos acompanhar a decisão da Justiça”.

Ele disse que a preocupação maior é com os contratados da empresa denunciada pelo Ministério Público. “O medo é que percam seus empregos, pois está muito difícil. Afeta toda a cidade”, diz.

A professora Gleisieres Bahiense Fontana, 38, afirma que fica envergonhada ao ver a cidade envolvida em denúncias de corrupção.

“Fiquei chocada, pois, em 2012, vivemos uma situação parecida, inclusive com intervenção judicial, fruto da incapacidade de gerir o município. Quanto mais dinheiro, mais manobras. Muitos estão ricos e o povo sofre”, observa.

## Mudança em três secretarias

Na primeira semana como prefeito interino de Presidente Kennedy, além de tentar fazer com que o município retome sua rotina, Dorlei Fontão da Cruz (PSD) também deverá mexer em alguns nomes do secretariado.

O prefeito define amanhã ou, no máximo, até a próxima terça-feira quem vai assumir as vagas deixadas pelos três secretários afastados dos seus cargos em função da Operação Rubi, do Ministério Público Estadual (MP-ES).

Dois secretários da gestão da prefeita afastada e presa, Amanda Quinta Rangel (PSDB), tiveram suas prisões preventivas decretadas pela Justiça: Leandro da Costa Rainha, da Assistência Social; e José Augusto Rodrigues de Paiva, de



DORLEI terá R\$ 1,3 bi em caixa

Desenvolvimento Econômico, que também é marido de Amanda.

Além deles, o secretário de Obras, Miguel Ângelo Lima, foi afastado do cargo.

Ex-vereador por quatro mandatos, Dorlei não está usando o gabinete da prefeita afastada. Ele continua atendendo em sua sala de vice-prefeito, que funciona em um prédio próximo às dependências da prefeitura.

Novas contratações e empenhos estão suspensos até segunda ordem, mas obras e serviços foram mantidos, inclusive com a empresa alvo de investigação, que cuida da limpeza pública.

A prefeitura tem R\$ 1,3 bilhão em caixa, devido aos recursos dos royalties do petróleo.

## **PSDB define hoje expulsão da prefeita de Kennedy**

A prefeita afastada e presa de Presidente Kennedy, Amanda Quinta, poderá ter seu futuro dentro do PSDB definido hoje, em reunião, às 18 horas, na sede regional do partido, que fica na Enseada do Suá, em Vitória.

Amanda, que está presa desde a última quarta-feira e foi alvo da Operação Rubi, por suposto recebimento de R\$ 33 mil em propina, poderá ser expulsa da sigla.

“Amanhã (hoje) vamos ter uma posição. Temos de discutir esse tema mesmo”, disse o secretário-geral do tucanato capixaba, o deputado estadual Emílio Mameri.

Para o parlamentar, a possível expulsão da prefeita estaria de acordo com a “faxina ética” que tem defendido o governador de São Paulo, João Dória, hoje maior liderança do PSDB no País.

Dória tem defendido a expulsão de ex-caciques, como o deputado federal Aécio Neves (MG).

## | OPERAÇÃO RUBI |

# Amanda Quinta deve ser ouvida no presídio

**MPES vai interrogar investigados presos e analisar documentação apreendida na ação**

**VINÍCIUS VALFRÉ**  
vpeireira@redogazeta.com.br

O Ministério Público do Espírito Santo (MPES) vai interrogar investigados presos na Operação Rubi, que apura esquema de cobrança de propina em troca de contratos de serviços em prefeituras do interior do Estado. Entre os detidos, a prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), e o companheiro dela e secretário de Desenvolvimento da cidade, José Au-

gusto de Paiva Rodrigues.

Os interrogatórios ocorrerão nos próximos dias, de acordo com as informações disponibilizadas ontem pelo MPES. Os investigadores também prosseguirão com a análise da documentação apreendida em 25 endereços na última semana.

Os alvos de busca e apreensão, que não tiveram pedido de prisão solicitado pelo Ministério Público, também serão ouvidos. O MPES suspeita de direcionamento de licitações de limpeza pública e transporte coletivo e de pagamento de propinas em Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma.



Amanda Quinta foi presa na última quarta-feira

São investigados crimes como os de corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, falsidade documental e fraude em licitações.

Na última quarta-feira, os investigadores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) flagraram empresário entregando mochila com R\$ 33 mil na casa de Amanda Quinta. Segundo o MPES, os pagamentos eram mensais.

Ela foi presa em flagrante, depois teve a prisão convertida para preventiva. A prefeita está em presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim. O

companheiro dela, José Augusto, apontado como líder do esquema e mentor político de Amanda, teve prisão preventiva decretada. Ele era um dos participantes da reunião que recepcionou o empresário com o dinheiro.

### MARATAÍZES

Em Marataízes, os investigadores também encontraram dinheiro na casa do prefeito, Robertino Batista, o Tininho (PDT), cerca de R\$ 16 mil. Durante o cumprimento do mandado de busca, uma arma foi encontrada na casa dele e o prefeito acabou preso. Foi solto após pagar fiança.

## | INVESTIGAÇÃO NO ES |

# Contratos alvos de operação somam R\$ 150 milhões

**Maior parte da quantia é referente à Prefeitura de Presidente Kennedy, de acordo com o MPES**

Os contratos de limpeza urbana e de transporte público investigados na Operação Rubi por suspeitas de superfaturamento somam mais de R\$ 150 milhões no período de 2013 a 2018. A maior parte do montante - R\$ 105,7 milhões - é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy. Também são alvo da operação os municípios de Marataízes, Piúma e Jaguaré.

As informações são do Ministério Público Estadual (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Espe-

cial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a partir das investigações preliminares e das primeiras análises de documentos e materiais apreendidos na operação, deflagrada na última quarta-feira.

O gasto de Presidente Kennedy com transporte coletivo no período analisado foi de R\$ 89.762.504,83. O valor é superior ao que foi

gasto por cidades maiores em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

### QUEDA

De acordo com o Ministério Público, de 2014 para 2015, os gastos da prefeitura de Kennedy com transporte passaram R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões, e subiram para R\$ 29 milhões em 2016. Já em 2017, início do segundo mandato da prefeita afastada, as despesas caíram para R\$ 14 milhões.

Ainda não há conclusões para explicar os aumentos depois o decréscimo.

Com o apoio do Tribunal de Contas do Estado

**R\$ 89,7 MILHÕES**

É quanto a Prefeitura de Presidente Kennedy gastou com transporte coletivo, feito por empresas contratadas, entre 2013 e 2018.



Apreensão feita pela Operação Rubi em Kennedy

(TCES), o MP identificou que entre os municípios que não possuem no território ensino superior público federal, estadual, municipal ou privado, Presidente Kennedy se destaca como o que tem maior gasto com transporte escolar entre 2013 e 2018, com mais de R\$ 23 milhões.

Em relação à limpeza urbana, os pagamentos somam R\$ 60 milhões em Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018. Dos 30 municípios com menos de 15 mil habitantes, Kennedy foi a cidade que mais gastou com limpeza e coleta de resíduos sólidos entre 2013 e 2017: R\$ 16 milhões.

### ENTENDA

#### ► Operação Rubi

Deflagrada há 7 dias, a Operação Rubi, do MPES, investiga fraudes em licitações com empresas nas cidades de Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma e Jaguaré.

#### ► Prefeita presa

A prefeita de Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), foi presa em flagrante em casa após o empresário Marcelo Marcondes chegar ao local com uma mochila contendo R\$ 33 mil. A suspeita é que tratava-se de propina. O companheiro de Amanda, José Augusto de Paiva, e outras 4 pessoas também estão presas.

#### ► Valores

Os contratos de limpeza urbana e de transporte público investigados na operação que podem ter sido superfaturados somam mais de R\$ 150 milhões de 2013 a 2018. Do total, R\$ 105,7 milhões são referentes a contratos firmados entre quatro empresas e a Prefeitura de Kennedy.

# Custo da limpeza de Presidente Kennedy supera o de Vila Velha

**Investigação do MPES.** Município do Sul do estado gasta mais que Colatina e Vila Velha, por exemplo, que têm mais habitantes

Investigada por suspeita de superfaturamento de contratos, a prefeitura de Presidente Kennedy, no Sul do estado, gasta, por habitante, mais que o dobro com limpeza pública do que o município de Vila Velha, na Grande Vitória, por exemplo.

As investigações do MPES (Ministério Público Espírito Santo) apontam que só com a empresa de limpeza urbana, alvo da Operação Rubi, a prefeitura de Presidente Kennedy gastou R\$ 16 milhões entre 2013 e 2017, para atender a 11.742 moradores, o que equivale a um valor médio de R\$ 1.362,62 por habitante. Para efeito de comparação: Vila Velha tem um contrato de limpeza pública de 2013 a 2018, segundo a Transparência municipal, no valor de R\$ 247.078.164,40, para atender 486.208 pessoas. Um recurso que resulta em uma taxa de R\$ 508 por morador.

O MP apontou ainda que Presidente Kennedy gastou mais com coleta de resíduos sólidos que Colatina. O município da região Norte tem 123.598 habitantes e território quase três vezes maior, mas que gastou R\$ 14 milhões.

Gastos com transpor-



Presidente Kennedy gasta, em média, R\$ 1.362,62 por pessoa em contrato de limpeza pública (INVESTIGAÇÃO)

te escolar também são investigados pelos promotores de Justiça. A análise apontou que o valor investido por Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018 chegou a R\$ 89.762.504,83. Dinheiro muito superior ao gasto por municípios maiores em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38), de acordo com o MP.

A evolução dos gastos de Kennedy com serviços

de transporte na gestão da prefeita afastada, Amanda Quinta Rangel, presa em flagrante na quarta-feira passada (08), durante reunião na casa dela para pagamento de propina, chamou a atenção dos agentes do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). De 2014 para 2015, os gastos no município passaram de R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões e evoluíram para R\$ 29 milhões em 2016.

#### Superfaturamento

As apurações do Gaeco apontam que há evidências de fa-

turamento que soma R\$ 150 milhões em contratos de limpeza urbana e transporte público nos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma e Jaguaré. A maior parte do montante, R\$ 105,7 milhões é referente a contratos entre quatro empresas investigadas e Presidente Kennedy. A prefeitura de Presidente Kennedy foi procurada, mas não deu retorno até o fechamento desta edição.



LETÍCIA ORLANDI  
 METRO ESPÍRITO SANTO

#### Entenda

##### Operação Rubi foi deflagrada na última quarta-feira

- **Municípios.** O superfaturamento em contratos está sendo investigado em Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma e Jaguaré.
- **Valores.** As investigações do MPES apontam superfaturamento total de R\$ 150 milhões em quatro contratos, sendo R\$ 105,7 milhões só no município de Presidente Kennedy.
- **Operação Rubi.** Foi deflagrada na semana passada para desarticular uma organização criminosa constituída para lesar os cofres dos quatro municípios. O esquema envolvia direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes públicos e superfaturamento de contratos de prestação de serviços públicos.
- **Flagrante.** A prefeita

de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, foi presa em flagrante na última quarta ao receber R\$ 33 mil em propina, que os promotores afirmam ser valor mensal recebido para favorecer o esquema.

- **Prisões.** A prefeita Amanda Quinta Rangel foi levada para o presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim. Os demais presos foram encaminhados para o presídio de Viana. Entre eles está o companheiro da prefeitura, dois secretários municipais afastados e um empresário.
- **Foragido.** Há um mandado de prisão em aberto contra um empresário desde a semana passada. Ele é considerado foragido.
- **Apurações.** Segundo o MP, os materiais apreendidos estão sendo analisados e está sendo feito o interrogatório dos presos.

# Saqueada pelos políticos , diz leitor sobre Presidente Kennedy

A prisão da prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), e do companheiro dela e secretário de Desenvolvimento da cidade, José Augusto de Paiva Rodrigues, repercutiu entre os leitores do Gazeta Online. Ambos foram detidos no âmbito da Operação Rubi, que apura esquema de cobrança de propina em troca de contratos de serviços em prefeituras do interior do Estado.

Os gastos do governo do Estado com a judicialização da saúde e os transtornos no calçadão de Camburi devido ao desrespeito às regras de convivência por usuários de bicicletas e patinetes também foram tema de comentários dos internautas, na página do portal no Facebook. Confira as opiniões:

## Saúde

Sobre os R\$ 600 milhões gastos pelo Estado entre 2015 e 2018 com casos que foram para a Justiça

Triste é a população ter que entrar na Justiça para ter o direito à assistência médica garantido. Com essa alta carga tributária que pagamos, era para termos hospitais de primeira. (Cristiano Oliveira)

## Política

Sobre prefeita de Presidente Kennedy , investigada por suspeita de pagamento de propina

Gente, não vai ser fácil acabar com esse círculo vicioso de corrupção desses políticos! Todo município deveria passar por uma auditoria, para conferir como está sendo aplicado o nosso dinheiro. (Lurdes Camisqui)

## Política 2

A cidade recebe muito dinheiro do petróleo, mas é saqueada pelos políticos. Nunca fui, mas dizem que a estrutura da cidade é de uma cidade pobre, o que não condiz com os valores que recebe. (Allan Fabiane de Brito Silva)

## Política 3

Presidente Kennedy é mais uma cidade do Espírito Santo em que os políticos roubam o dinheiro que deveria ser investido em educação, saúde e muitos

outros projetos. Quem sofre com esse desvio de dinheiro público é a população. (Marcio Silva)

## Cais das Artes

Sobre obra do complexo cultural , sem conclusão garantida pelo governo Casagrande

Isso é obra do Hartung, então Casagrande não mexe. A Leste-Oeste ficou nesse lenga-lenga por quase 10 anos. Enquanto tiver esse tipo de obras que o sucessor não mexe, as coisas continuam do jeito que estão. (Douglas Costa)

## Cais das Artes 2

Elefante branco, dinheiro do povo jogado fora. Onde estão os administradores do Estado que permitiram essa vergonha? Já foram gastos milhões e não terminaram a obra. (Dalcy Hespanhol)

## Patinetes

Sobre grupo organizar racha de patinete elétrico em Vitória

Sou morador de Jardim Camburi e uso a orla com frequência. Os ciclistas que usam a ciclovia estão achando que é uma pista de corrida ou que estão disputando com os patinetes. Eu quase sofri dois acidentes e desisti de andar. Até para ir à praia tem que ter educação e respeito. Por favor, não corram no calçadão com nenhum tipo de veículo. (Gabriel Teixeira)

## Patinetes 2

O calçadão está sinalizado, até com mão e contramão para o espaço ser otimizado. Mas tem quem não obedece, e a gente fica sem saber para que lado a criatura vai para não trombar... (Monika Gimenes)

## Patinetes 3

Poxa vida, o prefeito coloca diversão com os patinetes, e há até mesmo quem use para ir ao trabalho, e as pessoas criam problemas. O ser humano é difícil. (Ruth Lucas)

## Site:

# Operação Rubi: Mais de R\$ 150 milhões desviados

**LUCAS PISA**

TAG: PREFEITA DE PRESIDENTE KENNEDY,  
GASTOS, CORRUPÇÃO, IRREGULARIDADES,  
GAECO, PRISÕES, MINISTÉRIO PÚBLICO,  
SUPERFATURAMENTO DE CONTRATOS,  
MARATAÍZES

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>  
**DES-06.53.13-06.55.10-1557837343.mp4****

# Acusados presos por desviar verba nos municípios vão ser submetidos a interrogatório

TAG: PREFEITA DE PRESIDENTE KENNEDY,  
GASTOS, CORRUPÇÃO, IRREGULARIDADES,  
GAECO, PRISÕES, MINISTÉRIO PÚBLICO,  
SUPERFATURAMENTO DE CONTRATOS,  
MARATAÍZES

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>  
[DES-08.38.01-08.39.14-1557840645.mp4](#)**

# Cinco pessoas são presas no Sul do ES em operação do MP

**LEANDRO MANHÃES**

TAG: MINISTÉRIO PÚBLICO, OPERAÇÃO RUBI,  
CORRUPÇÃO, PROPINA, PREFEITA DE  
PRESIDENTE KENNEDY, AUDIÊNCIA DE  
CUSTÓDIA, PROCESSO, PRISOES, GAECO

**Multimídia:**

[http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/09/090519\\_tv gazeta  
\\_es1sul\\_mpf\\_cinco.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/09/090519_tv gazeta<br/>_es1sul_mpf_cinco.mp4)

# Vídeo mostra prefeita de Presidente Kennedy sendo presa

Imagens gravadas por câmeras na última semana, mostram o momento em que a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), presa esta semana, foi levada à delegacia de Itapemirim junto com seu marido José Augusto de Paiva, que também foi preso. Em seguida, ela sai do local em direção ao Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim.

Veja a prisão da prefeita de Presidente Kennedy:

## VICE NO COMANDO APÓS PRISÃO DE PREFEITA

O vice-prefeito de Presidente Kennedy, no Sul do Espírito Santo, passou o dia se reunindo com secretários e setores do Executivo municipal para traçar um plano de administração na cidade. Dorlei Fontão da Cruz (PSD) assumiu o comando do município após a atual prefeita, Amanda Quinta (PSDB) - um dos alvos da Operação Rubi - , ter sido afastada do cargo pela Justiça e presa em flagrante, na última quarta-feira(08). A prefeita é investigada por suspeita de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propina.

Apesar de já ser o prefeito em exercício de Presidente Kennedy, Dorlei afirma que somente a partir da próxima segunda-feira vai tomar o controle da gestão do município. Quando questionado sobre como será o futuro da administração da cidade, ele preferiu não se manifestar. Eu penso em fazer as coisas com transparência e trabalhar em prol do município. Mas prefiro não falar nada agora, pois ainda estou me inteirando de tudo e posso falar alguma besteira, algo que eu não possa cumprir, justificou.

> Operação Rubi: Prefeitos de Kennedy e Marataízes envolvidos em esquema

Dorlei também preferiu não estender comentários em relação à prisão de Amanda Quinta, da qual é aliado político, e de seu companheiro, o secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, José Augusto de Paiva. Outros dois secretários - Leandro Rainha, de Assistência Social, e Miguel Ângelo Qualhano, de Obras - também estão afastados das pastas a pedido do **Ministério Público** estadual (MPES) e caberá a Dorlei nomear os substitutos, o que deverá ocorrer na próxima semana. No momento, as secretarias estão

sem gestores, mas os serviços estão mantidos, de acordo com a assessoria da prefeitura.

Não há definição se os interinos continuarão ou não após a decisão judicial, completou a administração municipal, por nota, sobre os substitutos que serão nomeados.

> Presidente Kennedy e Marataízes: royalties não se traduzem em melhorias

Eleito vereador por quatro mandatos, Dorlei Fontão era presidente da Câmara na época em que o ex-prefeito da cidade e tio de Amanda Quinta, Reginaldo Quinta (DEM) foi preso sob a suspeita de liderar uma quadrilha que desviou cerca de R\$ 55 milhões dos cofres da cidade. Na época, Fontão também foi afastado do cargo em função da mesma operação deflagrada pela Polícia Federal, conhecida como Lee Oswald. Ele e outros três parlamentares foram acusados de criar uma espécie de escudo em torno do ex-prefeito. A Operação Rubi, deflagrada em 2019, não tem relação com a Operação Lee Oswald, de 2012.

## NA CÂMARA

Já o presidente da Câmara de Presidente Kennedy, Thiago Viana (PTN), que é um dos opositores de Amanda Quinta na Casa, afirma que por enquanto os vereadores não pretendem fazer nada em relação à situação da prefeita afastada. A Câmara recebeu, nesta sexta-feira (9), uma notificação do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, que informou a notícia da prisão preventiva de Amanda.

Estamos aguardando a Justiça. Não queremos meter os pés pelas mãos. O município já passou por isso há alguns anos e agora isso acontece novamente. É um desgaste muito grande, avaliou Viana, referindo-se à prisão de Reginaldo Quinta em 2012.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/video-mostra-prefeita-de-presidente-kennedy-sendo-presa-1014180459.html>

# Prisão de companheiro da prefeita de Presidente Kennedy é mantida

Preso desde a última quarta-feira (7), o secretário de Desenvolvimento Econômico de Presidente Kennedy, José Augusto de Paiva, teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela Justiça nesta sexta-feira (10) e não tem prazo para deixar a cadeia.

José Augusto, que é também o companheiro da prefeita da cidade, Amanda Quinta (PSDB), é acusado pelo **Ministério Público** Estadual (MPES) de coordenar um esquema de recebimento de propina e de superfaturamento de contratos envolvendo a prefeitura da cidade e uma empresa de limpeza.

Assim como José Augusto, Amanda Quinta também está atrás das grades e teve a prisão preventiva decretada na quinta-feira (8). Os dois estavam em casa quando foram surpreendidos pela Operação Rubi no momento em que um empresário deixava uma mochila com R\$ 33 mil na residência.

Na ocasião, também estava no local o secretário de Assistência Social da prefeitura, Leandro da Costa Rainha, que prestou depoimento na delegacia no mesmo dia, foi liberado, mas também teve a prisão preventiva determinada pelo Tribunal de Justiça (**TJES**) e acabou preso na manhã deste sábado (10).

Outros acusados de integrar o esquema de corrupção e que já estavam presos também tiveram a prisão preventiva decretada. São eles: o contador Isaias Pacheco do Espírito Santo, o motorista Cristiano Graça Souto e o empresário Marcelo Marcondes Soares.

Já o empresário José Carlos Marcondes Soares, que também teve prisão preventiva decretada, está foragido, segundo informações do **Ministério Público** Estadual.

**Site:**

**<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/prisao-de-companheiro-da-prefeita-de-presidente-kennedy-e-mantida-1014180448.html>**

# Secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy é preso

O secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy , Leandro Costa Rainha , foi preso em casa na manhã deste sábado (10) em mais uma etapa da Operação Rubi , do **Ministério Público** Estadual ( MPES ), que investiga um esquema de corrupção e pagamento de propina envolvendo agentes públicos e empresários do setor de limpeza em outros três municípios além de Kennedy: Marataízes, Piúma e Jaguaré.

A prisão de Rainha foi confirmada pela assessoria de imprensa da prefeitura de Presidente Kennedy. Ele é o terceiro membro do Executivo municipal a ser preso esta semana na mesma operação. Na última quarta-feira (7), a prefeita Amanda Quinta ( PSDB ) e seu companheiro José Augusto de Paiva, que atuava como secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, também foram presos.

> Presidente Kennedy: uma cidade à mercê da política dos Quinta

Na mesma ocasião, Rainha também foi levado à delegacia, mas prestou depoimento e foi liberado. Desde então, ele está afastado de suas funções na prefeitura.

A Polícia Civil informou que o secretário foi encaminhado à Delegacia Regional de Itapemirim, em cumprimento de mandado de prisão preventiva solicitado pelo **Ministério Público**. Ele será encaminhado ainda neste sábado ao Centro de Detenção Provisória (CDP) de Marataízes.

> Vice está no comando de Presidente Kennedy após prisão de Amanda Quinta

Amanda Quinta foi presa em flagrante durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão na casa dela. Policiais e agentes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) depararam-se com a realização de uma reunião com a presença de agentes públicos e de um empresário. Este havia levado à residência uma mochila contendo R\$ 33 mil . A suspeita é que o dinheiro seria usado para pagamento de propina.

A defesa da prefeita sustenta, no entanto, que não houve crime algum . Na sexta-feira (10) a prisão da tucana foi convertida em preventiva , por tempo

indeterminado. Ela segue no Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim.

Mais informações em instantes.

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/secretario-de-assistencia-social-de-presidente-kennedy-e-preso-1014180430.html>

# Operação Rubi: secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy é preso

**Redação Folha Vitória**

O secretário afastado de Assistência Social de Presidente Kennedy, Leandro da Costa Rainha, foi preso na manhã deste sábado (11). A prisão faz parte dos trabalhos da Operação Rubi, deflagrada pelo **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), na última quarta-feira (08), para desarticular esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propinas.

O **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**) decretou a prisão preventiva de Rainha e do contador Isaias Pacheco do Espírito Santo, atendendo a requerimentos do MPES. Segundo o **Ministério Público**, o secretário estava na casa da prefeita do município, Amanda Quinta, quando houve o flagrante do recebimento de propina de R\$ 33 mil. Ele chegou a ser levado para a delegacia após o flagrante, mas, na ocasião, foi liberado pela Polícia Civil.

Em audiência de custódia, realizada na sexta-feira (10), em Cachoeiro de Itapemirim, a Justiça também converteu a prisão em flagrante do secretário de Desenvolvimento Econômico de Presidente Kennedy, José Augusto Rodrigues de Paiva, do empresário Marcelo Marcondes Soares e do motorista Cristiano Graça Souto em prisão preventiva. Além disso, o empresário José Carlos Marcondes Soares, que está foragido, teve a prisão temporária convertida em preventiva pelo relator do processo no **TJES**.

José Augusto Rodrigues de Paiva, Marcelo Marcondes Soares, Cristiano Graça Souto, José Carlos Marcondes Soares, Leandro da Costa Rainha e Isaias Pacheco do Espírito Santo, além da prefeita Amanda Quinta Rangel, presa preventivamente, estão entre os alvos da operação do MPES.

Presídio

O relator do processo no **TJES**, desembargador Fernando Zardini, já tinha convertido a prisão em flagrante da prefeita Amanda Quinta Rangel em prisão preventiva. Com a decisão, Amanda continuará no presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim, para onde foi levada na quarta-feira, após o cumprimento de mandados de busca e apreensão na residência dela. Os demais presos, incluindo o companheiro da prefeita, o secretário José Augusto Rodrigues de

Paiva, estão no presídio de Viana.

O objetivo da operação é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

As investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e parceria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), tiveram início em 2018 e colheram fortes indícios de que agentes políticos e servidores municipais recebiam propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo. Segundo as investigações, esses valores pagos eram uma forma de retribuição por receberem benefícios financeiros em licitações e contratos, levando ao enriquecimento indevido dos envolvidos.

**Notícias Relacionadas:**

TRIBUNA ONLINE - ES  
Operação Rubi: secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy é preso

**Site:**

<https://novo.folhavitoria.com.br/politica/noticia/05/2019/o-peracao-rubi-secretario-de-assistencia-social-de-presidente-kennedy-e-preso>

tempo, que não se sustentaria sozinha. Ela achava que devia continuar com o relacionamento para que os negócios do casal não tivessem prejuízo. Entre as agressões relatadas, ela conta que o ex-marido chamava-a de burra na frente de clientes do casal.

Só fui descobrir que fui vítima de abuso no ano passado. Aqui no interior é a coisa mais normal trair e tratar mal, desabafa, acrescentando que o pai sempre foi ríspido com a mãe e visto como o chefe da casa.

Ao longo do casamento, de acordo com Susete, ele teve depressão por se sentir desprezada e manipulada pelo ex-marido. Logo no início, percebi que era muito ciumento, mas na época achava até legal, me sentia valorizada pelos ciúmes dele, não imaginei que fosse traço de abusador. Com 22 anos, tive meu filho, o Guilherme. Depois disso, ele [ex-marido] começou a ter atitudes bem grosseiras quanto ao meu corpo, começou a me maltratar e isso foi se intensificando, e fui ficando cada vez mais fechada, triste, meu comportamento foi mudando, conta.

Para ela, sair com os amigos e voltar a socializar tem sido uma tarefa difícil. O problema é que foi muito tempo [de relacionamento]. Então, nunca estive na noite sozinha, sem uma pessoa, um amparo. Ele era um amuleto na noite também, eu o via como figura protetora. Mesmo me fazendo mal, eu o enxergava como uma figura de proteção. Levei muito tempo para começar a sair, e não digo nem pra conhecer outros homens, mas com as minhas amigas. Levei mais de um ano para jantar fora.

Susete diz que, ao reunir as histórias para o livro, encontrou força e, atualmente, não há mais vergonha em deixar que outras pessoas saibam que ela foi vítima de violência. O que mais me fez bem em escrever esse livro, além de me curar das culpas que senti quanto ao meu relacionamento, foi não ter mais vergonha nenhuma de dizer que sou uma vítima. No passado, sim, eu tinha. Hoje, não tenho mais. Às vezes, as vítimas podem imaginar que só se matar é que é a saída, mas é possível, sim, sair [do ciclo de violência]. Há momentos em que a gente se vê sem saída, só pensa em se matar, que ou fica com a pessoa, ou morre, sente um desespero de não conseguir, e isso não é vergonha. Não é gente que tem que se envergonhar, e sim eles [os agressores] que devem ter vergonha por deixar a gente nesse estado, afirma.

De acordo com a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, somente em fevereiro deste ano - dado mais atualizado apresentado pela pasta - foram registrados 2.953 casos de ameaça contra mulheres, 1.777 ocorrências de lesão corporal, 102 estupros e 23 tentativas de feminicídio. Naquele mês, um feminicídio

se consumou.

#### **Notícias Relacionadas:**

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES

Vítimas de violência devem buscar na psicologia resgate da autoestima

#### **Site:**

**<https://novo.folhavoria.com.br/geral/noticia/05/2019/vitimas-de-violencia-devem-buscar-na-psicologia-resgate-da-autoestima>**

# MP detalha passo a passo das prisões na Operação Rubi no sul do ES

*Por Jackson Rangel Vieira*

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e da Polícia Militar, deflagrou na quarta-feira (08/05) a Operação Rubi. O objetivo é desarticular e colher provas relativas à atuação de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

Durante a operação, foram presas cinco pessoas, entre elas a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, e o companheiro dela, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, José Augusto Rodrigues de Paiva. Ambos foram presos em flagrante na quarta-feira (08/05) ao receberem propina de R\$ 33 mil.

As investigações do Gaeco, com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e parceria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), tiveram início em 2018 e colheram fortes indícios de que agentes políticos e servidores municipais recebiam propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo. Esses valores pagos eram uma forma de retribuição por receberem benefícios financeiros em licitações e contratos, levando ao enriquecimento indevido dos envolvidos.

Fotos do dia 08/05

Fotos do dia 09/05

Além da prefeita e do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, José Augusto Rodrigues de Paiva, foram presos em flagrante outras duas pessoas - o empresário Marcelo Marcondes Soares e o motorista do empresário Cristiano Graça Souto, que consta como sócio formal da empresa de limpeza urbana. O empresário esteve ontem (08/05) à tarde na casa da prefeita para entregar R\$ 33 mil de propina,

que estavam dentro de uma mochila. A visita e a presença de todos na cidade foi monitorada desde segunda-feira (dia 06/05) pela polícia, que efetuou as prisões em flagrante na residência da prefeita.

Além desse acompanhamento, as investigações permitiram realizar outras duas vigilâncias aos investigados nos meses de novembro e abril que reforçaram, naquela ocasião, os indicativos de pagamento de propina e confirmaram o padrão de atuação dos empresários e agentes públicos.

A operação consistiu, inicialmente, no cumprimento de cinco mandados de prisão temporária, cinco mandados de afastamento funcional de agentes públicos e 11 mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos. Além de 25 mandados de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo nove em Presidente Kennedy.

Buscas

No momento das buscas e apreensões na casa da prefeita Amanda Quinta Rangel, três das pessoas com mandados de prisão temporária emitidos pela Justiça estavam lá - o secretário José Augusto Rodrigues de Paiva, o empresário Marcelo Marcondes Soares e o motorista do empresário Cristiano Graça Souto. A prefeita não tinha mandado de prisão, mas, diante do flagrante do recebimento de propina, foi detida. Os cinco foram presos em flagrante.

Também foi preso temporariamente na operação de ontem Isaias Pacheco do Espírito Santo, contador da empresa que participa ativamente das transações.

A prefeita Amanda Quinta foi levada para o presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim. Já o companheiro dela e os outros três presos foram encaminhados para o presídio de Viana.

Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco em Marataízes (5 ao total), em Jaguaré (2), em Piúma (1), em Cachoeiro de Itapemirim (1), em Linhares (1), em Jerônimo Monteiro (1), em Vitória (1), em Vila Velha (1) e no Estado do Rio de Janeiro (2). Todos os mandados de prisão temporária e de busca e apreensão foram emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo. Foram os

alvos das ações residências de investigados e dependências de órgãos públicos e empresas suspeitas de integrar o esquema.

Ao todo, cinco membros do **Ministério Público** (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e por policiais militares. A partir de agora, eles vão analisar documentos, computadores, dados e depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

Os crimes investigados estão previstos no Dec-Lei nº 201/67, na Lei nº 12.850/13 (organização criminosa), Lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei nº. 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa, passiva e falsidade documental.

#### Investigações

Após a deflagração da Operação Rubi, o subprocurador-geral de Justiça Judicial do MPES, Josemar Moreira, o coordenador do Gaeco-Central, promotor de Justiça Bruno S. Noya de Oliveira, os promotores de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti, Luis Felipe Scalco Simão e Tiago Boucault Pinhal, o chefe do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES, Tenente-coronel da Polícia Militar Celso Luiz Ferrari, e o secretário-geral de Controle Externo do TCEES, Rodrigo Lubiana Zanotti, concederam entrevista coletiva à imprensa na manhã de hoje para detalhar a operação e o esquema de fraudes investigados.

"Com a grande movimentação financeira e os royalties do petróleo, o MPES adotou um olhar diferenciado para a administração pública de Presidente Kennedy. As investigações começaram em 2017 e evidenciaram práticas de corrupção passiva e ativa pela ordenadora de despesa do município, o companheiro dela e empresários de empresas públicas de limpeza. O **Ministério Público** aplicou as medidas cautelares e corroborou diligências investigatórias, oitivas de testemunhas e provas documentais que confirmaram as fraudes nos processos licitatórios", destacou o subprocurador-geral de Justiça Judicial do MPES, Josemar Moreira, um dos coordenadores da operação.

As apurações tiveram início com denúncias anônimas e depois contou com o depoimento de testemunhas importantes, algumas ligadas à empresa de limpeza urbana. "A investigação foi iniciada após notícias anônimas e depoimentos que denunciaram a omissão deliberada da prefeita de Presidente Kennedy para que o companheiro atuasse como gestor da cidade. Ambos celebravam contratos indevidos com empresas de transporte coletivo e limpeza urbana", informou Vitor Anhoque Cavalcanti, um dos responsáveis pela

Operação Rubi.

#### Atuação

Segundo o promotor de Justiça do Gaeco, as testemunhas informaram que os encontros pessoais entre os donos da empresa de limpeza com a cúpula da administração de Presidente Kennedy ocorriam, geralmente, na casa da prefeita. Assim, os agentes do Gaeco passaram a monitorar, de forma aleatória, esses encontros, sempre próximo às datas de pagamento do município à empresa envolvida no esquema. O empresário Marcelo Marcondes Soares, acompanhado de Cristiano Graça Souto, sócio formal da empresa, sacavam o dinheiro em uma agência bancária de Presidente Kennedy e depois se dirigiam imediatamente até a casa da prefeita para fazer os pagamentos. O primeiro monitoramento foi em novembro de 2018. Depois foi repetido em abril e na quarta-feira. Este último culminou com o flagrante. Assim, a operação foi deflagrada quando iria ocorrer o pagamento, por volta das 16 horas.

De acordo com os promotores de Justiça, ainda não é possível definir o valor total desviado. Com o aprofundamento das apurações, o montante poderá ser estimado.

O secretário-geral de Controle Externo do TCEES, Rodrigo Lubiana, destacou, entretanto, que a empresa de limpeza urbana alvo da operação recebeu pagamentos de cerca de R\$ 60 milhões dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018. Os levantamentos agora serão aprofundados. "Pontualmente, levantamos algumas informações de inteligência das empresas contratadas e valores pagos, por exemplo, para subsidiar a atuação do MPES com informações estratégicas. A partir de agora faremos uma análise completa do material colhido durante as apreensões, para apontar possíveis conluios e, eventualmente, quantificar o dano", disse Lubiana.

#### Marataízes

As fraudes contratuais e irregularidades também foram constatadas em Marataízes, município administrado pelo prefeito Robertino Batista da Silva. "O MPES identificou que a mesma dinâmica ocorria no município de Marataízes. O prefeito do município, também suspeito do crime de corrupção passiva, foi alvo de um mandado de busca e apreensão na manhã desta quinta-feira (09/05). Entretanto, ainda precisamos consolidar as informações em relação aos objetos e valores arrecadados. Ainda de acordo com elementos nos autos, o prefeito e a esposa viajaram para São Paulo e tiveram a hospedagens e espetáculos de teatros custeadas como contraprestação de

pagamentos nos valores dos contratos firmados", afirmou.

Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência do prefeito de Marataízes, nesta quinta-feira, os policiais militares e integrantes do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES apreenderam R\$ 16.450,00 em dinheiro e uma arma. O prefeito foi preso em flagrante em razão da apreensão de arma de fogo sem registro. Ele foi levado para a Delegacia de Itapemirim.

Em relação ao prefeito de Marataízes, a Justiça não acatou o pedido de afastamento funcional dele.

Já em relação às investigações envolvendo os municípios de Jaguaré e Piúma, o promotor de Justiça explicou que ainda estão no início. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão nas sedes das prefeituras e secretarias dessas cidades para recolher os contratos de limpeza pública, firmados com a mesma empresa investigada em Presidente Kennedy.

Também foram cumpridos nesta quinta-feira dois mandados de busca e apreensão na Prefeitura de Jaguaré e no Serviço de Abastecimento de Água (SAAE) do município.

Os presos na Operação Rubi:

- Amanda Quinta Rangel, prefeita de Presidente Kennedy;
- José Augusto Rodrigues de Paiva, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico
- Marcelo Marcondes Soares, empresário
- Cristiano Graça Souto, motorista
- Isaias Pacheco do Espírito Santo, contador da empresa de limpeza urbana

Prisão em Marataízes

- Robertino Batista da Silva, prefeito de Marataízes, foi preso na manhã de hoje em flagrante em razão da apreensão de arma de fogo sem registro

Fonte: folhados.com

**Site: <https://www.folhados.com/noticia/politica-denuncia/51055/mp-detalha-passo-passo-das-prisoes-na-operacao-rubi-no-sul-es>**

# Secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy, ES, é preso na Operação Rubi

*Por G1 ES e TV Gazeta*

O secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy, Leandro Rainha, foi preso na manhã deste sábado (11) por agentes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Ele é suspeito de participação no esquema criminoso de recebimento de propina para favorecer empresários em licitações de serviços prestados para a prefeitura do município.

O G1 tenta localizar o advogado do secretário.

Na quarta-feira (8), ainda na primeira fase da Operação Rubi, deflagrada pelo **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), Leandro Rainha já havia sido encaminhado para prestar depoimento na delegacia da cidade. No entanto, após ser ouvido, ele foi liberado.

O secretário estava afastado do cargo desde a última quinta-feira (9) por decisão do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**.

A Polícia Civil informou que a investigação está sob sigilo e não divulgou o motivo da prisão de Leandro Rainha. Ele está preso no Centro de Detenção Provisória de Marataízes.

A prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), também foi presa durante a Operação Rubi. Nesta sexta-feira (10), Amanda teve sua prisão em flagrante convertida para preventiva. A audiência de custódia foi presidida pelo desembargador Fernando Zardini.

Com a decisão da Justiça, Amanda Quinta permanece presa no Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim até a realização da próxima audiência, que ainda não tem data para acontecer.

O desembargador também determinou que Amanda continue afastada do cargo de prefeita de Kennedy. O vice-prefeito Dorlei Fontão já assumiu a administração da cidade.

O advogado de Amanda Quinta e do marido dela, José

Augusto Rodrigues de Paiva, que também foi preso, declarou que não houve crime e nem flagrante durante a Operação Rubi. Altamiro Tadeu Frontino Sobreiro disse que a prefeita e o empresário investigado não estavam no mesmo local e nem tiveram contato um com o outro.

O advogado disse também que os recursos encontrados na residência de Amanda e José Augusto não têm relação com a investigação do **Ministério Público** do ES.

Amanda Quinta é uma das cinco pessoas que foram presas na Operação Rubi do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), deflagrada na quarta-feira (8) em cidades do Sul do Estado.

Segundo o MPES, Amanda foi presa em flagrante no momento em que participava de uma reunião com empresários e agentes públicos na casa dela, onde receberia propina.

Ainda segundo o MP, na casa de Amanda, no cômodo onde as pessoas participavam da reunião, estava uma mochila com mais de R\$ 30 mil em dinheiro.

A Operação Rubi teve o objetivo de desarticular e colher provas referentes a uma organização criminosa que deu prejuízos aos cofres públicos em várias cidades da região Sul do Estado.

Um mandado de busca e apreensão foi cumprido na casa de Amanda Quinta. Residências de investigados e dependências de órgãos públicos e de empresas suspeitas de integrar o esquema também foram procuradas por agentes do Gaeco.

Segundo o **Ministério Público**, as investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo como contraprestação a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enriquecimento indevido dos envolvidos.

A partir de agora, a equipe responsável vai analisar documentos, computadores, dados colhidos durante a

operação. Vai também ouvir, nas próximas semanas, depoimentos de investigados e testemunhas.

Ao todo, cinco membros do **Ministério Público** (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e por policiais militares.

Veja o plantão de últimas notícias do G1 Espírito Santo

**Site:** <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/05/11/secretario-de-assistencia-social-de-presidente-kennedy-es-e-presos-na-operacao-rubi.ghtml>

# Vídeo mostra prefeita de Presidente Kennedy sendo presa (Com o companheiro)

Imagens gravadas por câmeras na última semana, mostram o momento em que a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), presa esta semana, foi levada à delegacia de Itapemirim junto com seu marido José Augusto de Paiva, que também foi preso. Em seguida, ela sai do local em direção ao Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim.

Veja a prisão da prefeita de Presidente Kennedy:

## VICE NO COMANDO APÓS PRISÃO DE PREFEITA

O vice-prefeito de Presidente Kennedy, no Sul do Espírito Santo, passou o dia se reunindo com secretários e setores do Executivo municipal para traçar um plano de administração na cidade. Dorlei Fontão da Cruz (PSD) assumiu o comando do município após a atual prefeita, Amanda Quinta (PSDB) - um dos alvos da Operação Rubi - , ter sido afastada do cargo pela Justiça e presa em flagrante, na última quarta-feira(08). A prefeita é investigada por suspeita de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propina.

Apesar de já ser o prefeito em exercício de Presidente Kennedy, Dorlei afirma que somente a partir da próxima segunda-feira vai tomar o controle da gestão do município. Quando questionado sobre como será o futuro da administração da cidade, ele preferiu não se manifestar. Eu penso em fazer as coisas com transparência e trabalhar em prol do município. Mas prefiro não falar nada agora, pois ainda estou me inteirando de tudo e posso falar alguma besteira, algo que eu não possa cumprir, justificou.

> Operação Rubi: Prefeitos de Kennedy e Marataízes envolvidos em esquema

Dorlei também preferiu não estender comentários em relação à prisão de Amanda Quinta, da qual é aliado político, e de seu companheiro, o secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, José Augusto de Paiva. Outros dois secretários - Leandro Rainha, de Assistência Social, e Miguel Ângelo Qualhano, de Obras - também estão afastados das pastas a pedido do **Ministério Público** estadual (MPES) e caberá a Dorlei nomear os substitutos, o que deverá ocorrer na próxima semana. No momento, as secretarias estão

sem gestores, mas os serviços estão mantidos, de acordo com a assessoria da prefeitura.

Não há definição se os interinos continuarão ou não após a decisão judicial, completou a administração municipal, por nota, sobre os substitutos que serão nomeados.

> Presidente Kennedy e Marataízes: royalties não se traduzem em melhorias

Eleito vereador por quatro mandatos, Dorlei Fontão era presidente da Câmara na época em que o ex-prefeito da cidade e tio de Amanda Quinta, Reginaldo Quinta (DEM) foi preso sob a suspeita de liderar uma quadrilha que desviou cerca de R\$ 55 milhões dos cofres da cidade. Na época, Fontão também foi afastado do cargo em função da mesma operação deflagrada pela Polícia Federal, conhecida como Lee Oswald. Ele e outros três parlamentares foram acusados de criar uma espécie de escudo em torno do ex-prefeito. A Operação Rubi, deflagrada em 2019, não tem relação com a Operação Lee Oswald, de 2012.

## NA CÂMARA

Já o presidente da Câmara de Presidente Kennedy, Thiago Viana (PTN), que é um dos opositores de Amanda Quinta na Casa, afirma que por enquanto os vereadores não pretendem fazer nada em relação à situação da prefeita afastada. A Câmara recebeu, nesta sexta-feira (9), uma notificação do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, que informou a notícia da prisão preventiva de Amanda.

Estamos aguardando a Justiça. Não queremos meter os pés pelas mãos. O município já passou por isso há alguns anos e agora isso acontece novamente. É um desgaste muito grande, avaliou Viana, referindo-se à prisão de Reginaldo Quinta em 2012.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/video-mostra-prefeita-de-presidente-kennedy-sendo-presa-1014180459.html>

# Secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy é preso (Operação Rubi)

O secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy , Leandro Costa Rainha , foi preso em casa na manhã deste sábado (10) em mais uma etapa da Operação Rubi , do **Ministério Público** Estadual ( MPES ), que investiga um esquema de corrupção e pagamento de propina envolvendo agentes públicos e empresários do setor de limpeza em outros três municípios além de Kennedy: Marataízes, Piúma e Jaguaré.

A prisão de Rainha foi confirmada pela assessoria de imprensa da prefeitura de Presidente Kennedy. Ele é o terceiro membro do Executivo municipal a ser preso esta semana na mesma operação. Na última quarta-feira (7), a prefeita Amanda Quinta ( PSDB ) e seu companheiro José Augusto de Paiva, que atuava como secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, também foram presos.

> Presidente Kennedy: uma cidade à mercê da política dos Quinta

Na mesma ocasião, Rainha também foi levado à delegacia, mas prestou depoimento e foi liberado. Desde então, ele está afastado de suas funções na prefeitura.

A Polícia Civil informou que o secretário foi encaminhado à Delegacia Regional de Itapemirim, em cumprimento de mandado de prisão preventiva solicitado pelo **Ministério Público**. Ele será encaminhado ainda neste sábado ao Centro de Detenção Provisória (CDP) de Marataízes.

> Vice está no comando de Presidente Kennedy após prisão de Amanda Quinta

Amanda Quinta foi presa em flagrante durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão na casa dela. Policiais e agentes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) depararam-se com a realização de uma reunião com a presença de agentes públicos e de um empresário. Este havia levado à residência uma mochila contendo R\$ 33 mil . A suspeita é que o dinheiro seria usado para pagamento de propina.

A defesa da prefeita sustenta, no entanto, que não houve crime algum . Na sexta-feira (10) a prisão da tucana foi convertida em preventiva , por tempo

indeterminado. Ela segue no Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim.

Mais informações em instantes.

#### Notícias Relacionadas:

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES

Secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy é preso (Operação Rubi)

#### Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/secretario-de-assistencia-social-de-presidente-kennedy-e-preso-1014180430.html>

# Mais um secretário da prefeitura de Presidente Kennedy foi preso

OPERAÇÃO RUBY, MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESPÍRITO SANTO, MPES, FRAUDE, PREFEITURA,  
PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY,  
PREFEITO, PRISÃO, SECRETÁRIO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POLÍCIA CIVIL,  
MARATAÍZES, CONTRATO, SUPERFATURAMENTO,  
CORRUPÇÃO, PROPINA, JAGUARÉ, PIUMA,  
AMANDA QUINTA, JOSÉ AUGUSTO PAIVA,  
CENTRO DE TRIAGEM DE VIANA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/11/TVGAZETAAFGL>**

**[OBOES-19.26.53-19.28.27-1557614229.mp4](#)**

# Secretário de Assistência Social de Presidente Kennedy, ES, é preso pela Operação Rubi

**LEANDRO MANHÃES**

TAG: CORRUPÇÃO, PROPINA, PRISÕES,  
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESO,  
AFASTAMENTO DE CARGO, OPERAÇÃO RUBI,  
MINISTÉRIO PÚBLICO, PREFEITA, GAECO

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/11/110519\\_tv gazeta  
\\_es1sul\\_mpf\\_secretario.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/11/110519_tv gazeta<br/>_es1sul_mpf_secretario.mp4)**

# Prisão de prefeita é assunto do dia em Presidente Kennedy

**EDUARDO DIAS**

TAG: PRISÃO DE PREFEITOS, OPERAÇÃO RUBI,  
MINISTÉRIO PÚBLICO, GAECO, DINHEIRO DE  
PROPINA , CORRUPÇÃO, INVESTIGAÇÕES,  
INTERROGATÓRIOS, LICITAÇÕES

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/05/13/RDIOCBNVITRIA  
925FMES-06.22.37-06.24.51-1557757554.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/05/13/RDIOCBNVITRIA925FMES-06.22.37-06.24.51-1557757554.mp3)**

# Fraudes descobertas na operação Rubi somam mais de 150 milhões de reais em quatro municípios do Sul do estado- PARTE 01

**GEIZA ANDRADE**

TAG: OPERAÇÃO RUBI, GAECO, FRAUDES, CORRUPÇÃO, IRREGULARIDADES, SUPERFATURAMENTO DE CONTRATOS, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/05/14/RDIOBANDNEW>  
[SFM901ES-06.47.23-06.49.22-1557858798.mp3](#)**

# Fraudes descobertas na operação Rubi somam mais de 150 milhões de reais em quatro municípios do Sul do estado- PARTE 02

**GEIZA ANDRADE**

TAG: OPERAÇÃO RUBI, GAECO, FRAUDES, CORRUPÇÃO, IRREGULARIDADES, SUPERFATURAMENTO DE CONTRATOS, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/05/14/RDIOBANDNEW-SFM901ES-08.41.39-08.43.34-1557859737.mp3>**

# Operação Rubi: contratos de limpeza e transporte investigados somam mais de R\$ 150 milhões

TAG: OPERAÇÃO RUBI, GAECO, CORRUPÇÃO, MINISTÉRIO PÚBLICO, PRESIDENTE KENNEDY, MARATAÍZES, COLATINA, PIÚMA, IRREGULARIDADES, NA SERRA, PROPINA, CONTRATOS SUPERFATURADOS

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/140519\\_tv gazeta\\_es2sul\\_mpf\\_opera%c3%a7ao.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/140519_tv gazeta_es2sul_mpf_opera%c3%a7ao.mp4)**

# PSDB abre processo para expulsar prefeita de Presidente Kennedy (Amanda Quinta)

Por unanimidade, a Executiva estadual do PSDB abriu um processo disciplinar de expulsão da prefeita afastada de Presidente Kennedy , Amanda Quinta , que foi presa em flagrante em decorrência da Operação Rubi , do **Ministério Público** Estadual (MPES).

A reunião da Executiva aconteceu na noite desta segunda-feira (13). De acordo com o presidente regional do partido, o deputado estadual Vandinho Leite , o caso agora será avaliado pelo Conselho de Ética do PSDB, que irá apurar os fatos ocorridos para fazer o enquadramento legal do caso com base no estatuto do partido. O prazo para conclusão do processo é de 30 dias.

> Presidente Kennedy: uma cidade à mercê da política dos Quinta

De acordo com Vandinho, que já defendeu publicamente a expulsão de Amanda Quinta, a retirada da tucana da sigla não poderia ocorrer sem esse procedimento, que é previsto pelo estatuto.

## A PRISÃO

Amanda Quinta foi presa por agentes do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) no momento em que um empresário deixava uma mochila com R\$ 33 mil no local. A suspeita é que o dinheiro seja para pagamento de propina.

> Não houve crime , alega defesa da prefeita de Kennedy, Amanda Quinta

O companheiro de Amanda, José Augusto de Paiva , foi preso na mesma ocasião e ambos já tiveram a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva. Outras quatro pessoas, incluindo agentes públicos da cidade, como o secretário de Assistência Social, Leandro Costa Rainha, também estão presas.

## Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/psdb-abre-processo-para-expulsar-prefeita-de-presidente-kennedy-1014180713.html>

# Após prisão de prefeita de Presidente Kennedy, vice pede orações (Operação Rubi)

Prefeito em exercício de Presidente Kennedy desde a última quinta-feira (9), Dorlei Fontão ( PSD ), que até então era o vice, divulgou uma carta na qual pede torcida e orações à população para que o município entre novamente nos trilhos.

"Concluo, pedindo e esperando que todos colaborem, torçam e até com orações, para que este ente federado, o Município de Presidente Kennedy-ES, possa sair da excepcionalidade de governança e voltar o quanto antes à normalidade político-administrativa, constitucionalmente estatuída", diz um dos trechos da carta.

Fontão assumiu o comando da cidade após a prefeita Amanda Quinta (PSDB) ter sido presa em flagrante durante a Operação Rubi , do **Ministério Público Estadual (MPES)**. Além dela, outros dois membros do Executivo Municipal estão na cadeia: José Augusto de Paiva , que era secretário de Desenvolvimento Econômico e companheiro da prefeita, e Leandro Costa Rainha , que era chefe da pasta de Desenvolvimento Social.

Todos são investigados por suspeita de participação em um esquema de corrupção e pagamento de propina, que envolvia agentes da prefeitura e donos de uma empresa de limpeza, de acordo com o MPES. O secretário de Obras da cidade, Miguel Angelo, não foi preso, mas está afastado do cargo.

Em sua carta, Fontão afirma que o mandato como chefe da prefeitura tem previsão de 60 dias e prometeu trabalhar com transparência.

"Atuaremos com a maior transparência possível para disponibilizar e permitir os bons e profícuos trabalhos dos competentes órgãos de investigação e, igualmente, oportunizar todo o trabalho de defesa dos suspeitos, investigados e/ou acusados", afirma.

Em outro trecho, ele reafirma seu compromisso em cuidar das finanças de Kennedy, município que mais arrecada recursos de royalties de petróleo em todo o Estado. "Tenho ciência do Poder Discricionário do Agente Público, mas, sei da vinculação constitucional e legal das verbas públicas pré-destinadas (os recursos carimbados), e vamos procurar atuar de acordo com a lei", diz.

Fontão, no entanto, ainda não falou sobre a previsão de anúncio dos nomes que comandarão as pastas das quais os secretários foram afastados.

Leia a carta completa:

1. Eu, DORLEI FONTÃO, cidadão e eleitor deste Município, em pleno gozo de todos os direitos civis e políticos previstos nas leis deste país, venho, por meio desta Nota Oficial, comunicar a todos os brasileiros, espiritosantenses e, mormente a toda a população de Presidente Kennedy que, cumprindo o meu dever institucional e legal, na qualidade de VICE-PREFEITO, ASSUMI AS FUNÇÕES DE PREFEITO MUNICIPAL, na última quinta-feira, dia 09 de maio deste ano, perante à Câmara Municipal, em cumprimento de Mandado expedido para efetividade de respeitável Decisão Judicial expedida pela autoridade competente; cuja ordem afastou a Prefeita Municipal do exercício do seu cargo, pelo prazo de 60 (sessenta dias) dias.

2. Também por ordem judicial, foram afastados, no mesmo ato, vários agentes (Secretários), funcionários e/ou servidores desta Municipalidade, para que sejam procedidas as devidas investigações de ações, atos, condutas e procedimentos suspeitos de incompatibilidade com o exercício de cargos ou funções de natureza pública. Assim, a Administração Municipal está excepcional.

3. Procurarei desempenhar o meu papel constitucional de Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal, com o máximo respeito, buscando harmonia institucional com o Poder Legislativo deste Município, com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo deste Estado, além de parcerias com o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES), o Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministérios Públicos Estadual e Federal. Atuaremos com a maior transparência possível para disponibilizar e permitir os bons e profícuos trabalhos dos competentes órgãos de investigação e, igualmente, oportunizar todo o trabalho de defesa dos suspeitos, investigados e/ou acusados.

4. Rogo a Deus que nos ilumine e, rogo, também, a toda a população para que tenha fé e esperança, compreendendo que estaremos vivendo uma situação de anormalidade político-administrativa, qual seja: a INTERINIDADE ORA INICIADA, com prazo previsto

de 60 dias.

5. Tenho ciência do Poder Discricionário do Agente Público, mas, sei da vinculação constitucional e legal das verbas públicas pré-destinadas (os recursos carimbados), e vamos procurar atuar de acordo com a lei.

6. Concluo, pedindo e esperando que todos colaborem, torçam e até com orações, para que este ente-federado, o Município de Presidente Kennedy - ES, possa sair da excepcionalidade de governança e voltar o quanto antes à normalidade político-administrativa, constitucionalmente estatuída.

Gabinete do Prefeito no exercício da interinidade,  
Presidente Kennedy - ES - Brasil, em 13 de maio de  
2019

**Site:**

***<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/apos-prisao-de-prefeita-de-presidente-kennedy-vice-pede-oracoes-1014180699.html>***

# Operação Rubi: contratos de limpeza e transporte investigados somam mais de R\$ 150 milhões

Por G1 ES

Apurações iniciais da Operação Rubi apontam que os contratos de limpeza urbana e de transporte público, com evidências de superfaturamento, somam mais de R\$ 150 milhões em quatro municípios do Espírito Santo, no período de 2013 a 2018.

A maior parte desse montante, R\$ 105,7 milhões, é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy, município onde, inclusive, a prefeita Amanda Quinta foi presa.

As informações são do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

A Operação Rubi, deflagrada em 8 de maio, tem como objetivo desarticular uma organização criminoso constituída para lesar os cofres dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes públicos e superfaturamento de contratos de prestação de serviço público.

Seis pessoas foram presas preventivamente por participação no esquema, incluindo a prefeita afastada de Presidente Kennedy, dois secretários municipais afastados e um empresário. Existe um mandado de prisão em aberto contra outro empresário, que está na situação de foragido da Justiça.

As investigações preliminares e as primeiras análises dos documentos e materiais apreendidos durante a operação chamam a atenção dos promotores de Justiça do Gaeco. O gasto total de Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018 chegou a R\$ 89.762.504,83.

O valor nesse período é muito superior ao que foi gasto por municípios maiores que Presidente Kennedy em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$

42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

A evolução dos gastos de Presidente Kennedy com serviços de transporte na gestão da prefeita afastada, presa em flagrante no dia 8 de maio, durante reunião na casa dela para pagamento de propina, chamou a atenção dos agentes do Gaeco. De 2014 para 2015, os gastos em Presidente Kennedy saltaram de R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões e evoluíram para R\$ 29 milhões em 2016.

Em 2017, no início do segundo mandato da prefeita afastada, os gastos caíram para R\$ 14 milhões. As justificativas para os aumentos e para o repentino decréscimo dependem ainda de análises complementares. Outros municípios capixabas guardam uma linha de crescimento sem grandes picos de alta ou baixa.

As investigações iniciais do Gaeco-MPES, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), identificaram que dentre os municípios que não possuem no território ensino superior público federal, estadual, municipal ou privado (com e sem fins lucrativos), Presidente Kennedy se destaca como o que tem maior gasto com transporte escolar entre 2013 e 2018, com mais de R\$ 23 milhões.

Domingos Martins e Marataízes (segundo e terceiro colocados) gastaram pouco mais de R\$ 17 milhões.

Chama à atenção porque, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Kennedy conta com 11.742 habitantes, enquanto Domingos Martins e Marataízes possuem 34.757 e 38.670 habitantes, respectivamente.

A empresa de limpeza urbana, alvo da Operação Rubi, recebeu pagamentos de cerca de R\$ 60 milhões dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018.

De acordo com relatório do TCEES, dos 30 municípios com menos de 15 mil habitantes, Presidente Kennedy foi a cidade que mais gastou com limpeza pública e

coleta de resíduos sólidos (lixo) entre 2013 e 2017: R\$ 16 milhões.

Presidente Kennedy gastou mais com coleta de resíduos sólidos que Colatina (R\$ 14 milhões), município com população de 123.598 habitantes e território quase três vezes maior. Presidente Kennedy gasta mais com limpeza urbana por habitante que Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

As apurações prosseguem com as análises dos materiais apreendidos e interrogatório dos investigados presos. Todos os investigados que foram alvo de busca e apreensão, mas não tiveram pedido de prisão solicitado pelo MPES, também serão ouvidos pelos membros do Gaeco. O caso segue sob sigilo de Justiça.

**Site:** <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/05/13/operacao-rubi-contratos-de-limpeza-e-transporte-investigados-somam-mais-de-r-150-milhoes.ghtml>

# Operação Rubi: contratos investigados somam mais de R\$ 150 milhões

## Por Redação

O peração Rubi: contratos investigados somam mais de R\$ 150 milhões

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), informa que as apurações iniciais da Operação Rubi apontam que os contratos de limpeza urbana e de transporte público com evidências contundentes de superfaturamento somam mais de R\$ 150 milhões, quando analisado o período de 2013 a 2018. A maior parte desse montante, R\$ 105,7 milhões, é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy.

A Operação Rubi, deflagrada em 8 de maio, tem como objetivo desarticular uma organização criminosa constituída para lesar os cofres dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes públicos e superfaturamento de contratos de prestação de serviço público.

Seis pessoas foram presas preventivamente por participação no esquema, incluindo a prefeita afastada de Presidente Kennedy, dois secretários municipais afastados e um empresário. Existe um mandado de prisão em aberto contra outro empresário, que está na situação de foragido da Justiça desde a deflagração da operação.

As investigações preliminares e as primeiras análises dos documentos e materiais apreendidos durante a operação chamam a atenção dos promotores de Justiça do Gaeco. O gasto total de Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018 chegou a R\$ 89.762.504,83. O valor nesse período é muito superior ao que foi gasto por municípios maiores que Presidente Kennedy em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

A evolução dos gastos de Presidente Kennedy com serviços de transporte na gestão da prefeita afastada, presa em flagrante no dia 8 de maio, durante reunião

na casa dela para pagamento de propina, chamou a atenção dos agentes do Gaeco. De 2014 para 2015, os gastos em Presidente Kennedy saltaram de R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões e evoluíram para R\$ 29 milhões em 2016.

Em 2017, no início do segundo mandato da prefeita afastada, os gastos caíram para R\$ 14 milhões. As justificativas para os vultosos aumentos e para o repentino decréscimo dependem ainda de análises complementares. Outros municípios capixabas guardam uma linha de crescimento sem grandes picos de alta ou baixa.

## Transporte escolar

As investigações iniciais do Gaeco-MPES, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), identificaram que dentre os municípios que não possuem no território ensino superior público federal, estadual, municipal ou privado (com e sem fins lucrativos), Presidente Kennedy se destaca como o que tem maior gasto com transporte escolar entre 2013 e 2018, com mais de R\$ 23 milhões. Domingos Martins e Marataízes (segundo e terceiro colocados) gastaram pouco mais de R\$ 17 milhões. Chama à atenção porque, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Kennedy conta com 11.742 habitantes, enquanto Domingos Martins e Marataízes possuem 34.757 e 38.670 habitantes, respectivamente.

## Limpeza Urbana

A empresa de limpeza urbana, alvo da Operação Rubi, recebeu pagamentos de cerca de R\$ 60 milhões dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018. De acordo com relatório do TCEES, dos 30 municípios com menos de 15 mil habitantes, Presidente Kennedy foi a cidade que mais gastou com limpeza pública e coleta de resíduos sólidos (lixo) entre 2013 e 2017: R\$ 16 milhões.

Presidente Kennedy gastou mais com coleta de resíduos sólidos que Colatina (R\$ 14 milhões), município com população de 123.598 habitantes e território quase três vezes maior. Presidente Kennedy gasta mais com limpeza urbana por habitante que Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

As apurações prosseguem com as análises dos materiais apreendidos e interrogatório dos investigados presos. Todos os investigados que foram alvo de busca e apreensão, mas não tiveram pedido de prisão solicitado pelo MPES, também serão ouvidos pelos membros do Gaeco. O caso segue sob sigilo de Justiça.

Veja também:

Informações dos presos na operação

Confira como funcionava o esquema

Fonte: MPES

**Notícias Relacionadas:**

SÉCULO DIÁRIO ON-LINE - ES  
Operação Rubi: contratos investigados somam mais de R\$ 150 milhões

**Site:** <https://www.folhadoes.com/noticia/politica-denuncia/51110/operacao-rubi-contratos-investigados-somam-mais-r-150-milhoes>

# Investigação que levou prefeita de Presidente Kennedy à prisão analisa R\$ 150 milhões em contratos

## Redação Folha Vitória

Os contratos de limpeza urbana e de transporte público com evidências contundentes de superfaturamento e investigados na Operação Rubi, somam mais de R\$ 150 milhões, segundo apurações iniciais feitas pelo **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES).

Os contratos analisados são do período entre 2013 e 2018. Segundo o MPES, a maior parte desse montante, R\$ 105,7 milhões, é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy.

A Operação Rubi, deflagrada na última quarta-feira (08), tem como objetivo desarticular uma organização criminosa que teria sido constituída para lesar os cofres dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma. Segundo as investigações, as irregularidades ocorriam por direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes públicos e superfaturamento de contratos de prestação de serviço público.

Seis pessoas foram presas preventivamente por suspeita de participação no esquema, incluindo a prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, dois secretários municipais afastados - Leandro da Costa Rainha, de Assistência Social, e José Augusto Rodrigues de Paiva, de Desenvolvimento Econômico - e o empresário Marcelo Marcondes Soares. Além disso, existe um mandado de prisão em aberto contra o também empresário José Carlos Marcondes Soares, que está na situação de foragido da Justiça desde a deflagração da operação.

As investigações preliminares e as primeiras análises dos documentos e materiais apreendidos durante a operação chamam a atenção dos promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Segundo eles, o gasto total de Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018 chegou a R\$ 89.762.504,83. O valor nesse período é muito superior ao que foi gasto por municípios maiores que Presidente Kennedy em

extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

A evolução dos gastos de Presidente Kennedy com serviços de transporte na gestão da prefeita afastada, presa em flagrante na última quarta-feira, chamou a atenção dos agentes do Gaeco. Segundo eles, de 2014 para 2015, os gastos em Presidente Kennedy saltaram de R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões e evoluíram para R\$ 29 milhões em 2016.

Em 2017, no início do segundo mandato da prefeita afastada, os gastos caíram para R\$ 14 milhões. As justificativas para os vultosos aumentos e para o repentino decréscimo dependem ainda de análises complementares. Outros municípios capixabas guardam uma linha de crescimento sem grandes picos de alta ou baixa.

## Transporte escolar

As investigações iniciais do Gaeco-MPES, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), identificaram que, dentre os municípios que não possuem no território ensino superior público federal, estadual, municipal ou privado (com e sem fins lucrativos), Presidente Kennedy se destaca como o que tem maior gasto com transporte escolar entre 2013 e 2018, com mais de R\$ 23 milhões. Domingos Martins e Marataízes (segundo e terceiro colocados) gastaram pouco mais de R\$ 17 milhões.

Segundo o MPES, o fato chama a atenção porque, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Kennedy conta com 11.742 habitantes, enquanto Domingos Martins e Marataízes possuem 34.757 e 38.670 habitantes, respectivamente.

## Limpeza Urbana

Segundo as investigações, a empresa de limpeza urbana, alvo da Operação Rubi, recebeu pagamentos de cerca de R\$ 60 milhões dos municípios de

Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018. De acordo com relatório do TCEES, dos 30 municípios com menos de 15 mil habitantes, Presidente Kennedy foi a cidade que mais gastou com limpeza pública e coleta de resíduos sólidos entre 2013 e 2017: R\$ 16 milhões.

De acordo com o MPES, Presidente Kennedy gastou mais com coleta de resíduos sólidos que Colatina (R\$ 14 milhões), município com população de 123.598 habitantes e território quase três vezes maior. Além disso, Presidente Kennedy gasta mais com limpeza urbana por habitante que Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

As apurações prosseguem com as análises dos materiais apreendidos e interrogatório dos investigados presos. Todos os investigados que foram alvo de busca e apreensão, mas não tiveram pedido de prisão solicitado pelo MPES, também serão ouvidos pelos membros do Gaeco. O caso segue sob sigilo de Justiça.

**Site:**

**<https://novo.folhavoria.com.br/politica/noticia/05/2019/investigacao-que-levou-prefeita-de-presidente-kennedy-a-prisao-analisa-r-150-milhoes-em-contratos>**

# PSDB abre processo para expulsar prefeita de Presidente Kennedy

Por unanimidade, a Executiva estadual do PSDB abriu um processo disciplinar de expulsão da prefeita afastada de Presidente Kennedy , Amanda Quinta , que foi presa em flagrante na Operação Rubi , do **Ministério Público** Estadual (MPES).

A reunião da Executiva aconteceu na noite desta segunda-feira (13). De acordo com o presidente regional do partido, o deputado estadual Vandinho Leite , o caso agora será avaliado pelo Conselho de Ética do PSDB, que irá apurar os fatos ocorridos para fazer o enquadramento legal do caso com base no estatuto da legenda. O prazo para conclusão do processo é de 30 dias.

> Presidente Kennedy: uma cidade à mercê da política dos Quinta

De acordo com Vandinho, que já defendeu publicamente a expulsão de Amanda Quinta, a retirada da tucana da sigla não poderia ocorrer sem esse procedimento, que é previsto pelo estatuto.

## A PRISÃO

Amanda Quinta foi presa por agentes do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) no momento em que um empresário deixava uma mochila com R\$ 33 mil no local. A suspeita é que o dinheiro seria usado para pagamento de propina.

> Não houve crime , alega defesa da prefeita de Kennedy, Amanda Quinta

O companheiro de Amanda, José Augusto de Paiva , foi preso na mesma ocasião e ambos já tiveram a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva. Outras quatro pessoas, incluindo agentes públicos da cidade, como o secretário de Assistência Social, Leandro Costa Rainha, também estão presas.

## Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/psdb-abre-processo-para-expulsar-prefeita-de-presidente-kennedy-1014180713.html>

# Após prisão de prefeita de Presidente Kennedy, vice pede orações

Prefeito em exercício de Presidente Kennedy desde a última quinta-feira (9), Dorlei Fontão ( PSD ), que até então era o vice, divulgou uma carta na qual pede torcida e orações à população para que o município entre novamente nos trilhos.

"Concluo, pedindo e esperando que todos colaborem, torçam e até com orações, para que este ente federado, o Município de Presidente Kennedy-ES, possa sair da excepcionalidade de governança e voltar o quanto antes à normalidade político-administrativa, constitucionalmente estatuída", diz um dos trechos da carta.

Fontão assumiu o comando da cidade após a prefeita Amanda Quinta (PSDB) ter sido presa em flagrante durante a Operação Rubi , do **Ministério Público Estadual (MPES)**. Além dela, outros dois membros do Executivo Municipal estão na cadeia: José Augusto de Paiva , que era secretário de Desenvolvimento Econômico e companheiro da prefeita, e Leandro Costa Rainha , que era chefe da pasta de Desenvolvimento Social.

Todos são investigados por suspeita de participação em um esquema de corrupção e pagamento de propina, que envolvia agentes da prefeitura e donos de uma empresa de limpeza, de acordo com o MPES. O secretário de Obras da cidade, Miguel Angelo, não foi preso, mas está afastado do cargo.

Em sua carta, Fontão afirma que o mandato como chefe da prefeitura tem previsão de 60 dias e prometeu trabalhar com transparência.

"Atuaremos com a maior transparência possível para disponibilizar e permitir os bons e profícuos trabalhos dos competentes órgãos de investigação e, igualmente, oportunizar todo o trabalho de defesa dos suspeitos, investigados e/ou acusados", afirma.

Em outro trecho, ele reafirma seu compromisso em cuidar das finanças de Kennedy, município que mais arrecada recursos de royalties de petróleo em todo o Estado. "Tenho ciência do Poder Discricionário do Agente Público, mas, sei da vinculação constitucional e legal das verbas públicas pré-destinadas (os recursos carimbados), e vamos procurar atuar de acordo com a lei", diz.

Fontão, no entanto, ainda não falou sobre a previsão de anúncio dos nomes que comandarão as pastas das quais os secretários foram afastados.

Leia a carta completa:

1. Eu, DORLEI FONTÃO, cidadão e eleitor deste Município, em pleno gozo de todos os direitos civis e políticos previstos nas leis deste país, venho, por meio desta Nota Oficial, comunicar a todos os brasileiros, espiritossantenses e, mormente a toda a população de Presidente Kennedy que, cumprindo o meu dever institucional e legal, na qualidade de VICE-PREFEITO, ASSUMI AS FUNÇÕES DE PREFEITO MUNICIPAL, na última quinta-feira, dia 09 de maio deste ano, perante à Câmara Municipal, em cumprimento de Mandado expedido para efetividade de respeitável Decisão Judicial expedida pela autoridade competente; cuja ordem afastou a Prefeita Municipal do exercício do seu cargo, pelo prazo de 60 (sessenta dias) dias.

2. Também por ordem judicial, foram afastados, no mesmo ato, vários agentes (Secretários), funcionários e/ou servidores desta Municipalidade, para que sejam procedidas as devidas investigações de ações, atos, condutas e procedimentos suspeitos de incompatibilidade com o exercício de cargos ou funções de natureza pública. Assim, a Administração Municipal está excepcional.

3. Procurarei desempenhar o meu papel constitucional de Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal, com o máximo respeito, buscando harmonia institucional com o Poder Legislativo deste Município, com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo deste Estado, além de parcerias com o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES), o Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministérios Públicos Estadual e Federal. Atuaremos com a maior transparência possível para disponibilizar e permitir os bons e profícuos trabalhos dos competentes órgãos de investigação e, igualmente, oportunizar todo o trabalho de defesa dos suspeitos, investigados e/ou acusados.

4. Rogo a Deus que nos ilumine e, rogo, também, a toda a população para que tenha fé e esperança, compreendendo que estaremos vivendo uma situação de anormalidade político-administrativa, qual seja: a INTERINIDADE ORA INICIADA, com prazo previsto

de 60 dias.

5. Tenho ciência do Poder Discricionário do Agente Público, mas, sei da vinculação constitucional e legal das verbas públicas pré-destinadas (os recursos carimbados), e vamos procurar atuar de acordo com a lei.

6. Concluo, pedindo e esperando que todos colaborem, torçam e até com orações, para que este ente-federado, o Município de Presidente Kennedy - ES, possa sair da excepcionalidade de governança e voltar o quanto antes à normalidade político-administrativa, constitucionalmente estatuída.

Gabinete do Prefeito no exercício da interinidade,  
Presidente Kennedy - ES - Brasil, em 13 de maio de  
2019

**Site:**

***<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/apos-prisao-de-prefeita-de-presidente-kennedy-vice-pede-oracoes-1014180699.html>***

# Prefeita de Presidente Kennedy será interrogada no presídio (Operação Rubi)

O **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) vai interrogar investigados presos na Operação Rubi, que apura esquema de cobrança de propina em troca de contratos de serviços em prefeituras do interior do Estado. Entre os detidos, a prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), e o companheiro dela e secretário de Desenvolvimento da cidade, José Augusto de Paiva Rodrigues.

Os interrogatórios ocorrerão nos próximos dias, de acordo com as informações disponibilizadas neste domingo (12) pelo MPES. Os investigadores também prosseguirão com a análise da documentação apreendida no cumprimento de mandados de busca e apreensão em 25 endereços, na última semana. Os alvos de busca e apreensão, que não tiveram pedido de prisão solicitado pelo **Ministério Público**, também serão ouvidos.

Vídeo mostra momento em que prefeita é levada presa:

O MPES suspeita de direcionamento de licitações de limpeza pública e transporte coletivo e de pagamento de propinas em Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma. São investigados crimes como os de corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, falsidade documental e fraude em licitações.

Na última quinta-feira, os investigadores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) flagraram empresário entregando mochila com R\$ 33 mil na casa de Amanda Quinta. Segundo o MPES, os pagamentos eram mensais.

>Presidente Kennedy: uma cidade à mercê da política dos Quinta

Ela foi presa em flagrante, depois teve a prisão convertida para preventiva. A prefeita está em presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim. O companheiro dela, José Augusto, apontado como líder do esquema e mentor político de Amanda, teve prisão preventiva decretada. Ele era um dos participantes da reunião que recepcionou o empresário com o dinheiro.

Em Marataízes, os investigadores também encontraram dinheiro na casa do prefeito, Robertino Batista, o Tininho (PDT), cerca de R\$ 16 mil. Durante o cumprimento do mandado de busca, uma arma foi

encontrada na casa dele e o prefeito acabou preso. Foi solto após pagar fiança.

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/prefeita-de-presidente-kennedy-sera-interrogada-no-presidio-1014180528.html>

# Prefeita de Presidente Kennedy será interrogada no presídio

O **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) vai interrogar investigados presos na Operação Rubi, que apura esquema de cobrança de propina em troca de contratos de serviços em prefeituras do interior do Estado. Entre os detidos, a prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), e o companheiro dela e secretário de Desenvolvimento da cidade, José Augusto de Paiva Rodrigues.

Os interrogatórios ocorrerão nos próximos dias, de acordo com as informações disponibilizadas neste domingo (12) pelo MPES. Os investigadores também prosseguirão com a análise da documentação apreendida no cumprimento de mandados de busca e apreensão em 25 endereços, na última semana. Os alvos de busca e apreensão, que não tiveram pedido de prisão solicitado pelo **Ministério Público**, também serão ouvidos.

Vídeo mostra momento em que prefeita é levada presa:

O MPES suspeita de direcionamento de licitações de limpeza pública e transporte coletivo e de pagamento de propinas em Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma. São investigados crimes como os de corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, falsidade documental e fraude em licitações.

Na última quinta-feira, os investigadores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) flagraram empresário entregando mochila com R\$ 33 mil na casa de Amanda Quinta. Segundo o MPES, os pagamentos eram mensais.

>Presidente Kennedy: uma cidade à mercê da política dos Quinta

Ela foi presa em flagrante, depois teve a prisão convertida para preventiva. A prefeita está em presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim. O companheiro dela, José Augusto, apontado como líder do esquema e mentor político de Amanda, teve prisão preventiva decretada. Ele era um dos participantes da reunião que recepcionou o empresário com o dinheiro.

Em Marataízes, os investigadores também encontraram dinheiro na casa do prefeito, Robertino Batista, o Tininho (PDT), cerca de R\$ 16 mil. Durante o cumprimento do mandado de busca, uma arma foi

encontrada na casa dele e o prefeito acabou preso. Foi solto após pagar fiança.

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/prefeita-de-presidente-kennedy-sera-interrogada-no-presidio-1014180528.html>

# Acusado de matar empresária com vergalhão está assustado e com pesadelos

Um ano após a morte da empresária Simone Venturini Tonani, de 42 anos, o morador de rua, Felipe Rodrigues Gonçalves, de 32 anos, principal acusado do crime, sentará no banco dos réus. O júri popular dele está marcado para a próxima quarta-feira (15), às 09 horas, no Fórum de Vila Velha, no bairro Boa Vista. Felipe permanece preso no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Viana.

O crime aconteceu no dia 5 de maio do ano passado. Felipe Rodrigues é acusado de atirar um vergalhão contra o carro da empresária. A barra de ferro atingiu a cabeça dela, que chegou a ser socorrida, mas teve morte cerebral. O filho dela, com oito anos na época do fato, também estava no veículo na hora do ataque e viu toda a ação, mas não ficou ferido.

O **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) pediu a condenação do acusado por homicídio doloso qualificado, por motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima. Caso seja condenado, a pena poderá ser aumentada de 1/3 (um terço) pela tentativa de homicídio contra o filho da empresária, menor de 14 anos, que estava no interior do veículo.

Leia também:

> Joias de empresária morta por vergalhão foram furtadas após o crime

A denúncia foi oferecida pelo **Ministério Público** e acatada pela 4ª **Vara Criminal** de Vila Velha, no mesmo mês do crime. Já em novembro do ano passado, o juiz Eneas José Ferreira Miranda decidiu pela pronúncia de Felipe, ou seja, levar o réu a júri popular, pois segundo o magistrado, há fartas provas de materialidade do fato" e da "existência de indícios suficientes de autoria".

A defesa do réu pede a desclassificação do crime doloso, com a alegação de que o acusado não agiu com intenção de acertar a empresária. Em entrevista ao jornal online Folha Vitória, a advogada de defesa, Mariana Amaral Lima, disse que Felipe não se sente saudável mentalmente.

Folha Vitória: Qual a versão de Felipe Rodrigues Gonçalves sobre o crime?

Defesa: Felipe está completamente apavorado com o

resultado do ocorrido, tendo recorrentes pesadelos. Ele afirma que não lançou o vergalhão querendo acertar alguém, ao contrário, ele agiu com culpa inconsciente, não prevendo o resultado, devido o uso contínuo de drogas ilícitas e álcool.

FV: Ele confessa que atirou o vergalhão que matou a empresária?

Defesa: Ele confessa que lançou o vergalhão, porém não com intenção de acertar a empresária.

FV: Qual o motivo citado pelo réu para ter cometido tal ação?

Defesa: Felipe, há algum tempo, estava em situação de decadência mental, emocional e física, pois desde que perdeu a mãe, passou a morar nas ruas e fazer uso contínuo de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas, fato este demonstrado na filmagem no dia da apreensão dele.

FV: Felipe sofre de algum tipo de transtorno mental?

Defesa: O Réu não se sente saudável mentalmente, mas não foi possível passar por um exame clínico para diagnóstico.

FV: Qual a visão da defesa sobre o crime?

Defesa: O Réu não cometeu homicídio doloso, que ocorre quando há desejo de matar. O Réu deve ser punido, mas conforme nossa lei, a qual define que para tais casos, há uma pena mais branda da que o **Ministério Público** requer.

FV: O júri popular de Felipe será realizado na próxima quarta-feira (15). A defesa arrolou alguma testemunha para o júri?

Defesa: Não temos testemunhas.

O júri popular do acusado do crime será realizado na próxima quarta-feira (15), às 09 horas, no Fórum de Vila Velha, no bairro Boa Vista. Em novembro do ano passado, o juiz Eneas José Ferreira Miranda, da 4ª **Vara Criminal** de Vila Velha, decidiu pela pronúncia do morador de rua Felipe Rodrigues Gonçalves.

Na decisão que decidiu pelo júri popular, o magistrado

cita a "existência de indícios suficientes de autoria" por parte de Felipe. De acordo com o juiz, ao atirar a barra de ferro contra o carro da empresária, o morador de rua teria a intenção de acertar o filho de Simone.

A meu sentir, há nos autos suspeita da presença da qualificadora do motivo fútil, diante da presença de indícios de que o Réu [Felipe] pensou ter escutado a criança [nome do filho de Simone] ter lhe dirigido vilipêndio que teria movido o mesmo (Denunciado) ao arremesso da barra de ferro que vitimou fatalmente a vítima virtual Simoni Venturini Tonani, embora a suposta intenção possuísse como alvo a vítima real [nome do filho da empresária], descreve o magistrado.

No dia 30 de maio do ano passado, a Justiça do Espírito Santo recebeu a denúncia do **Ministério Público** do Espírito Santo contra Felipe Rodrigues, que passou a responder criminalmente pela morte da empresária.

Segundo a denúncia do MPES, a intenção inicial do morador de rua era atingir o filho de Simone. "(...) O motivo do crime foi o simples fato de que o denunciado pensou ter escutado uma criança dirigindo-lhe improperios, o que fez com que se apoderasse da barra de ferro e arremessasse, visando matar [nome do filho de Simone]. A defesa da vítima foi dificultada, pois esta se encontrava no interior de um veículo e não tinha motivo para esperar que pudesse ser atacada, tendo sido surpreendida pela ação do denunciado", diz a denúncia do MPES.

Felipe Rodrigues Gonçalves, de 31 anos, vulgo "Alemão", foi preso minutos após o crime, ocorrido na avenida Champagnat. Alemão teria retirado o vergalhão de uma obra localizada na avenida e atirado contra o carro da empresária. O objeto ficou preso à cabeça de Simone, que perdeu o controle do carro e colidiu.

Após atingir a mulher com a barra de ferro, Felipe fugiu do local. Na tentativa de despistar a polícia, ele trocou a calça que vestia por uma bermuda. No entanto, o suspeito foi detido na avenida Hugo Musso.

Segundo a polícia, Felipe possui diversas outras passagens pela Justiça, por crimes como furto, arrombamento, danos ao patrimônio, lesão corporal, entre outros.

Simone foi atingida na cabeça pelo vergalhão arremessado pelo morador de rua e morreu após dar entrada no Hospital São Lucas, em Vitória. Ela chegou a ser socorrida por uma equipe do Corpo de Bombeiros e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiu.

A empresária havia acabado de buscar filho de apenas 8 anos na escola. Eles seguiam para casa, na Praia da Costa, pela Avenida Champagnat, quando Simone foi atingida. O objeto ficou preso à cabeça da vítima, que perdeu o controle do carro e colidiu em outro veículo. A criança estava no banco de trás e não se feriu.

**Site:**

**<https://novo.folhavitoria.com.br/policia/noticia/05/2019/a-cusado-de-matar-empresaria-com-vergalhao-esta-assustado-e-com-pesadelos>**

# Acusado de matar empresária com vergalhão no ES vai a júri popular

*Por G1 ES*

Felipe Rodrigues Gonçalves, acusado arremessar uma barra de ferro que atingiu e matou a empresária Simone Venturini Tonani, de 42 anos, em maio de 2018, vai a Júri Popular nesta quarta-feira (15), no Fórum de Vila Velha, no bairro Boa Vista.

A mulher estava parada dentro de um carro na Avenida Champagnat, em Vila Velha, com filho dela, que tinha acabado de buscar na escola, quando o homem em situação de rua lançou uma barra de ferro contra ela. A empresária chegou a ser socorrida, mas teve morte cerebral.

Felipe foi preso logo depois do crime e levado para o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Viana.

O **Ministério Público** do Espírito Santo pediu a condenação do homem por homicídio doloso qualificado por motivo fútil. A defesa pede que a justiça desqualifique o crime como doloso, porque, segundo os advogados, o Felipe não tinha intenção de acertar a empresária.

**Site:** <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/05/14/acusado-de-matar-empresaria-com-vergalhao-no-es-vai-a-juri-popular.ghtml>

# Julgamento de morador de rua acusado de matar empresária com vergalhão começa nesta quarta-feira (Últimas Notícias)

Nesta quarta-feira (15), começa o júri popular do caso do assassinato de Simone Venturini Tonani, empresária que foi atingida por um vergalhão no dia 5 de maio do ano passado. Felipe Rodrigues Gonçalves, o acusado de ter cometido o crime, está sendo julgado no Fórum de Vila Velha. O júri começou às 9 horas e não tem previsão de término. O caso ocorreu na Avenida Champagnat, no Centro de Vila Velha.

A defesa de Felipe alega que o morador de rua não cometeu o crime de forma dolosa e que não queria, em hipótese alguma, matar a vítima. Já o **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) optou pela condenação do acusado por homicídio doloso qualificado.

Caso o acusado seja condenado, a pena pode aumentar até um terço, devido a tentativa de homicídio contra o filho da empresária, que também estava ocupando o veículo.

## O caso

Felipe Rodrigues Gonçalves, de 31 anos, morador de rua de Vila Velha, foi preso minutos depois de ter arremessado um vergalhão contra um carro na Avenida Champagnat, no dia 5 de maio de 2018. Felipe teria retirado um vergalhão de uma obra que acontecia próxima ao local. O objeto atingiu a cabeça da empresária Simone Venturini, que acabou perdendo o controle do automóvel e colidindo com um poste.

O criminoso fugiu do local após o arremesso. Tentando despistar a polícia, ele trocou a roupa do corpo. Mas, minutos depois, foi detido na Avenida Hugo Musso.

Direto da Redação

Rede SIM

**Site:** <https://www.simnoticias.com.br/julgamento-de-morador-de-rua-acusado-de-matar-empresaria-com-vergalhao-comeca-nesta-quarta-feira/>

# Crime do vergalhão: acusação diz que o filho da vítima era o alvo

Teve início na manhã desta quarta-feira (15), no Fórum de Vila Velha, o julgamento de Felipe Rodrigues Gonçalves, de 32 anos, acusado de matar a empresária Simone Venturini Tonani, de 42 anos, após ela ser acertada com um vergalhão enquanto dirigia. O caso aconteceu no dia 4 de maio de 2018, quando a empresária passava de carro pela Avenida Champagnat, em Vila Velha, logo após buscar o filho na escola. Enquanto a acusação defende que Felipe teve a intenção de cometer o crime, a defesa alega que ele não teve o intuito de acertar a barra de ferro na cabeça da vítima.

O primeiro a ser ouvido no júri foi um investigador da Polícia Civil que atuou no inquérito da morte da empresária. Logo em seguida o acusado respondeu diversas perguntas feitas pelo juiz da 6ª **Vara Criminal** de Vila Velha, Enéas José Ferreira Miranda.

Durante quase 40 minutos, Felipe Rodrigues Gonçalves falou por diversas vezes que não teve a intenção de atingir a vítima com a barra de ferro. Ele alega que arremessou o vergalhão na tentativa de assustar dois ciclistas que teriam o provocado na rua e que o carro da vítima passou no momento em que a barra era arremessada.

## FILHO DA VÍTIMA ERA O ALVO, DIZ PROMOTOR

Em seguida, o promotor de acusação do **Ministério Público** do Espírito Santo, João Grimaldi, rebateu a alegação de Felipe e defendeu que o acusado tinha consciência do ato que estava cometendo e que atirou o vergalhão contra o carro de forma proposital. Na interpretação da acusação, o crime deve ser qualificado como homicídio doloso - quando há a intenção de matar.

O promotor afirma que a intenção do acusado era acertar o filho da vítima, de 8 anos, uma vez que, no depoimento dado após ser preso, Felipe teria afirmado que jogou o pedaço de ferro em uma criança que teria implicado com ele. Sendo assim, o promotor defende que Felipe viu o filho da empresária no carro, entendeu que era ele quem estava fazendo as provocações e tentou acertá-lo. Durante o seu pronunciamento o promotor exibiu o vergalhão utilizado por Felipe e fotos do crime para os sete jurados que estavam no tribunal. O júri para definir a sentença de Felipe é composto de sete

pessoas: quatro homens e três mulheres.

## CONTINUAÇÃO DO JULGAMENTO

Após a argumentação do promotor responsável pela acusação, o juiz determinou um intervalo no julgamento. A audiência teve prosseguimento no começo da tarde desta quarta-feira (15), com o pronunciamento da defensora pública Maria Amaral Lima Suti, responsável pela defesa de Felipe. A expectativa é para que a sentença seja conhecida até o final do dia.

### Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/05/crime-do-vergalhao-acusacao-diz-que-o-filho-da-vitima-era-o-alvo-1014180989.html>

# Começa hoje júri popular de morador de rua acusado de matar advogada com vergalhão

**SUELLEN ARAUJO**

TAG: CONDENAÇÃO, JÚRI POPULAR, DEFESA,  
MORTE DE EMPRESÁRIA, RÉU, CRIME, FÓRUM  
CRIMINAL, DESEMBARGADOR, AUDIÊNCIA,  
MINISTÉRIO PÚBLICO, HOMICÍDIO DOLOSO

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVVITRIARECOR>**

**DES-08.21.11-08.26.46-1557934322.mp4**

# Hoje: Acusado de matar empresária em VV vai a júri popular

**LUCAS PISA**

TAG: MINISTÉRIO PÚBLICO, CONDENAÇÃO, JÚRI  
POPULAR, DEFESA, MORTE DE EMPRESÁRIA,  
RÉU, CRIME, HOMICÍDIO DOLOSO

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVVITRIARECOR>  
**DES-07.29.06-07.30.21-1557933217.mp4****

# Defesa vai alegar que homem que atirou vergalhão em carro não queria matar ninguém

TAG: JÚRI POPULAR, MINISTÉRIO PÚBLICO,  
DENUNCIA, CRIME DOLOSO, CRIME CULPOSO,  
DEFESA, TRIBUNAL DO JÚRI, RÉU

**Notícias Relacionadas:**

TV VITÓRIA - RECORD - ES  
Defesa vai alegar que homem que atirou vergalhão em carro não  
queria matar ninguém

**Multimídia:**

[http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVVITRIARECOR  
DES-14.24.09-14.26.31-1557942795.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVVITRIARECOR<br/>DES-14.24.09-14.26.31-1557942795.mp4)

# Agora: Júri do acusado de matar empresária com vergalhão em Vila Velha

**VANUZA SANTANA**

TAG: MINISTÉRIO PÚBLICO, CONDENAÇÃO, JÚRI POPULAR, DEFESA, MORTE DE EMPRESÁRIA, RÉU, CRIME, HOMICÍDIO DOLOSO, HOMICÍDIO CULPOSO, FÓRUM CRIMINAL DE VILA VELHA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVVITRIARECOR>**

**DES-13.28.57-13.30.55-1557941925.mp4**

# Acusado de matar empresária ao arremessar vergalhão vai a júri popular Parte I

*André Falcão*

JÚRI POPULAR, MORTE, EMPRESÁRIA, VILA  
VELHA, FÓRUM, PROMOTOR, SEJUS,  
DEFENSORA PÚBLICA,

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVGAZETAAFGL>

**OBOES-12.10.15-12.15.27-1557937693.mp4**

# Acusado de matar empresária ao arremessar vergalhão vai a júri popular Parte II

*André Falcão*

JÚRI POPULAR, MORTE, EMPRESÁRIA, VILA  
VELHA, FÓRUM, PROMOTOR, SEJUS,  
DEFENSORA PÚBLICA, MPES, MINISTÉRIO  
PÚBLICO,

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVGAZETAAGL>

[OBOES-12.38.44-12.41.30-1557938188.mp4](#)

# Morador de rua vai a júri popular em Vila Velha

*Karoll Fernandes*

JURI POPULAR, MORTE, VILA VELHA,  
JULGAMENTO, FÓRUM

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVTRIBUNASBT>  
ES-11.55.08-11.56.55-1557938779.mp4**



**PLENÁRIO DA CÂMARA DA SERRA:** comissão para investigar prefeito na Casa foi aberta em março deste ano

# Ministério Público é contra CPI na Serra

**Em parecer solicitado pelo partido do prefeito Audifax, promotor diz que fatos da denúncia de irregularidades na saúde não estão claros**

**Tiago Alencar**

O Ministério Público Estadual (MP-ES) atendeu a um pedido do partido Rede Sustentabilidade e deu parecer contrário ao andamento da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga supostas irregularidades cometidas pelo prefeito da Serra, Audifax Barcelos (Rede) na área da saúde.

A CPI instaurada pela Câmara da Serra, apesar do atual parecer favorável à Audifax, já havia sido suspensa pela juíza da Vara da Fazenda Pública do município, Tel-

melita Guimarães Alves, no início do mês passado.

Para determinar a suspensão, a magistrada considerou os mesmos motivos alegados pelo MP-ES: ausência de representação proporcional partidária na comissão, falta de conexão entre os temas denunciados na CPI, além do prazo de 48 horas para a inclusão da abertura na ordem do dia da Casa não ter sido respeitado, de acordo com o órgão ministerial.

De acordo com o promotor de Justiça que assina o parecer, Alexandre de Castro Coura, nas denúncias que fundamentam a abertura da CPI "os fatos narrados não se encontram devidamente individualizados e claros", disse.

Por outro lado, no último dia 16, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) autorizou que a Câmara retomasse oito procedimentos investigatórios contra o prefeito Audifax, que não têm relação com a saúde, mas que também

apuram supostas irregularidades do prefeito.

Nessa denúncia, feita por um ex-servidor da Câmara, Audifax é acusado, entre outras coisas, de comprometer a receita do município e de firmar contratos sem observar a arrecadação municipal.

Durante uma entrevista coletiva realizada no dia 2 de abril, Audifax chegou a dizer que esta sendo vítima de uma tentativa de golpe por parte da Câmara, que, por meio de seu presidente, o vereador Rodrigo Caldeira (Rede), queria tomar o poder no município.

Caldeira, à época, rebateu as acusações feitas por Audifax, afirmando que o prefeito estava tentando desviar o foco das investigações contra ele.

"São falácias. Estamos cumprindo o nosso papel constitucional, que é o de fiscalizar as atividades do Executivo municipal", disse o presidente da Câmara da Serra, na ocasião.

## ENTENDA O CASO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA:** decisão

### CPI

- > NO DIA 22 DE março deste ano, a Câmara da Serra instaurou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), para apurar supostas irregularidades na saúde cometidas pelo prefeito Audifax Barcelos (Rede).
- > NO INÍCIO de abril, a juíza da Vara da Fazenda Pública Municipal, Telme-

ta Guimarães Alves, suspendeu o andamento da CPI, alegando falhas na abertura do processo, além de considerar que os fatos narrados não traziam conexão entre si.

- > ONTEM, FOI DIVULGADO um parecer do Ministério Público Estadual (MP-ES), que teve o mesmo entendimento da magistrada.

**SEXO É VIDA**  
- E O MELHOR DELA AINDA ESTÁ POR VIR -  
A DISFUNÇÃO ERETEL E A EJACULAÇÃO PRECOCE TÊM TRATAMENTO MÉDICO.  
- A VIDA NÃO ESPERA. AGENDE UMA CONSULTA -  
0800 205 1900 **BOSTON MEDICAL GROUP**

# Vereador de Nova Venécia vai ter que devolver dinheiro público

**LUCAS PISA**

TAG: VEREADOR DE NOVA VENÉCIA, CRIMES,  
IRREGULARIDADES, MINISTÉRIO PÚBLICO,  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, FRAUDES,  
INVESTIGAÇÕES, PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVVITRIARECOR>**

**DES-06.56.04-06.57.03-1557930274.mp4**

# Ex-presidente da Câmara de Nova Venécia é condenado por fraudes (Destaques)

**WEBER ANDRADE**

O ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Nova Venécia, Flaminio Grillo, foi condenado por uma série de fraudes na prestação de contas dos recursos destinados ao pagamento de despesas da Casa. A decisão prevê o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 10 mil e a suspensão dos direitos políticos do ex-vereador por cinco anos.

A sentença acatou os pedidos feitos pelo **Ministério Público** (MPES) em uma ação de improbidade administrativa. As investigações indicaram que a origem das notas inseridas na prestação de contas dos gastos da Câmara não era verificada.

De acordo com a decisão, os documentos colhidos durante a investigação comprovam as acusações de gastos extremamente excessivos ordenados pelo político quando era presidente da Câmara Municipal, assim como o pagamento de notas com valores adulterados.

Os documentos eram emitidos antes mesmo dos cheques, utilizando-se de mecanismos para ocultar as falsificações e duplicidade das notas fiscais.

"[...] a prática ocorreu de maneira reiterada durante toda a gestão e as adulterações eram grosseiras, não deixando qualquer dúvida acerca da intenção maliciosa do réu ao ordenar as despesas", diz a decisão.

O ex-vereador foi condenado em outras duas ações penais em casos semelhantes. Esses processos anteriores estão em fase de recurso aos tribunais superiores. ( G1 Espírito Santo e MPES )

**Site:** <http://www.vozdabarra.com.br/ex-presidente-da-camara-de-nova-venecia-e-condenado-por-fraudes/>

| VIANA |

# Vereador preso ainda não vai a sessão

**Apesar de ter autorização para exercer atividade parlamentar, Câmara não foi notificada**

▲ VINÍCIUS VALFRÉ  
vpereira@redgazeta.com.br

Apesar da autorização da Justiça para que volte a exercer as funções na Câmara de Viana, o vereador Patrick Hernane Freitas Oliveira, o Patrick do Gás (PDT), não deve participar da sessão plenária a ser realizada na tarde de hoje. Condenado a sete anos e seis meses de prisão em regime semiaberto, ele ainda recorre da decisão.

De acordo com o Legislativo, a Câmara ainda não foi notificada sobre a decisão

judicial e é necessária, ainda, uma determinação específica da 2ª Vara Criminal de Viana. Acusado de confiscar parte dos salários de servidores fantasmas, o vereador estava afastado cargo.

Como A GAZETA registrou ontem, o desembargador Robson Albanez autorizou, em 26 de abril, o vereador a voltar à Câmara, uma vez que a ação penal ainda não transitou em julgado — há recursos pendentes. Patrick recorre da condenação ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em regime semiaberto, ele poderá ir à Câmara e voltar ao presídio, com retorno em horários combinados. O vereador cumpre



Vereador Patrick do Gás foi condenado por rachid

pena na Penitenciária Agrícola do Estado (Paes), em Viana, segundo informações da Secretaria estadual de Justiça (Sejus).

## CÂMARA

Embora o parlamentar tenha sofrido condenação, prisão e afastamento, não há nenhum procedimento interno aberto na Câmara para apurar a conduta do parlamentar. A Justiça, em segunda instância, também determinou a perda do cargo, mas isso só ocorrerá quando o processo transitar em julgado, ou seja, quando esgotadas as chances de recurso.

Segundo o vice-presidente da Câmara, Ademir

Pereira (SD), é possível que, agora, o Legislativo tome alguma providência.

“Por enquanto, não tem nada instalado (contra ele). Como já tinha sido afastado, os vereadores ficaram na expectativa de que ficaria (fora do cargo). Agora, com essa decisão, pode ser que tenha algum movimento nesse sentido”, afirmou.

O presidente da Casa, Fábio Dias (PT), destacou que os demais parlamentares poderão analisar a situação de Patrick do Gás, caso provocados: “Como presidente, só posso dizer o que preconiza o regimento interno. Qualquer eleitor da cidade pode apresentar alguma coisa”.

## | CÂMARA DE VIANA |

# Vereador preso poderá participar de sessões

**Condenado por rachid, Patrick do Gás está no semiaberto e terá que dormir na cadeia**

▲ VINÍCIUS VALFRÉ  
vperreira@redgaza.com.br

Condenado a sete anos e seis meses de prisão em regime semiaberto e cumprindo a pena desde o início de abril, o vereador afastado de Viana Patrick Hernane Freitas Oliveira, o Patrick do Gás (PDT), obteve autorização da Justiça para participar das sessões da Câmara da cidade. Contra ele também havia uma decisão, do mês passado, que determinou seu afastamento das funções.

Na decisão, o desembargador Robson Albanex, do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), entendeu que o afastamento do cargo antes do trânsito em julgado da ação penal – ou seja, antes de esgotadas as chances de recursos – soa como “algo temerário”. O parlamentar recorre ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“A cautela deve imperar em situações como a dos autos, mormente porque o que se investiga é a atuação de um representante do povo e qualquer ingerência sobre a soberania do voto popular deve ser feita desprovida de quaisquer sentimentos mais exaltados, baseados



Patrick do Gás foi flagrado em vídeo recebendo dinheiro

em senso comum ou à margem daquilo do comando judicial e daquilo que fora previsto pelo legislador”, frisou o magistrado.

A decisão tem data de 26 de abril, expedida em agravo de instrumento apresentado pelos advogados do parlamentar. Patrick do Gás foi alvo de processo por peculato, concussão e corrupção. O Ministério Público Estadual (MPES) o acusou de exigir parte dos salários pagos a funcionários que não davam expediente. A prática é conhecida como rachid.

Após ter a condenação mantida em segunda instância, o vereador entre-

gou-se às autoridades, no dia 5 de abril. No regime semiaberto, a pessoa pode trabalhar e fazer cursos durante o dia, mas precisa dormir na prisão. Na mesma época, uma decisão de primeira instância também afastou o parlamentar das funções.

### NOTIFICAÇÃO

A Câmara de Viana ainda não tem ciência da decisão e Patrick do Gás ainda não participou de sessão alguma, desde o afastamento. A informação é do procurador da Casa, Paulo César Cunha Lima Nascimento. As sessões ocorrem às quartas-feiras, às 16 horas.

# Mesmo preso, justiça determina que vereador de Viana volte a trabalhar

**LUCAS PISA**

TAG: CRIME DE RACHID, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO**, VEREADOR DE VIANA, PDT, REGIME SEMI ABERTO, JUIZ ROBSON LUIZ ALBANÊS, **STJ**, AFASTAMENTO DE CARGO

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVVITRIARECORDES-06.37.07-06.38.32-1557929634.mp4>**

# Vereador de Viana preso em regime semiaberto ainda não vai a sessão

Apesar da autorização da Justiça para que volte a exercer as funções na Câmara de Viana, o vereador Patrick Hernane Freitas Oliveira, o Patrick do Gás (PDT), não deve participar da sessão plenária a ser realizada na tarde desta quarta-feira (15). Condenado a sete anos e seis meses de prisão em regime semiaberto, ele ainda recorre da decisão.

De acordo com o Legislativo, a Câmara ainda não foi notificada sobre a decisão judicial e é necessária, ainda, uma determinação específica da 2ª **Vara Criminal** de Viana. Acusado de confiscar parte dos salários de servidores fantasmas, o vereador estava afastado cargo.

Como o Gazeta Online publicou nesta segunda-feira (13), o desembargador Robson Albanez autorizou, em 26 de abril, o vereador a voltar à Câmara, uma vez que a ação penal ainda não transitou em julgado, há recursos pendentes. Patrick recorre da condenação ao Superior Tribunal de Justiça (**STJ**).

Em regime semiaberto, ele poderá ir à Câmara e voltar ao presídio, com retorno em horários combinados. O vereador cumpre pena na Penitenciária Agrícola do Estado (Paes), em Viana, segundo informações da Secretaria estadual de Justiça (Sejus).

## SITUAÇÃO INTERNA

Embora o parlamentar tenha sofrido condenação, prisão e afastamento, não há nenhum procedimento interno aberto na Câmara para apurar a conduta do parlamentar. A Justiça, em segunda instância, também determinou a perda do cargo, mas só ocorrerá quando o processo transitar em julgado - ou seja, quando esgotadas as chances de recursos.

Segundo o vice-presidente da Câmara, Ademir Pereira (SD), é possível que, agora, o Legislativo tome alguma providência.

Por enquanto, não tem nada instalado (contra ele). Como já tinha sido afastado, os vereadores ficaram na expectativa de que ficaria (fora do cargo). Agora, com essa decisão, pode ser que tenha algum movimento nesse sentido, afirmou.

O presidente da Casa, Fábio Dias (PT), destacou que

os demais parlamentares poderão analisar a situação de Patrick do Gás, caso provocados.

Como presidente, só posso dizer o que preconiza o regimento interno. Qualquer eleitor da cidade pode apresentar alguma coisa. E a Câmara vai fazer a análise desse processo. Mas até agora não tem nada, pontuou.

### Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/vereador-de-viana-presos-em-regime-semiaberto-ainda-nao-vai-a-sessao-1014180897.html>

# Em regime semiaberto, vereador de Viana poderá participar de sessões

Condenado a sete anos e seis meses de prisão em regime semiaberto e cumprindo a pena desde o início de abril, o vereador afastado de Viana Patrick Hernane Freitas Oliveira, o Patrick do Gás ( PDT ), obteve autorização da Justiça para participar das sessões da Câmara da cidade. Contra ele também havia uma decisão, do mês passado, que determinou seu afastamento das funções .

Na decisão, o desembargador Robson Albanex, do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**, entendeu que o afastamento do cargo antes do trânsito em julgado da ação penal - ou seja, antes de esgotadas as chances de recursos - soa como algo temerário . O parlamentar recorre ao Superior Tribunal de Justiça (**STJ**).

A cautela deve imperar em situações como a dos autos, mormente porque o que se investiga é a atuação de um representante do povo e qualquer ingerência sobre a soberania do voto popular deve ser feita desprovida de quaisquer sentimentos mais exaltados, baseados em senso comum ou à margem daquilo do comando judicial e daquilo que fora previsto pelo legislador , frisou o magistrado.

A decisão tem data de 26 de abril, expedida em agravo de instrumento apresentado pelos advogados do parlamentar. Patrick do Gás foi alvo de processo por peculato, concussão e corrupção. O **Ministério Público** Estadual (MPES) o acusou de exigir parte dos salários pagos a funcionários que não davam expediente. A prática é conhecida como rachid .

Após ter a condenação mantida em segunda instância, o vereador entregou-se às autoridades, no dia 5 de abril . No regime semiaberto, a pessoa pode trabalhar e fazer cursos durante o dia, mas precisa dormir na prisão. Na mesma época, uma decisão de primeira instância também afastou o parlamentar das funções.

> Vereador da Serra é acusado de pegar parte de salário de servidores

AINDA NÃO

A Câmara de Viana ainda não tem ciência da decisão e Patrick do Gás ainda não participou de sessão alguma, desde o afastamento. A informação é do procurador da Casa, Paulo César Cunha Lima

Nascimento. As sessões ocorrem às quartas-feiras, às 16 horas.

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/em-regime-semiaberto-vereador-de-viana-podera-participar-de-sessoes-1014180675.html>

# Marido de professora morta estava pronto para fugir, diz delegado

**Caso é investigado como feminicídio. Até agora foram 17 mortes deste tipo, em 2019, no Estado**

A Polícia Civil realizou uma perícia, na tarde de ontem, na casa da professora Regiane da Silva Pereira, que foi encontrada morta às margens da BR 101, em São Mateus, no último dia 6. O trabalho policial começou às 15 horas e demorou cerca de uma hora. A vítima morava no local, que fica no bairro Lago dos Cisnes, com seu marido, Paulo Sérgio de Oliveira, que está preso temporariamente acusado pelo crime.

E a morte da professora acende um alerta sobre um número que não para de crescer: foram 17 feminicídios nos quatro primeiros meses deste ano no Espírito Santo. Número maior que o mesmo período de 2018, quando foram 11 vítimas.

Segundo o delegado José Eustáquio Mendes Júnior, titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida de São Mateus, oito testemunhas já prestaram depoimento e outras pessoas ainda serão ouvidas. Além disso, ele informou que já tem provas suficientes para incriminar Paulo Sérgio.

O laudo cadavérico de Regiane deve ficar pronto em 20 dias. O carro do suspeito foi apreendido pela



FOTOS: REPRODUÇÃO E TV GAZETA

**Professora Regiane da Silva Pereira foi achada morta às margens da 101. O marido, Paulo Sérgio, foi preso e a polícia periciou residência do casal**

Polícia Civil e está no pátio da delegacia.

José revelou que o marido de Regiane estava pronto para fugir. Por isso, inicialmente ele foi preso por atraso de pagamento de pensão alimentícia. Isso deu mais tempo para os investigadores conseguirem provas contra o suspeito até a Justiça

conceder a prisão temporária por 30 dias, já em relação à morte de Regiane. É possível a prorrogação para mais 30 dias de detenção se a PC achar necessário.

Ainda de acordo com Mendes Júnior, o suspeito foi trabalhar normalmente no dia 6, quando o corpo da vítima foi encontrado.

Ela havia desaparecido no dia anterior, um domingo, mas o marido só procurou a polícia para informar o sumiço da esposa perto do horário que o corpo foi localizado. Na ocasião, ele alegou à Polícia Militar que havia deixado Regiane em uma igreja no bairro Ideal, por volta de 18 horas, e ela

teria dito que não era preciso buscá-la, pois iria à pizzaria com uma amiga.

## ESTRANGULAMENTO

Em entrevista à TV Gazeta Norte durante o enterro da professora, no dia 7, a irmã dela, Rosimar da Silva, contestou a versão do cunhado. "O pastor falou que ela não foi ao culto. Tem uma lista de chamada da igreja e não tem o nome dela. Nas câmeras de vigilância da rua, ela não aparece na esquina onde dizem que ela foi deixada", explicou.

Uma perícia preliminar

no local onde o corpo foi encontrado apontou que Regiane morreu estrangulada. Airmã disse que foi informada que sua irmã teve o pescoço quebrado pelo assassino. "Quebraram o pescoço dela e, segundo a polícia, foi uma pessoa muito forte que fez isso porque minha irmã tinha um porte bem forte e uma pessoa fraca jamais teria conseguido", ressaltou.

O velório da vítima aconteceu na tarde do dia 7. Ela foi enterrada no cemitério do bairro Aviação. Parentes, amigos e até Paulo ficaram bastante emocionados.

## Menino tenta impedir pai de esfaquear a mãe

Uma dona de casa de 40 anos foi agredida e esfaqueada pelo marido, após comemorar o Dia das Mães com os filhos, na noite de domingo, em Vila Velha. A violência aconteceu na residência da família, por volta das 21h30, na frente do filho do casal, uma criança de 3 anos. Assustado, o menino ainda tentou impedir o pai de agredir e matar mãe.

O suspeito, um vendedor ambulante de 26 anos, foi perseguido e capturado por vizinhos e preso em flagrante logo após o crime. O nome dele não vai ser divulgado para preservar a identidade das vítimas.

A mulher contou que a filha dela, de 15 anos, que é fruto do primeiro casamento da vítima, passou o dia com ela e que isso teria deixado o marido incomodado. "Ele fi-



BERNARDINO COLUÍNHO

**Dona de casa foi esfaqueada no Dia das Mães**

cou o dia bebendo e fumando maconha dentro de casa. Pedi a ele várias vezes para não fazer aquilo. À noite, fui levar minha filha no ponto de ônibus. Quando voltei, percebi que ele estava mais alterado", contou a vítima.

A dona de casa relata ainda que foi ao quarto cuidar dos dois filhos do

casal, um menino de três anos e outro, com três meses de idade. Quando voltou para a cozinha, foi surpreendida pelo suspeito, que a atacou com um golpe no peito. "A faca não entrou no meu peito, por sorte. Quando ele levantou o braço para me dar outra facada, eu coloquei a mão

na frente e ele me cortou. Comecei a gritar e a tentar fugir dele dentro de casa", conta a vítima.

Para impedir a esposa de fugir e procurar ajuda, o vendedor fechou as janelas da casa e colocou o sofá na porta de entrada do imóvel. Sem conseguir sair, a dona de casa disse que ficou correndo entre os cômodos, enquanto o marido tentava esfaqueá-la.

Vizinhos do casal também escutaram os pedidos de socorro da dona de casa e correram para ajudá-la. Eles conseguiram abrir a porta, mas o suspeito conseguiu fugir. Ele foi perseguido pelos vizinhos e imobilizado nas proximidades da Ponte Florentino Avidos. A PM foi acionada e o homem levado para o Plantão Especializado da Mulher, em Vitória.

## Mulher é assassinada a tiros em quintal

Uma mulher de 47 anos foi assassinada na madrugada de ontem, na localidade de Conduru, zona rural de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado. Segundo a Polícia Militar, o suspeito do crime é o ex-marido da vítima. Porém, a Polícia Civil não confirmou a informação.

Segundo a Polícia Militar, o corpo de Sandra Helena Moreira foi encontrado às 2h30. Ela estava caída no quintal com marcas de tiros no peito. Não foi informado por quantos disparos ela foi atingida.

A Polícia Civil informou que, até o momento, nenhum suspeito foi detido e o crime ainda não é tratado como um caso de feminicídio. Segundo o titular



REPRODUÇÃO

**Sandra foi executada em casa, em Cachoeiro**

da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Cachoeiro de Itapemirim, Felipe Vivas, o crime seguirá sob investigação. No entanto, não confirmou se a suspeita recai sobre o ex-companheiro da vítima. Sandra trabalhava atualmente como diarista e tinha três filhos.

# Aumenta o número de feminicídios no Estado

**ALERTA** Nos primeiros 4 meses do ano, 17 mulheres foram vítimas de feminicídio no Espírito Santo, segundo a polícia

TV GAZETA / REPRODUÇÃO

O motorista Paulo Rogério de Oliveira foi parar na cadeia acusado de assassinar a esposa, a professora Regiane da Silva Pereira, em São Mateus, Noroeste do Estado, no último dia 6.

E a morte da professora acende um alerta sobre um número que não para de crescer: foram 17 feminicídios nos quatro primeiros meses deste ano no Espírito Santo. Número maior que o mesmo período de 2018, quando foram 11 vítimas.

Para a delegada Fernanda Diniz, da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (Deam) de Cariacica, a violência contra a mulher ocorre, ainda, é motivada por uma cultura machista. "O homem ainda se vê como o dono da mulher, é a presença da possessividade e do ciúme. Os desentendimentos envolvendo guarda de filhos e divisão de patrimônio são outros fatores", observou.

Os finais de semana são quando ocorrem a maioria dos casos. "Grande parte dos agressores estão sob efeito de bebida alcoólica ou entorpecentes".

A violência contra a mulher é progressiva e há grandes chances do final ser trágico, caso não seja rompida a sequência. "Geralmente começa com xingamentos, injúrias e difamações, passando para intimidações e ameaças, progredindo para vias de fato, que podem vir a gerar o feminicídio".

A delegada fez um alerta para que as mulheres procurem ajuda. "A partir do boletim de ocorrência, a delegacia vai usar do aparato estatal, como medidas protetivas até ao abrigo no caso de risco de vida. Elas também são encaminhadas para o atendimento de assistência social municipal", explicou.

A proteção das mulheres, porém, também permeia a sociedade. "Um vizinho, uma amiga, um parente, todos podem denunciar. O engajamento da sociedade também contribui para as denúncias", completa.



Professora Regiane da Silva Pereira foi achada morta às margens da 101. O marido, Paulo Sérgio, foi preso e a polícia pericui residência do casal



## FEMINICÍDIO EM SÃO MATEUS

## Delegado afirma que marido de professora estava pronto para fugir

A Polícia Civil realizou uma perícia, na tarde de ontem, na casa da professora Regiane da Silva Pereira, que foi encontrada morta às margens da BR 101, em São Mateus, no último dia 6. O trabalho policial começou às 15 horas e demorou cerca de uma hora. A vítima morava no local, que fica no bairro Lago dos Cisnes, com seu marido, Paulo Sérgio de Oliveira. Ele está preso temporariamente acusado pelo crime.

Segundo o delegado José Eustáquio Mendes Júnior, titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida de São Mateus, oito testemunhas já prestaram depoimento e outras pessoas ainda serão ouvidas. Além disso,

ele informou que já tem provas suficientes para incriminar Paulo Sérgio.

O laudo cadavérico de Regiane deve ficar pronto em 20 dias. O carro do suspeito foi apreendido pela Polícia Civil e está no pátio da delegacia.

O delegado ainda revelou que o marido da professora estava pronto para fugir. Por isso, inicialmente ele foi preso por atraso de pagamento de pensão alimentícia. Isso deu mais tempo para os investigadores conseguirem provas contra o suspeito até a Justiça conceder a prisão temporária por 30 dias, já em relação à morte de Regiane. É possível a prorrogação para mais 30 dias de detenção se a PC achar ne-

cessário.

Ainda de acordo com Mendes Júnior, o suspeito foi trabalhar normalmente no dia 6, quando o corpo da vítima foi encontrado.

Ela havia desaparecido no dia anterior, um domingo, mas o marido só procurou a polícia para informar o sumiço da esposa

**1** HORA Tempo que durou a perícia dentro da casa da professora Regiane da Silva Pereira, morta no início do mês

perto do horário que o corpo foi localizado.

Na ocasião, ele alegou à Polícia Militar que havia deixado Regiane em uma igreja no bairro Ideal, por volta de 18 horas, e ela teria dito que não era preciso buscá-la, pois iria à pizzaria com uma amiga.

Em entrevista para a TV Gazeta Norte durante o enterro da professora, no dia 7, a irmã dela, Rosimar da Silva, contestou a versão do cunhado.

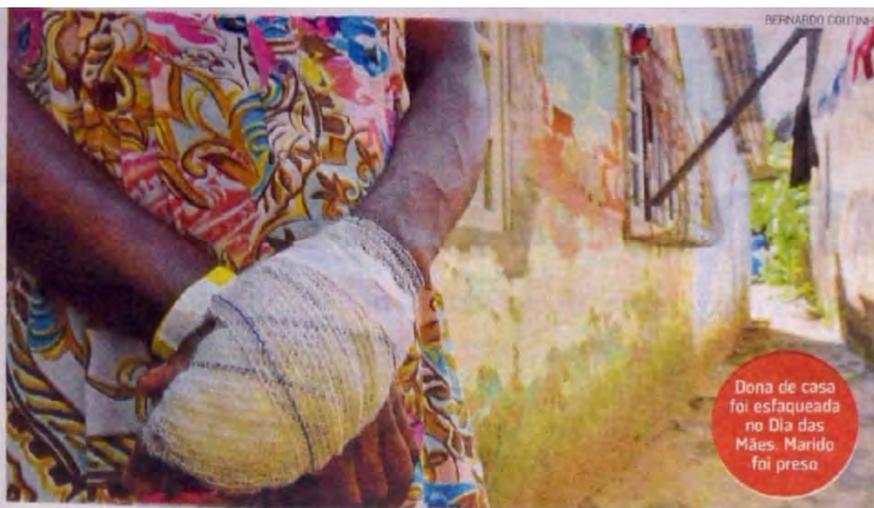
"O pastor falou que ela não foi ao culto. Tem uma lista de chamada da igreja e não tem o nome dela. Nas câmeras de vigilância da rua, ela não aparece na esquina onde dizem que ela foi deixada", explicou.

Uma perícia preliminar

no local onde o corpo foi encontrado apontou que Regiane morreu estrangulada. A irmã disse que foi informada que sua irmã teve o pescoço quebrado pelo assassino.

"Quebraram o pescoço dela e, segundo a polícia, foi uma pessoa muito forte que fez isso porque minha irmã tinha um porte bem forte e uma pessoa fraca jamais teria conseguido", ressaltou.

O velório da vítima aconteceu na tarde do dia 7 e durou menos de duas horas. Ela foi enterrada no cemitério do bairro Aviação. Parentes e amigos de Regiane estiveram no local e ficaram bastante emocionados, inclusive o marido.



Dona de casa foi esfaqueada no Dia das Mães. Marido foi preso

# Criança tenta impedir o pai de esfaquear a mãe

**VILA VELHA** Dona de casa foi agredida e esfaqueada pelo marido em casa. Assustado, menino de apenas 3 anos ainda tentou impedir o pai de matar mãe

Uma dona de casa de 40 anos foi agredida e esfaqueada pelo marido, após comemorar o Dia das Mães com os filhos, na noite de domingo, em Vila Velha. A violência aconteceu na residência da família, na frente do filho do casal, uma criança de 3 anos. Assustado, o menino ainda tentou impedir o pai de agredir e matar mãe.

O suspeito, um vendedor ambulante de 26 anos, foi perseguido e capturado por vizinhos preso em flagrante logo após o crime. O nome dele não vai ser divulgado para preservar a identidade das vítimas. Era por volta das 21h30, quando o vendedor atacou a esposa, na cozinha de casa. A mulher contou que a filha dela, de 15 anos, que é fruto do primeiro casamento da vítima, passou o dia com ela e que isso teria deixado o marido incomodado.

"Ele ficou o dia bebendo e todo fumando maconha dentro de casa. Pedi a ele várias vezes para não fazer aquilo. Quando foi a noite, fui levar minha filha no ponto de ônibus. Quando voltei, percebi que ele estava mais alterado", contou a vítima.

Adona de casa relata ainda que foi ao quarto cuidar dos dois filhos do casal, um menino de três anos e outro, com três meses de idade. Quando voltou para a cozinha, foi surpreendida pelo suspeito, que a atacou com um golpe no peito. "A faca não entrou no meu peito, por sorte. Quando ele levantou o braço para me dar outra facada, eu coloquei a mão na frente e ele

cortou. Comecei a gritar e a tentar fugir dele dentro de casa", conta a vítima.

Para impedir a esposa de fugir e procurar ajuda, o vendedor fechou as janelas da casa e colocou o sofá na porta de entrada do imóvel. Sem conseguir sair, a dona de casa disse que ficou correndo entre os cômodos, enquanto o marido tentava esfaqueá-la. "Meu filho estava dormindo no quarto e

acordou com meus gritos. Ele veio correndo e gritava pedindo para o pai parar. Por alguns momentos meu filho ainda tentou segurar o pai e ele só tem três anos. Fiquei com medo dele matar a criança. Foi um desespero".

Vizinhos do casal também escutaram os pedidos de socorro da dona de casa e correram para ajudá-la. Um deles, conseguiu empurrar o sofá e abrir a porta. O homem gritou dizendo que já havia chamado a polícia.

O suspeito conseguiu se desvencilhar dos vizinhos e correu para fora de casa. Ele foi perseguido pelos vizinhos e imobilizado nas proximidades da Cinco Pontes. A PM foi acionada e o homem levado para o Plantão Especializado da Mulher, em Vitória.

A dona de casa relatou que sempre foi agredida e por vezes, estuprada pelo marido. "Já tentei terminar, até me mudei de casa, mas ele não aceita e vem atrás. Invade minha casa, me bate, ameaça me matar e matar meus filhos. Vivo em um inferno", desabafa.

O suspeito foi autuado portentativa de homicídio e encaminhado ao presídio.



## MULHER TORTURADA EM CARIACICA

Também no Dia das Mães, uma faxineira de 23 anos foi torturada na frente do filho. O namorado usou cacos de vidros para cortar o corpo e o cabelo da vítima. Ele fugiu e não foi localizado.

## ENTREVISTA X. (Dona de casa esfaqueada)

### "Fiquei com medo de matar o menino"

Como ele estava antes de te atacar?

Alterado já. Percebi isso. Ele bebe muito e ontem (domingo) bebeu mais ainda. Passou o dia se drogando dentro de casa, até pedi a ele para sair porque a fumaça fazia mal para o nosso bebê de três meses. Mas, ele ignorou. Estava aborrecido porque minha filha estava comigo.

Tudo. O de 3 anos levantou chorando e gritava pedindo para o pai parar e ele correndo atrás de mim, com a faca. Foi um pesadelo. Fiquei com medo de matar o menino também.

Ele já tinha te batido antes? Já, várias vezes. Estamos juntos há cinco anos e ele sempre foi violento.

Já tentou se separar?

Várias vezes. Já mandei ele embora, mas ele não vai. Já me mudei e ele foi atrás de mim, invadiu a minha casa. Diz sempre que vai mudar. Mas, dependendo dele para algumas coisas.

Você trabalha?

Não. Me sustento com R\$ 400 de auxílio do Bolsa Família, que uso para pagar o aluguel e algumas contas. Ele trabalha e divide algumas contas comigo. Por isso se acha no direito de viver aqui.

Que outro tipo de violência ele já praticou com você?

Fez nosso filho mais novo à força. Sei que isso é estupro. Eu não queria. Ele forçou. Não respeita o meu querer como mulher. Não sabe que não é não. Já sofri muito com isso. Mas, agora ele vai ficar preso e vou poder organizar a minha vida.

Como assim?

É, ele estava incomodado porque minha filha, que tem 15 anos, veio passar o Dia das Mães comigo. Ela é fruto do meu primeiro casamento. Ele não gosta que eu fale com meus filhos do outro casamento.

Como foi o momento em que ele te atacou?

Ele foi direto no meu peito, senti uma pressão e achei que tinha me furado. Mas Deus agiu naquela hora e a facada não foi funda. Depois, tentou me furar de novo. Como não conseguiu, começou a me bater e dar socos na minha cabeça.

Você tentou fugir?

Não tive como, ele trançou tudo e colocou um sofá na porta.

Seus filhos viram tudo?

## EM CACHOEIRO

### Assassinato de mulher é investigado no Sul

Uma mulher de 47 anos foi assassinada na madrugada de ontem, na localidade de Conduru, zona rural de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado. Segundo a Polícia Militar, o suspeito do crime é o ex-marido da vítima. Porém, a Polícia Civil não confirmou a informação.

Segundo a Polícia Militar, o corpo de Sandra Helena Moreira foi encontrado às 2h30. Ela estava caída no quintal com marcas de tiros no peito. Não foi informado por quantos disparos ela foi atingida.

A Polícia Civil informou que até o momento nenhum suspeito foi detido e o crime ainda não é tratado como um caso de feminicídio. Segundo o titular



Sandra foi assassinada

da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Cachoeiro de Itapemirim, Felipe Vivas, o crime seguirá sob investigação. No entanto, não confirmou se a suspeita recal sobre o ex-companheiro da vítima. Sandra trabalhava atualmente como diarista e tinha três filhos.

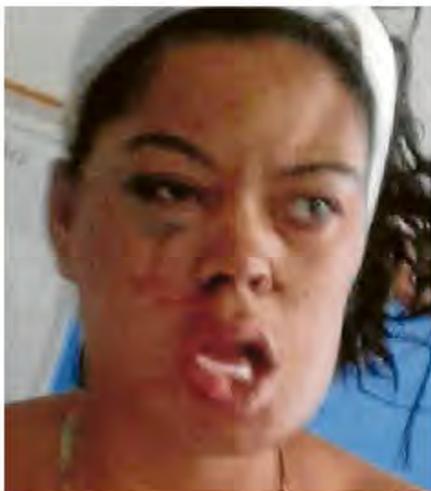
# Medida protetiva mais fácil para mulheres agredidas

**Delegados e outros policiais vão poder conceder medida pela Lei Maria da Penha**

◀ O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem mudanças na Lei Maria da Penha para facilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência a mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar. Segundo a norma, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da vítima, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a pessoa ofendida.

A mudança chega num momento importante, quando se percebe um aumento nos casos de violência contra a mulher no Espírito Santo. O mais recente exemplo é o caso da diarista Rauliane Souza Silva, que teve o rosto desfigurado ao ser agredida pelo marido, que a abandonou num matagal, em Sooretama.

Em Novo Horizonte, na Serra, uma mulher com idade entre 50 e 60 anos foi encontrada morta com três tiros em uma casa abandonada na Rua Quetzal, na noite de segun-



Rauliane teve o maxilar quebrado pelo marido e ficou irreconhecível se comparada com o antes da agressão

da-feira. Segundo informações da polícia, o corpo foi localizado por moradores da região, que dizem que ela estava na companhia de um adolescente pouco antes do crime.

## QUEM PODE APLICAR

A medida de afastamento caberá à autoridade judicial; ao delegado de polícia, quando o município não for sede de comar-

ca; ou ao policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

Além do afastamento imediato, a lei determina que, nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. Outra mudança prevê que, quan-



do as medidas forem determinadas por delegado ou policial, o juiz precisa ser comunicado no prazo máximo de 24 horas e ele decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

Antes, a autoridade policial tinha um prazo de 48 horas para remeter ao juiz os dados da ocorrência de

agressão e, só depois disso, o juiz decidiria quais medidas de proteção seriam aplicadas. O texto estabelece ainda que o juiz providenciará o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido e pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social.



Faxineira ficou com várias marcas pelo corpo

## Acusado de tortura acaba preso

◀ O auxiliar de obras de 34 anos, acusado de cortar o corpo e cabelo da namorada com caco de vidro, no último domingo (12), em frente ao filho dela, foi detido na manhã de ontem, em Cariacica. De acordo com a Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cariacica, o homem deverá iniciar o cumprimento da prisão preventiva, por agressão, na forma da Lei Maria da Penha.

Ele foi abordado na residência da mãe e não ofereceu qualquer resistência. Na delegacia, chegou a negar ter cometido as práticas criminosas. Após os procedimentos determinados pela autoridade policial, ele foi encaminhado para o Centro de Triagem de Viana.

O crime aconteceu no último domingo, no Dia das Mães, quando a faxineira de 23 anos foi torturada, na frente do filho de 3 anos.

Desta vez, o agressor usou caco de vidro para ferir todo o seu corpo, inclusive as partes íntimas. O material também foi usado para cortar o cabelo dela, que carregava por todo o tempo enquanto prestava denúncia contra ele no Plantão Especializado da Mulher (PEM).  
está até traumatizada".

Em nota, a Polícia Civil informou que o caso é investigado e a vítima, que está internada, ainda será ouvida para dar andamento nas investigações. "Até o momento o suspeito não foi detido, e outras informações não serão passadas para não atrapalhar o andamento das investigações", diz trecho da nota.

## Diarista é espancada na frente dos filhos

◀ A diarista Rauliane Souza Silva, de 25 anos, teve o maxilar quebrado e ficou com o rosto desfigurado depois de ser agredida, em Sooretama, região Norte do Estado. Ela estava na casa da sogra quando tudo aconteceu, no último sábado (11). O principal suspeito do crime é o marido, com quem estava junto há seis anos.

Ela ficou internada em

Linhares e, ontem, foi transferida para um hospital de Colatina, onde passará por cirurgia. Os três filhos da vítima, que teve o maxilar quebrado, presenciaram toda a violência.

Segundo uma parente de Rauliane, que pediu para não ser identificada, a agressão aconteceu após uma briga do casal. "Ela mora em Vitória e veio para cá por conta

da festa de Dia das Mães. Por volta de 21 horas, aconteceu a briga. O marido espancou a Rauliane até deixá-la desorientada e depois jogou ela no meio do mato", contou.

Na madrugada de domingo (12), a vítima foi encontrada no mato onde foi abandonada e levada ao Hospital Geral de Linhares (HGL) por populares. Além da agressão, o suspeito ain-

da levou o celular da mulher. A familiar da vítima também revelou que a diarista tem três filhos pequenos de outro relacionamento e as crianças presenciaram as agressões.

"As crianças viram tudo: quando ele chutou a cara dela, viu a hora que ele estava batendo nela e arrancou o cabelo dela com couro cabeludo. Foi horrível. A menina dela

# Medida protetiva mais fácil para as vítimas

**MUDANÇA** Delegados e outros policiais vão poder conceder medidas protetivas de urgência pela Lei Maria da Penha

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem mudanças na Lei Maria da Penha para facilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência a mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar.

Segundo a norma, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da vítima, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a pessoa ofendida.

A medida de afastamento caberá à autoridade judicial; ao delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca; ou ao policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

Além do afastamento imediato, a lei determina que, nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. Outra mudança prevê que, quando as medidas forem determinadas por delegado ou policial, o juiz precisa ser comunicado no prazo máximo de 24 horas e ele decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

Antes, a autoridade policial tinha um prazo de 48 horas para remeter ao juiz os dados da ocorrência de agressão e, só depois disso, o juiz decidiria quais medidas de proteção seriam aplicadas. O texto estabelece ainda que o juiz providenciará o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido e pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social.



FERNANDO MAZERA

Faxineira ficou com várias marcas pelo corpo após ser torturada, em Cariacica. O acusado foi preso na manhã de ontem e negou o crime

**CORTOU A NAMORADA COM CACOS DE VIDRO**

## Acusado de tortura vai em cana

O auxiliar de obras de 34 anos, acusado de cortar o corpo e cabelo da namorada com caco de vidro, no último domingo, em frente ao filho dela, foi detido na manhã de ontem, em Cariacica.

De acordo com a Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cariacica, o homem deverá iniciar o cumprimento da prisão preventiva, por agressão, na forma da Lei Maria da Penha.

Ele foi abordado na residência da mãe e não ofereceu qualquer resistência.

Na delegacia, chegou a negar ter cometido as práticas criminosas. Após os procedimentos determinados pela autoridade policial, ele foi encaminhado para o Centro de Triagem de Viana.

### O CRIME

O crime aconteceu no último domingo, no Dia das Mães, quando a faxineira de 23 anos foi torturada, na frente do filho de 3 anos. Desta vez, o agressor usou caco de vidro para ferir todo o seu corpo, inclusive as partes íntimas.

O material também foi

usado para cortar o cabelo dela, que carregava por todo o tempo enquanto prestava denúncia contra ele no Plantão Especializado da Mulher (PEM).

Ela relatou que as agressões sempre foram motivadas por ciúme e estava

**Ela relatou que as agressões sempre foram motivadas por ciúme**

tentando se separar dele, com quem mora há um ano e quatro meses. Ela disse que todas as vezes que pedia para sair de casa era ameaçada de morte. "Ele chegou dizendo que iria me matar, se eu não ficasse com ele não seria de mais ninguém", disse.

Após a agressão, segundo ela, ele começou a sacudi-la para saber se estava bem, mas após não notar nenhuma reação da vítima, saiu de casa. "Ele me chamava de amor e me balançava, mas eu tentava não demonstrar nenhuma reação e pedia a Deus para ter

misericórdia. Ele saiu de casa achando que eu estava morta, foi aí que conseguiu ir para a casa da minha mãe com meu filho".

Horas depois da agressão ele tentou retornar à residência, mas fugiu do local antes da Polícia Militar conseguir pegá-lo.

Ela contou que já perdeu as contas de quantas vezes foi agredida. Decidiu procurar a polícia pela primeira vez após notar seu corpo todo deformado e perceber que os pedidos que ela fazia para que ele saísse de casa não estavam resolvendo.



REPRODUÇÃO / TV GAZETA

## FAMÍLIA DENUNCIA AMEAÇAS

✦ A família de Rauliane afirma que tem recebido ameaças do acusado. "Ele está nos ameaçando. Ele ficou com a celular da Rauliane e manda mensagens. Fala que não tem medo da polícia, que se for preso daí uns dias ele sai", contou a parente da vítima, com medo. Agora, os amigos e parentes da diarista pedem justiça. "Está todo mundo revoltado com essa covardia que o marido fez com a Rauliane. Eu quero justiça, porque é muito feio o que ele fez, mulher nenhuma merece isso", disse a familiar, emocionada.

Os parentes não sabem qual o paradeiro do suspeito. "Não sabemos se ele fugiu ou se está em Sooretama. Só sabemos que ficou com o celular dela e fica online, vendo tudo o que está acontecendo", ressaltou. As fotos de Rauliane bastante ferida estão circulando nas redes sociais. Um irmão da diarista fez uma postagem em um grupo de Linhares, denunciando a agressão, e colocou as imagens. Nos comentários, muitas pessoas se mostraram indignadas com a violência. "Isso não é um namorado, é um monstro", diz um dos comentários.

### 3

**FILHOS** pequenos de Rauliane Souza Silva presenciaram a violência contra a diarista, em Sooretama

A diarista Rauliane Souza Silva estava na casa da sogra quando foi agredida, no último sábado, em Sooretama. Vítima permanece internada

# Diarista é espancada na frente dos filhos

**EM SOORETAMA** Vítima ficou com o rosto desfigurado. Principal suspeito do crime é o marido dela

Uma jovem de 25 anos teve o maxilar quebrado e ficou com o rosto desfigurado depois de ser agredida, em Sooretama, região Norte do Estado.

A diarista Rauliane Souza Silva estava na casa da sogra quando tudo aconteceu, no último sábado. O principal suspeito do crime é o marido.

Ela ficou internada em Linhares e, ontem, foi transferida para um hospital de Colatina, onde vai passar por cirurgia. Os três filhos da vítima presenciaram toda a violência.

Segundo uma parente de Rauliane, que pediu para não ser identificada, a agressão aconteceu após uma briga do casal.

"Ela mora em Vitória e veio para cá por conta da

festa de Dia das Mães, foi direto para a casa da sogra em Sooretama. No sábado ela também ficou por lá. Por volta de 21 horas, aconteceu a briga. O marido espancou a Rauliane até deixá-la desacordada e depois jogou ela no meio do mato", contou.

Durante a madrugada de domingo, a vítima foi encontrada no mato onde foi abandonada. Ela foi levada ao Hospital Geral de Linhares (HGL) por populares. "Ela está muito machucada no rosto e não consegue falar, só na manhã de domingo ligaram para a mãe dela, avisando que a filha dela estava toda arrebitada no HGL", afirmou a parente.

Além da agressão, o suspeito ainda levou o celular

da mulher. "Aconteceu o bate-boca entre os dois, ele 'quebrou ela na porrada' e aí sumiu com o telefone dela e a chave da casa dela em Vitória. O pouco que a Rauliane conseguiu contar é que estava sentada e ele chegou brigando com ela por causa de outra mulher. Ela disse que já que ele não a queria mais, era melhor separar. Então ele

**"Ele 'quebrou ela na porrada' e aí sumiu com o telefone e a chave da casa dela"**

PARENTE DE RAULIANE  
Não quis se identificar

começou a bater nela", explicou.

A familiar da vítima também revelou que a diarista tem três filhos pequenos de outro relacionamento e as crianças presenciaram as agressões. "Ela não está bem. O rosto dela está todo deformado, quebrou o maxilar dela todo. As crianças viram tudo. Quando ele chutou a cara dela, viu a hora que ele estava batendo nela e arrancou o cabelo dela com couro cabeludo. Foi horrível. A menina dela está até traumatizada".

#### VIOLÊNCIA

De acordo com a parente, é a primeira vez que acontece essa violência. "Brigar eles brigavam, mas desse modelo não,

com essa violência toda não. Eu fico com dó das crianças e da Rauliane, que está sofrendo demais", disse. O casal estava junto há seis anos.

Em nota, a Polícia Civil informou que o caso é investigado e a vítima, que está internada, ainda será ouvida para dar andamento nas investigações.

"Até o momento o suspeito não foi detido, e outras informações não serão passadas, no momento, para não atrapalhar o andamento das investigações. A Polícia conta com a colaboração da população e qualquer contribuição para identificação de suspeitos podem ser feitas por meio do Disque-Denúncia 181. O sigilo e anonimato são garantidos", diz a nota.

# Lei Maria da Penha fica mais ágil contra agressor

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou ontem mudanças na Lei Maria da Penha para facilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência a mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar. O novo texto dá maior agilidade para a tomada de decisão pela polícia e a Justiça.

De acordo com a nor-

ma, assim que verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da vítima, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a pessoa ofendida.

A medida de afastamento caberá à autoridade judicial; ao delegado de polícia (quando o município não for sede de comarca) ou ao policial

(quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia).

Além do afastamento imediato, a lei determina que não será concedida liberdade provisória ao agressor nos casos de risco à integridade física da vítima ou à efetividade do cumprimento da medida protetiva de urgência.

● METRO COM ESTADÃO CONTEÚDO

## Governo apoia criação de curso na Ufes para combate à violência contra a mulher

Secom-ES

Um grupo de trabalho conjunto reuniu-se com a vice-governadora, Jaqueline Moraes, na manhã desta terça-feira (14), para discutir a criação de um curso na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para aperfeiçoamento de formação continuada para multiplicadores no combate à violência contra a mulher. O projeto, chamado EmPenhad@s, prevê a cooperação entre várias secretarias e a Universidade pelo prazo inicial de um ano, podendo ser renovado posteriormente por interesse das partes.

De forma integrada, a formação será direcionada às servidoras, com 360 vagas iniciais em 12 polos de apoio presencial em todo o Estado, distribuídos pelas regiões com as maiores taxas de feminicídio. Na programação há quatro módulos didáticos, com aulas via vídeo, webconferência e oficinas presenciais, no período de 2019/02 a 2020/01.

“O processo está em andamento e já reflete os resultados do Planejamento Estratégico do Governo quan-



Foto divulgação

do o Agenda Mulher se firmou como um Programa dentro das políticas públicas de empoderamento das mulheres via o empreendedorismo. Este curso de aperfeiçoamento terá uma formação continuada para alcançar multiplicadores, que devem atuar de forma humanizada no combate à violência contra a mulher no Espírito Santo”, explica a vice-governadora.

Ao defender o projeto, a vice-reitora da Ufes, Ethel Maciel, ressaltou que “o curso de especialização se completa como interface do Programa Agenda Mulher da vice-governadoria. O trabalho a fazer é grande, mas espero que, no futuro, as mulheres não precisem mais deste tipo de programa”,

ressaltou.

### Participação

O projeto foi desenvolvido pela professora de Filosofia da Ufes, Cláudia Murta, e participaram desta primeira reunião de trabalho na vice-governadoria: Maraney Araujo e José Valdecir, assessores da vice-governadoria; a diretora-presidente, Nelci do Belém, a diretora técnica Maria do Socorro Marques, o gerente de desenvolvimento Marcos Américo Boas e os assessores Zilmara Graça e Rodrigo Cristello, da Esesp; a gerente de políticas para mulheres da SEDH, Alcenir Rocha; a major Emília Alves, da Polícia Militar; a subsecretária de planejamento e projetos Joseane Zogabi e a

gestora de programas e projetos Ana Lúcia Panssini; a delegada Cláudia Dematté da Polícia Civil; o assessor da Aderes, Claudima Silva; a assessora da Sedes, Cintia Dias; a vice-reitora Ethel Maciel, o diretor Renato Neto, a professora Cláudia Murta e a assessora Débora Nocar, da Ufes; a educadora da Uerj, Karina Caetano; a coordenadora de projetos da Seag, Patrícia Ferraz Nascimento; a diretora-presidente do Procon-ES, Lana Lages; a assessora da Sesp, Ana Tinoco; a psicóloga, referência técnica em violência da Sesa, Jacqueline Silvestri; e a especialista em políticas públicas e gestão governamental do Lab.gov da Seger, Nara Callimam.

# Brechas na lei são fatais para mulheres vítimas de violência (Editorial)

Em anos mais recentes, a violência contra as mulheres no Brasil, que sempre existiu, mas mantinha-se encoberta pelo véu do machismo, explodiu em campanhas, debates, relatórios, estudos, redes sociais e conversas de bar. Infelizmente, o país percebeu que a tragédia é diária, complexa, arraigada. Mas, felizmente, a sociedade e o poder público começaram a acordar para o cenário que, somente entre fevereiro de 2018 e o mesmo mês deste ano, somou 1,6 milhão de brasileiras espancadas ou vítimas de tentativa de estrangulamento, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança.

Com uma lupa sobre o assunto, foi possível despertar para o fato de que ameaças, agressões e mortes não escolhem classe social, não acontecem num beco escuro. Foi possível desconstruir falácias que culpam as vítimas pelas violências física, psicológica, patrimonial e sexual, em vez de combater as verdadeiras causas, já que nem em casa elas estão seguras. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Em 70% das ocorrências de estupro, os agressores são pessoas próximas da vítima - são chefes, pais, maridos.

> Botão do pânico: eficácia comprometida mesmo após seis anos

O Espírito Santo, um dos piores Estados no ranking de **violência contra a mulher**, mostrou neste mês que está muito longe de reverter esse quadro. Se comprovadas as suspeitas de que foram assassinadas pelo marido e pelo ex, Regiane da Silva Pereira, de São Mateus, e Sandra Helena Moreira, de Cachoeiro de Itapemirim, engrossarão a triste estatística que mostra o avanço do feminicídio no Estado: foram 17 de janeiro a abril, contra 11 do mesmo período de 2018.

A visibilidade dada ao tema ajudou a impulsionar o Brasil para a criação de dispositivos como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, que reconhecem a especificidade de crimes decorrentes da violência doméstica e da discriminação de gênero. Mas as brechas ainda são fatais. Mais da metade das mulheres não denuncia o agressor ou procura ajuda, e a principal razão para o silêncio é a mesma da agressão: a misoginia, travestida no receio de ser estigmatizada, de perder o emprego ou o relacionamento. Quando vencem a barreira cultural,

enfrentam a institucional. Apenas 8% dos municípios brasileiros possuem delegacias especializadas em crimes de gênero, por exemplo.

>Lei permite medidas emergenciais a **mulheres vítimas de violência**

Após ser esfaqueada pelo marido no Dia das Mães, uma mulher de Vila Velha fez um desabafo pungente a este jornal: "agora ele vai ficar preso e vou poder organizar a minha vida". A história da dona de casa, que por pouco não sobreviveu para contar sua história, mostra que o Estado precisa pavimentar um caminho menos acidentado para que as mulheres possam denunciar os crimes. Quantas vítimas ainda terão que contar apenas com a sorte?

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/editorial/2019/05/brechas-na-lei-sao-fatais-para-mulheres-vitimas-de-violencia-1014180858.html>

# Programa do governo estadual vai investir na formação de mulheres para combater a violência

**Miranda Perozini**

Curta, comente e compartilhe!

Mais de mil vagas em cursos de capacitação e empreendedorismo deverão ser ofertadas às mulheres capixabas, como medida do novo projeto do Governo do Estado, a ser anunciado no próximo dia 29.

O programa Agenda Mulher, é uma iniciativa da vice-governadora Jaqueline Moraes, juntamente com as Secretarias de Estado de Direitos Humanos e de Planejamento.

Segundo a vice-governadora, o Agenda Mulher visa capacitar mulheres para que possam se tornar independentes, capazes de denunciar e saírem de situações de violência doméstica.

"Entendemos que a causa de muitas mulheres viverem um relacionamento abusivo é não ter forças para denunciar. Mudar o cenário social e econômico delas através do empreendedorismo pode ser o estopim para a denúncia e a melhoria moral e psicológica", explicou Jaqueline.

O projeto faz parte de um diálogo com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes) e a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp), com três pilares: Institucional, social e político.

De acordo com Jaqueline Moraes, o Governo do Estado não será o executor direto das atividades. "A Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes) ofertará o 'Capacitar para Empreender', e dentro deste projeto, o 'Delas', irá ofertar cursos de qualificação para mulheres", conta.

Algumas atividades já estão sendo ofertadas, mesmo sem a total formação do programa, e o edital de inscrição será liberado na próxima quarta-feira (15). "O Qualifica ES, outro programa do Governo, abrirá turmas para mulheres", disse Jaqueline.

**Site: <http://eshoje.com.br/programa-do-governo-estadual-vai-investir-na-formacao-de-mulheres-para-combater-a-violencia/>**

# Medo, vergonha e dependência financeira atrapalham as denúncias

**POLIANA ALVARENGA**

TAG: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VIOLÊNCIA  
CONTRA MULHER, DENÚNCIAS, AUMENTO DE  
CASOS, NA SERRA, LEI MARA DA PENHA,  
MEDIDAS PROTETIVAS

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVGAZETAAFGL>**

**OBOES-06.45.12-06.49.19-1557916769.mp4**

# Lei sancionada permite que policiais afastem o agressor do convívio da mulher

O presidente da República sancionou uma nova lei pra ajudar no combate à **violência contra a mulher**. A partir de agora policiais podem afastar o agressor do convívio da vítima. A iniciativa tem como alvo cidades onde não há delegacia ou comarca judicial

Fabiana Paes promotora de justiça

Luiza Nagib Eluf advogada criminalista

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVGLOBOSP-04.38.54-04.41.12-1557915304.mp4>**

# Alteração na Lei Maria da Penha efetiva garantias, mas viola a Constituição

*Por Ruchester Marreiros Barbosa*

A Presidência da República sancionou a Lei 13.827/19, que alterou a Lei 11.340/06 para autorizar a concessão de medida protetiva de urgência, por juiz, delegado de polícia ou policial, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, consoante o artigo 12-C, bem como instituir o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça**, como hoje ocorre com banco de dados para os mandados de prisão emitidos.

O Brasil, mesmo signatário de diversos tratados de direitos humanos como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos, também ratificou, como muito bem salientou o professor Francisco Sannini Neto[1], a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (Cedaw, 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), além de diversos outros instrumentos de proteção internacional. O descumprimento desses documentos caracteriza crime de responsabilidade consoante o artigo 85, VII da CF e o artigo 5º, item 11 da Lei 1.079/50.

Neste diapasão, a Lei 11.340/06 trouxe, dentre diversas ferramentas de proteção à mulher, os artigos 22 a 24, sob a rubrica de "Medidas Protetivas de Urgência", na qual o legislador imaginou que, para proteger a vítima agredida e ameaçada de morte, por exemplo, bastaria que ela fizesse um requerimento perante o delegado, e este expediente fosse remetido, num prazo de 48 horas, ao juiz (artigo 12, III c/c artigo 19), que, por sua vez, teria mais 48 horas para decidir sobre o requerido, conforme o artigo 18, I da Lei Maria da Penha, e que isso garantiria a "urgência". Salta aos olhos que 96 horas, equivalente a quatro dias, está longe de ser uma resposta urgente.

Não há dúvidas de que o legislador deve se preocupar com a "relação entre direitos fundamentais e democracia", no entanto, esperar que essas medidas pudessem ter a eficácia pretendida, diante dos regionalismos de dimensão territorial em nível continental e as peculiaridades de mais de 5,5 mil municípios de nosso país, denota o que Alexy denomina de visão ingênua e idealista[2].

Mesmo após a tentativa de sanear a violação sistêmica a direitos humanos apontados pelo relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que recomendou a elaboração da Lei 11.340/06, previu procedimento ineficiente, como alerta a doutrina de Henrique Hoffmann e Pedro Rios Carneiro[3]:

"(...) pelo relatório final da CPMI da **Violência Doméstica**, baseados em relatório de auditoria do TCU, revelam que a insuportável morosidade na proteção da vítima não é exceção, mas a regra. A depender da região, o prazo para a concessão das medidas é de 1 a 6 meses, 'tempo absolutamente incompatível com a natureza mesma desse instrumento', a impor 'medidas cabíveis para a imediata reversão desse quadro'".

Mesmo que as medidas protetivas de urgência fossem concedidas com a celeridade que a lei exige, ainda assim seu cumprimento seria prejudicado em razão de problemas estruturais, como a quantidade limitada de oficiais de Justiça, dificuldades de deslocamento dos servidores públicos etc.

Em outras palavras, o Brasil prossegue com a violação sistêmica à proteção da **violência contra a mulher**.

Neste diapasão é possível invocar, como fez Alexy, "a fórmula de Radbruch" utilizada para rejeitar a tese de Hans Kelsen de que para o "(...) Estado (...) qualquer conteúdo poderia ser direito", até mesmo de matar. Diante dessa conclusão positivista de Kelsen, contrapõe o autor que "a injustiça extrema não é direito"[4] e que a transformação dos direitos humanos "em direitos fundamentais, ou seja, em direito positivo, representa o esforço de conectar a dimensão ideal à real"[5].

Ao abordar a posição jurídica dos direitos fundamentais no sistema jurídico e sua força executiva, Alexy deixa claro que "a observância dos direitos fundamentais é, ao contrário, completamente controlada pela justiça, o que começa nas instâncias inferiores, por exemplo, a justiça administrativa, e termina no Tribunal Constitucional Federal em Karlsruhe"[6].

Em outras palavras, o autor deixa evidenciado que a "polícia"[7], como "instância de justiça administrativa",

efetiva direitos fundamentais que passam por controle posterior do Judiciário, não havendo, portanto, exclusividade na efetivação de direitos fundamentais por decisão estritamente jurisdicional como primeira e última palavra, consoante já leciona J.J. Gomes Canotilho a despeito da reserva relativa de jurisdição[8], na qual o Poder Executivo possa ser a primeira palavra, e o Judiciário, a última, sempre exercendo controle posterior da primeira decisão.

Já é assente na doutrina que o delegado de polícia possui "função essencial à justiça, como garantia implícita na Constituição"[9], e não é por outro motivo que uma das maiores expoentes na doutrina sobre a Lei Maria da Penha, a desembargadora aposentada do TJ-RS Maria Berenice Dias, atenta a essas premissas teóricas, não verificou nenhum óbice à decretação de medida protetiva de urgência pelo delegado de polícia, verbis:

"É indispensável assegurar à autoridade policial que, constatada a existência de risco atual ou iminente à vida ou integridade física e psicológica da vítima ou de seus dependentes, aplique provisoriamente, até deliberação judicial, algumas das medidas protetivas de urgência, intimando desde logo o agressor"[10].

Neste jaez, não há dúvidas sobre a constitucionalidade da concessão da medida pelo delegado, como anteparo jurídico, constitucional e democrático à mesma, pois haverá sempre a possibilidade do controle pelo Judiciário perante a certeza da existência concreta de um direito fundamental, por uma decisão fundamentada e adequada ao caso concreto, tanto quanto à proteção concreta da vida ou incolumidade física da vítima em iminente perigo e a garantia individual do investigado de se socorrer do controle jurisdicional, acesso aos autos, assistência jurídica por advogado etc.

A medida protetiva de urgência possui natureza jurídica de cautelar pessoal, restando salutar, conseqüentemente, que seja conferida após subsunção dos fatos com acuidade jurídica da existência de *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*, ou, como preferem alguns, de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, função jurídica inerente ao cargo de juiz ou de delegado de polícia, este conforme o artigo 2º da Lei 12.830/13.

Contudo, o artigo 12-C, III padece de flagrante inconstitucionalidade, inclusive já declarada pelo **STF** em caso idêntico tratado nas ADIs 2.427 e 3.441, quando prevê a concessão de uma medida que exige conhecimento jurídico por ocupante de cargo com função jurídica, que o policial, que não ocupa cargo com essas características, substitua o delegado de polícia "quando o Município não for sede de comarca e

não houver delegado disponível no momento da denúncia" (*rectius*, *notitia criminis*).

O que o legislador equivocadamente pretende é permitir que o policial, agente da autoridade, como o policial militar, que ocupa cargo desprovido de atribuição jurídica, possa realizar função que não lhe compete, implementando norma equivalente, como na Lei 10.704/94 e Lei 10.808/94, que, na oportunidade da declaração de sua inconstitucionalidade, destacamos a manifestação no voto do ministro Nelson Jobim, no julgamento da cautelar, fls. 168, que suspendeu a vigência daquelas leis do estado do Paraná:

"(...) o cargo de delegado de polícia é exercido por cidadão com curso superior em Direito, após aprovação em concurso público.

Exerce atividades em que lhe são exigidos conhecimentos técnicos específicos.

Como tal, o Delegado de carreira somente pode ser substituído por outro servidor também Delegado de carreira (...)"

Ainda, a suprema corte, em outro julgado, de forma contundente manifestada no voto do ministro Carlos Ayres Brito, na ADI 3.441, que declarou inconstitucional dispositivo da Lei 7.138/98 do estado do Rio Grande do Norte, que autoriza agente da Polícia Civil ou da Polícia Militar a realizar ato típico do cargo de delegado de polícia em municípios do interior que não possuíam delegados lotados, viola o artigo 144, parágrafo 4º e artigo 37, II, ambos da CF/88, por não se tratar de ocupantes de cargos que o ministro denominou de "carreiras jurídicas (...) o que requer amplo domínio do Ordenamento Jurídico do País"[11].

Por fim, a alteração legislativa garante, com letras garrafais, um dos princípios do quarteto principiológico estruturante do acesso à Justiça no Brasil, mencionados por Paulo César Pinheiro Carneiro[12] em sua pesquisa sobre acesso à Justiça, denominado de Operosidade, na qual pressupõe que "as pessoas, quaisquer que sejam elas, que participam direta ou indiretamente da atividade judicial ou extrajudicial, devem atuar da forma mais produtiva e laboriosa possível para assegurar o efetivo acesso à justiça" (grifo nosso).

Acesso à Justiça não é acesso ao Judiciário. É muito mais do que isso[13]. É acesso à uma ordem jurídica penal justa, a começar pelo delegado de polícia.

[1] NETO, Francisco Sannini. Lei Maria da Penha e o Delegado de Polícia. Revista Canal Ciências

Criminais. Disponível em , acesso em 14/5/2019.

[2] ALEXY, Robert. Teoria Discursiva do Direito. Trad. Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 132.

[3] CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de e CARNEIRO, Pedro Rios. Concessão de medidas protetivas na delegacia é avanço necessário. Artigo publicado na revista eletrônica, Consultor Jurídico. Disponível: , acesso em 14/5/2019.

[4] ALEXY, Robert. Ob. cit. p, 313.

[5] ALEXY, Robert. Ob. cit. p, 318.

[6] ALEXY, Robert. Ob. cit. p, 127/128.

[7] Ibidem. p, 128.

[8] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª edição, Coimbra: Almedina, 2003, p. 1224.

[9] NICOLITT, Manual de Processo Penal, 5ªed., São Paulo: RT, 2015, p. 172.

[10] DIAS, Maria Berenice. Medidas protetivas mais protetoras. Disponível em: , acesso em 20/6/2016.

[11] ADI 3.441/RN, voto do min. rel. Carlos Ayres Brito, p. 137.

[12] CARNEIRO, Paulo César Pinheiro. Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 57.

[13] BARBOSA, Ruchester Marreiros. Acesso à justiça ou ao judiciário? Revista Canal Ciências Criminais. Disponível em: , acesso em 14/5/2019.

**Site: <http://www.conjur.com.br/2019-mai-15/ruchester-mudanca-maria-penha-efetiva-garantias-viola-cf>**

# Mais 3 casos violência contra mulheres dois suspeitos ainda não foram localizados

**LUANA DAMASCENO**

TAG: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA, SUSPEITO FORAGIDO,  
FEMINICÍDIOS, AGRESSORES, VÍTIMAS

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-08.09.25-08.12.59-1557840081.mp4**

# Justiça manda prender marido de professora morta em São Mateus

PERÍCIA, MORTE, PROFESSORA, MULHER,  
PRISÃO, MARIDO, SEPARAÇÃO,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/13/TVGAZETAAFGL>**

**OBOES-12.06.19-12.08.05-1557764913.mp4**

# Justiça decreta a prisão de viúvo suspeito de matar professora em São Mateus ES (Justiça)

*Redacao São Mateus News*

13:52 h

O juiz Felipe Rocha Silveira, da 1ª **Vara Criminal** de São Mateus, decretou na tarde desta última sexta-feira (10), a prisão temporária do viúvo da professora Regiane da Silva Pereira, de 40 anos, morta por estrangulamento no início da semana. O corpo dela foi encontrado na segunda-feira (6) em uma área de mato conhecida como Três Pistas, às margens da rodovia BR-101.

Antes mesmo da decretação da prisão temporária do suspeito de assassinar a própria mulher, crime que ganhou muita repercussão em São Mateus, onde Regiane trabalhava como educadora, Paulo Sérgio de Oliveira, marido dela, já estava preso em decorrência de um mandado de prisão expedido contra ele por atraso no pagamento de pensão alimentícia de um filho de outro casamento, no valor de R\$ 10 mil.

De acordo com as informações do Jornal FA Noticias que divulgou em seu site, a prisão do suspeito aconteceu em sua residência no bairro Ayrton Sena, onde ele estava se preparando para viajar. A medida da polícia foi para evitar uma fuga enquanto a Justiça analisava o pedido de prisão temporária, o que foi feito rapidamente.

Com Paulo Sérgio já recolhido no Centro de Detenção Provisória (CDP) a Delegacia de Crimes Contra a Vida de São Mateus terá mais tempo para concluir as investigações já que há fortes indícios de ter sido mesmo o suspeito o executor da mulher de quem estava em processo de separação judicial.

Esta notícia já foi lida 17 vezes

**Site:** <https://saomateusnews.com.br/justica/justica-decreta-a-prisao-de-viuvo-suspeito-de-matar-professora-em-sao-mateus-es/>

# Vítimas de violência devem buscar na psicologia resgate da autoestima

## **Redação Folha Vitória**

Após romper o ciclo de violência, que, em muitos casos, se instala no próprio lar, as mulheres devem iniciar um processo de resgate da autoestima, de acordo com psicólogos. Há o consenso de que buscar uma melhora por meio da ajuda de profissionais da área é o mais recomendável.

São eles que conseguem auxiliar as vítimas em busca da dar nomes às emoções. A partir daí, de acordo com os especialistas, é possível trabalhar a autoestima que, normalmente, é prejudicada depois de episódios de violência.

Conforme explica Laura Frade, professora do curso de psicologia do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), o resultado da violência doméstica, na mente da vítima, pode se assemelhar ao que é gerado em campos de guerra. Por essa razão, a instrução é que o terapeuta identifique em que grau desse quadro a paciente se encontra.

A pessoa que passa pelo processo de violência doméstica, quanto mais prolongado ele é, mais tem respostas ao que seria um estresse pós-traumático. Retirar alguém dessa situação significa que ela precisa conhecer o que é a resposta que ela apresenta. [O psicólogo] precisa ter conhecimento do grau de profundidade, saber se foi estresse agudo, crônico, e ela [vítima] vai precisar ser retirada desse contexto, criar uma rede de apoio, coisa que é cortada, pois ela se sente sozinha, abandonada, já que essa é uma das estratégias do agressor, e construir memórias que podem ser agradáveis, diz Laura, também formada em direito e doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Reconhecido pela Classificação Internacional de Doenças, o estresse pós-traumático pode se manifestar por meio de medo ou terror ativado após o evento que causou o choque. A pessoa que desenvolve o transtorno tem, por exemplo, lembranças vívidas do acontecido ou, então, se torna hipervigilante, como se o fato fosse se repetir.

A acadêmica lembra que a vítima de violência passa por mudança nas composições bioquímicas do corpo. De acordo com ela, é a prova de que o ciclo de violência desorganiza intensamente a vítima. Há a

ampliação do gânglio basal, que são duas estruturas localizadas na região da nuca, responsáveis pela nossa sobrevivência e que ficam muito ativas durante o período de sofrimento, explica Laura.

Além disso, ela destaca que, depois de ser exposta à dor, é importante que a pessoa crie novas memórias. Laura afirma que, antes de se abrir para novos relacionamentos românticos, a vítima deve priorizar a compreensão sobre sua história. Isso significa, por exemplo, a tentativa de identificar um padrão na própria vida afetiva ou na vida de mulheres próximas de associação entre amor e sofrimento.

A primeira coisa que se precisa ponderar quando se pensa em novas relações é se está presente a transgeracionalidade. É um ato muito comum que compõe a violência doméstica e consiste em perceber se, no histórico, elas [as vítimas] têm outras mulheres na família que também tiveram relações violentas. Normalmente, têm. Diria que é quase um aprendizado doméstico, e esse aprendizado precisa ser superado. É a primeira coisa a ser reconhecida. Se ele existir, precisa ser trabalhado com o terapeuta, porque, senão, o que ela [a vítima] vai fazer é simplesmente trocar o agressor, sublinha Laura.

Escrita é redenção

Transmitir ao filho o ensinamento de que toda mulher deve ser tratada com respeito passou a ser uma das principais missões da empresária Susete Pasa, de 47 anos. Ela é autora do livro *Abusada*, que reúne recordações de sua vida, marcada por um relacionamento abusivo. Como muitas vítimas, ela vivia com o agressor. A escritora só conseguiu reunir forças para romper o relacionamento, carregado de violência, após 24 anos de casamento.

Susete fugiu de casa, no município Estância Velha (RS), há três anos. Na ocasião, deixou uma carta ao ex-companheiro que tinha viajado a negócios na companhia de outra mulher. Assim, ela retornou a Arroio do Tigre (RS), sua cidade natal para morar com a mãe. No momento, ela estuda acionar a Justiça para que o marido seja retirado da residência do antigo casal.

A empresária afirma que, embora soubesse de casos de traição do ex-companheiro, acreditou, por muito

# Lei permite medidas emergenciais a mulheres vítimas de violência

O presidente Jair Bolsonaro sancionou na tarde desta segunda-feira (13) a lei que permite que autoridades policiais determinem a aplicação de medidas protetivas a **mulheres vítimas de violência doméstica**. O prazo para sanção ou veto presidencial terminava hoje. A relatora do Projeto de Lei no Senado, Leila Barros (PSB-DF), confirmou a assinatura do presidente, que transformou o projeto em lei, sem vetos.

"Hoje no finalzinho da tarde o presidente sancionou o PL 94, sobre as medidas protetivas para as mulheres vítimas de agressão nas primeiras 24 horas", disse a senadora. "Sabemos que nos rincões desse país existem muitos municípios que não têm comarca e muitas mulheres são vítimas de violência e não têm medida protetiva naquelas primeiras 24 horas. Sabemos que as primeiras 24 horas são a diferença entre a vida e a morte de muitas delas". Leila acompanhou, no Palácio do Planalto, a sanção do PL.

O texto prevê que a autoridade policial poderá determinar a medida protetiva em cidades onde não haja um juiz para fazê-lo. Assim, o delegado ou até o próprio agente, na ausência do delegado, poderá determinar que o agressor saia de casa, mantendo distância da vítima até a análise do juiz. Segundo o texto, a autoridade policial deverá informar a decisão ao juiz da comarca mais próxima em até 24 horas.

Atualmente, a lei estabelece um prazo de 48 horas para que a polícia comunique o juiz sobre as agressões, para que, só então, ele decida sobre as medidas protetivas. A efetiva aplicação de medidas, no entanto, pode levar mais tempo para ocorrer, uma vez que a decisão só passa a valer após o agressor ser encontrado e intimado por um oficial de justiça.

A lei encontra resistência entre os magistrados. A categoria alega que o texto confere à polícia uma competência exclusiva do Judiciário. Já representantes da Polícia Civil entendem que a medida pode salvar a vida de muitas mulheres.

"É muito comum as vítimas fazerem a ocorrência e voltarem à delegacia enquanto ele ainda não foi intimado de uma decisão judicial. E ela volta dizendo ele está me mandando recado todos os dias, estou me sentindo muito ameaçada", disse a delegada-chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM),

Sandra Melo, em entrevista à Agência Brasil.

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/lei-permite-medidas-emergenciais-a-mulheres-vitimas-de-violencia-1014180726.html>

# Mulheres são agredidas na Grande Vitória

## Parte I

*Daniela Carla, Gabriela Ribeti*

MULHER, AGRESSÃO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA,  
DELEGACIA, POLÍCIA CIVIL, CARIACICA, VILA  
VELHA

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/13/TVGAZETAAFGL>

**OBOES-11.51.23-11.59.19-1557764613.mp4**

# Mulheres são agredidas na Grande Vitória

## Parte II

*Daniela Carla, Gabriela Ribeti*

MULHER, AGRESSÃO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA,  
DELEGACIA, POLÍCIA CIVIL, CARIACICA, VILA  
VELHA

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/13/TVGAZETAAFGL>

[OBOES-12.39.50-12.41.41-1557765517.mp4](#)

# Mudanças na Lei Maria da Penha para agilizar medidas protetivas são sancionadas

*Redação Folha Vitória*

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta terça-feira, 14, mudanças na Lei Maria da Penha para facilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência a mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar. A lei sancionada possibilita maior agilidade na tomada de decisão por autoridades da Justiça e da Polícia.

De acordo com a norma, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da vítima, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a pessoa ofendida. A medida de afastamento caberá à autoridade judicial; ao delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca; ou ao policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

Além do afastamento imediato, a lei determina que, nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

Outra mudança prevê que, quando as medidas forem determinadas por delegado ou policial, o juiz precisa ser comunicado no prazo máximo de 24 horas e ele decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao **Ministério Público** concomitantemente. Antes, a autoridade policial tinha um prazo de 48 horas para remeter ao juiz os dados da ocorrência de agressão e, só depois disso, o juiz decidiria quais medidas de proteção seriam aplicadas.

O novo texto estabelece ainda que o juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido e regulamentado pelo **Conselho Nacional de Justiça**, garantido o acesso do **Ministério Público**, da **Defensoria Pública** e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas.

**Site:**

<https://novo.folhavitória.com.br/politica/noticia/05/2019/mudancas-na-lei-maria-da-penha-para-agilizar-medidas-de-protecao-sao-sancionadas>

# Pedidos de mulheres por medidas protetivas aumentam em quase 30% na Grande Vitória

Por G1 ES

O número de medidas protetivas na Grande Vitória aumentou 27% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública do Estado (Sesp). O município mais violento é Vila Velha, com 355 medidas protetivas concedidas neste período, seguido por Serra, Cariacica e Vitória.

O aumento do número de pedidos pode ser um reflexo da quantidade de casos de violência doméstica. Segundo a Sesp, os casos de feminicídio aumentaram 33,3% nos três primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período em 2018. Foram 12 feminicídios no primeiro trimestre de 2019 e nove no primeiro trimestre de 2018.

Ao todo, foram concedidas 840 medidas protetivas em municípios da Grande Vitória entre janeiro e março deste ano.

"Por um lado, é um dado positivo. As mulheres estão buscando a tutela da Justiça, a tutela policial para se livrarem de violência doméstica. Por outro lado, isso também demonstra que deve ter um número enorme de mulheres que não têm coragem de denunciar, por algum motivo, e que ficam em casa sofrendo violência. Por que o que a gente imagina é o seguinte: se chega esse tanto de denúncias, é porque o número de violência de forma geral está aumentando", disse a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brunela Vicenzi.

A pesquisadora sobre **violência contra a mulher** aponta possíveis motivos que fazem com que muitas vítimas e caem.

"Elas têm vergonha de denunciar. Por causa de uma repressão social, de comentários da família, vizinhos. Tem outras que se sentem dependentes do companheiro, marido ou namorado, seja por razão afetiva, por achar que filhos vão ficar sem o companheiro em casa, ou mesmo por dependência financeira. Os casos que chegam à delegacia são apenas a ponta do iceberg", opinou Brunela.

A falta de uma denúncia pode custar vidas. No início deste mês, Yure dos Santos Faria, de 24 anos, foi

morta pelo companheiro com dois tiros na cabeça na região de Terra Vermelha, em Vila Velha.

Em abril, a diarista Maria Aparecida Viana de Souza foi assassinada pelo namorado no bairro Santa Rita, em Vila Velha.

Em março, na região de São Pedro, em Vitória, uma mulher levou oito facadas pelas costas. O autor do crime foi o próprio companheiro.

Também em março, um caso de **violência contra a mulher** chamou atenção no estado. A vendedora Jane Cherubim foi espancada e abandonada pelo então namorado em uma rodovia. Dias depois, o suspeito foi encontrado morto e o laudo apontou suicídio como causa da morte.

Brunela, que coordena o laboratório de pesquisa de **violência contra a mulher** no Espírito Santo, disse que a Ufes agora busca uma nova alternativa na intenção de ajudar quem ainda não tem coragem de denunciar.

"Uma das iniciativas foi conversar com o subsecretário de Saúde do Estado para pedir que a Secretaria de Saúde nos ajude através de alguma regulamentação interna para fazer com que os profissionais da saúde, toda vez que virem uma mulher vítima de violência nos prontos socorros, que denunciem imediatamente a polícia", disse.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/05/14/pedidos-de-mulheres-por-medidas-protetivas-aumentam-em-quase-30percent-na-grande-vitoria.ghtml>

# Casos de violência contra a mulher aumentam no ES

**FÁBIO LINHARES**

TAG: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CASOS DE FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHERES AGREDIDAS, AGRESSORES, VÍTIMA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVGAZETAAFGL>**

**OBOES-06.42.18-06.44.45-1557831333.mp4**

# Crime contra mulher: Dois suspeitos ainda não foram localizados

**LUANA DAMASCENO**

TAG: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, AGRESSÃO, DELEGACIA DA MULHER, MEDIDA PROTETIVA, AGRESSOR, USUÁRIO DE DROGAS, FEMINICÍDIOS

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-07.03.36-07.08.54-1557838406.mp4**

# Violência doméstica pode ter impactos negativos na formação de crianças e adolescentes- Parte 01

TAG: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, CRIANÇAS, TRAUMAS DE INFÂNCIA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-08.12.59-08.21.14-1557840201.mp4**

# Violência doméstica pode ter impactos negativos na formação de crianças e adolescentes- Parte 02

TAG: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, CRIANÇAS, TRAUMAS DE INFÂNCIA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>  
*DES-08.30.37-08.34.16-1557840476.mp4***

# Cruel! Preso homem que cortou a mulher com caco de vidro em Cariacica- Parte 03

**TALITA CARVALHO, VANUZA SANTANA**

**TAG: VÍTIMA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRISÃO, SUSPEITO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, AGRESSÃO, LEI MARIA DA PENHA**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-12.44.50-12.51.45-1557855509.mp4**

# Cruel! Preso homem que cortou a mulher com caco de vidro em Cariacica- Parte 04

**TALITA CARVALHO**

TAG: VÍTIMA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRISÃO, SUSPEITO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, AGRESSÃO, LEI MARIA DA PENHA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-13.06.03-13.08.37-1557855870.mp4**

# Cruel! Preso homem que cortou a mulher com caco de vidro em Cariacica- Parte 05

TAG: VÍTIMA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRISÃO, SUSPEITO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, AGRESSÃO, **LEI MARIA DA PENHA**, POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>

**DES-13.17.44-13.28.52-1557856917.mp4**

# Violência contra mulher: Cresce número de casos no Estado- Parte 01

**JULIANA LYRA**

**TAG: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, FEMINICÍDIOS, DENÚNCIAS, INFORMAÇÕES, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VÍTIMA, MEDIDAS PROTETIVAS, ANÁLISE DE UM JUIZ**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-14.04.38-14.15.37-1557857757.mp4**

# Motorista de aplicativo deixa prisão após audiência de custódia (Polícia)

## **Tribuna Online**

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

O motorista de aplicativo que havia sido preso na noite de sexta-feira (10), no bairro Planalto Serrano, na Serra, com drogas, munições e até uma máscara de palhaço, foi liberado pela Justiça. Em audiência de custódia realizada neste sábado (11), o juiz decretou liberdade por entender que o suspeito não oferece risco ao andamento das investigações e nem se encaixa em outros critérios para que fosse convertido o flagrante em prisão preventiva.

No entanto, o magistrado impôs algumas medidas cautelares: o motorista não poderá, por exemplo, se ausentar da Grande Vitória sem prévia autorização do juiz, não frequentar bares ou boates, entre outras atribuições.

O motorista tem 43 anos de idade e foi preso com 11 munições de revólver calibre 38, dois pinos de cocaína, três buchas de maconha, balança de precisão, além de uma máscara de palhaço.

A prisão aconteceu quando ele foi abordado pela polícia. Durante a abordagem, os policiais encontraram um cigarro de maconha em seu veículo. Também durante a ocasião, ele deu um nome falso. Contudo, os militares perceberam que a sua identidade constava o seu nome verdadeiro.

Após o flagrante, a polícia se encaminhou até à casa do motorista. No endereço, os militares encontraram os materiais que foram apreendidos. A Polícia Civil informou que o motorista de aplicativos tem várias passagens pela Jusitça.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

**Site:** <https://tribunaonline.com.br/motorista-de-aplicativo-deixa-prisao-apos-audiencia-de-custodia>

# Continua júri popular dos acusados da morte de soldado Ítalo, em 2015

JÚRI POPULAR, MORTE, SOLDADO, NA SERRA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVTRIBUNASBT>**

**ES-12.04.30-12.05.13-1557938897.mp4**

# Seis acusados de execução de PM vão a júri popular na Serra

**LEANDRO TEDESCO**

TAG: SOLDADO DA PM ASSASSINADO, JÚRI POPULAR, FÓRUM CRIMINAL DA SERRA, ASSASSINATO NA SERRA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVGAZETAAFGL>  
OBOES-07.23.14-07.24.41-1557917452.mp4**

# 2º Dia: Júri de seis acusados da morte do soldado Ítalo

**WASLEY LEITE**

TAG: JÚRI POPULAR, ACUSADOS, SOLDADO  
ASSASSINADO ESPANCADO, CRIME, FÓRUM  
CRIMINAL DA SERRA, AUDIÊNCIA , JUSTIÇA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>  
**DES-07.14.50-07.17.58-1557839169.mp4****

# Continua hoje julgamento da morte do soldado Ítalo

**LUCAS PISA**

TAG: JÚRI POPULAR, ACUSADOS, SOLDADO  
ASSASSINADO ESPANCADO, CRIME, FÓRUM  
CRIMINAL DA SERRA, AUDIÊNCIA , JUSTIÇA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>  
DES-08.21.24-08.22.50-1557840264.mp4**

# Culpado ou inocente? Familiares falam sobre rapaz morto pela PM e as respostas da Polícia- Parte 01

**DOUGLAS CAMARGO**

TAG: JUSTIÇA, **OAB**, JOVEM MORTO PELA  
POLÍCIA MILITAR, POSICIONAMENTO DA POLÍCIA,  
FAMÍLIA, PERSEGUIÇÃO POLICIAL

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-12.28.36-12.32.20-1557854807.mp4**

# Culpado ou inocente? Familiares falam sobre rapaz morto pela PM e as respostas da Polícia- Parte 02

**DOUGLAS CAMARGO**

TAG: JUSTIÇA, **OAB**, JOVEM MORTO PELA  
POLÍCIA MILITAR, POSICIONAMENTO DA POLÍCIA,  
FAMÍLIA, PERSEGUIÇÃO POLICIAL

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>**

**DES-12.54.43-12.57.45-1557855652.mp4**

# Seis acusados de execução de PM vão a júri popular na Serra

JÚRI POPULAR, ACUSADO, ASSASSINATO, POLICIAL, FÓRUM, CRIMINAL, SERRA, TJES

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVGAZETAAFGL>**

**OBOES-19.35.18-19.36.53-1557874185.mp4**

# Juri popular dos acusados de assassinar soldado na Serra

JURI POPULAR, FÓRUM CRIMINAL, NA SERRA,  
ASSASSINATO, SOLDADO

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/13/TVVITRIARECOR>**

**DES-19.50.21-19.51.55-1557788858.mp4**

## *Homem que não recebeu valor solicitado no caixa eletrônico será indenizado*

**SÃO MATEUS** – Uma instituição financeira, uma empresa de tecnologia bancária e um supermercado foram condenados a indenizar um homem que não recebeu o dinheiro solicitado em um caixa.

De acordo com informações do site do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), o cliente tentou sacar a quantia de R\$ 1 mil, contudo ao esperar o dinheiro sair da máquina, recebeu apenas R\$ 650.

Após o ocorrido, o homem procurou imediatamente um segurança do estabelecimento comercial, tendo ainda entrado em contato com o serviço de atendimento ao consumidor da instituição finance-

ira, para ser restituído do valor não recebido, contudo não conseguiu resolver o problema.

Em defesa, a instituição financeira informou que o valor não retirado pelo cliente foi estornado. A empresa de tecnologia bancária e o supermercado alegaram que o cliente não comprovou suas afirmações e por isso o pedido não procede.

Segundo o magistrado, o dano sofrido pelo cliente foi comprovado, uma vez que ele tentou resolver a questão com as outras partes mas não foi atendido. Por isso, o pedido foi julgado como parcialmente procedente e o consumidor deve receber o valor de R\$ 3 mil por danos morais.



**O autor afirma que tentou sacar a quantia de R\$1000 em um caixa 24 horas, contudo, após esperar o dinheiro ser expedido, recebeu apenas R\$650.**

# Justiça condena rede de loja de eletrodomésticos

JUSTIÇA, CONDENA, REDE DE LOJA, CLIENTE,  
FÓRUM DE CARIACICA, JUIZÁ, TJES

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVCAPIXABABA>**

**NDES-18.57.42-19.00.21-1557872760.mp4**

# Adolescente sofre ofensa em nota fiscal emitida por loja em Cariacica: Carade Kenga

Uma adolescente foi vítima de ofensa durante a compra de um secador de cabelo em uma loja de eletrodomésticos no município de Cariacica .

Segundo o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, a menina recebeu uma nota fiscal em que o seu sobrenome foi substituído por "Carade Kenga", conforme consta no processo movido contra a loja.

Nesta segunda-feira (13) o **TJES** publicou o julgamento da 4ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica, que condenou a rede de lojas envolvida na ofensa. A empresa terá de pagar R\$ 5 mil em indenização a título de danos morais à adolescente e R\$ 2,3 mil aos pais da menina.

Segundo a autora do processo, iniciado em 2017, ela foi à loja para comprar um secador de cabelo. Após escolher o produto do seu interesse, a adolescente foi informada pelo vendedor que deveria realizar um cadastro no banco de dados da empresa. Durante o procedimento, ela reparou que tanto a atendente do caixa quanto o vendedor a olhavam com expressão de estranheza.

Dois dias após a compra, a jovem percebeu na nota fiscal que seu sobrenome foi substituído por "Carade Kenga". Em decorrência do fato, a adolescente sentiu-se humilhada e triste. Sentimentos que, segundo o **TJES**, foram transferidos aos pais dela, também autores do processo, que se viram indignados com a situação.

Em defesa, a rede de lojas negou a existência de danos morais e informou que o funcionário responsável pelo ocorrido foi identificado e "retirado do quadro de colaboradores".

A magistrada considerou que o evento foi danoso à honra e a imagem da adolescente, e que, além de ser desrespeitada pelo funcionário, ela também teria sido exposta a outros que trabalhavam no local.

Sobre os pais da adolescente, a juíza sustentou que eles sofreram dano moral reflexivo. "Embora a lesão tinha como alvo somente a primeira requerente, acabou por atingir também seus pais, uma vez que presenciaram o sofrimento da filha, ainda menor, a quem dispensaram todo o cuidado e educação, com a ofensa proferida", afirmou.

Com informações do **Tribunal de Justiça do Estado**.

**Site:**

<https://novo.folhavoria.com.br/geral/noticia/05/2019/adolescente-sofre-ofensa-em-nota-fiscal-emitida-por-loja-em-cariacica-carade-kenga>

# Loja é condenada por ofensas a cliente em nota fiscal no ES

Uma cliente que teve o sobrenome substituído na nota fiscal por Carade Kenga após comprar um secador de cabelo foi indenizada em R\$ 5 mil por uma loja de eletrodomésticos.

> Indenização de R\$ 5 mil após encontrar mosca em lata de legumes no ES

De acordo com o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, ao comprar o produto, a cliente foi informada pelo vendedor que deveria realizar um cadastro no banco de dados da empresa. Durante a compra, ela reparou que tanto a atendente do caixa quanto o vendedor a olhavam com expressão de estranheza.

Dois dias após a compra, a adolescente reparou algo estranho na nota fiscal: o sobrenome foi substituído por uma ofensa. Devido ao fato, a cliente acionou a Justiça. Em defesa, a rede de lojas negou a existência de danos morais e informou que o funcionário responsável pelo ocorrido foi identificado e "retirado do quadro de colaboradores".

## JUSTIÇA

Além da adolescente, os pais dela também entraram na Justiça. Apesar da alegação da empresa, a magistrada da 4ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica considerou que a ofensa foi danoso à honra e a imagem da vítima, e que além de ser desrespeitada pelo funcionário, ela também teria sido exposta a outros que trabalhavam no local. Desta forma, a adolescente foi indenizada pela empresa, em R\$ 5 mil, por danos morais, e os pais dela em R\$ 1,150 mil cada.

> Justiça condena hospital a indenizar casal por erro em exame de HIV

### Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/05/loja-e-condenada-por-ofensas-a-cliente-em-nota-fiscal-no-es-1014180682.html>

# Jovem vai comprar secador de cabelo e tem nome registrado na nota fiscal como "Cara de kenga", em Cariacica

*LUCAS PISA*

**TAG: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, PROCESSO, REDE DE LOJAS, COMPRA DE SECADOR, NOME DA CLIENTE, INDENIZAÇÃO**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR>  
*DES-08.52.31-08.53.55-1557840931.mp4***

| MUDANÇA NA NORMA |

# PORTE DE ARMAS

## DECRETO REDUZ ATÉ PENA DE PRISÃO PARA BANDIDOS

### Permissão para uso de armas antes restritas abriu brecha

▲ NATALIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redgazeta.com.br

Presos em todo o Brasil que respondem por crime de porte ou posse de armas ou munições de uso restrito poderão se beneficiar com o decreto presidencial de armas publicado na última quarta-feira. Especialistas afirmam que muitas pessoas podem ter as penas reduzidas, progredir de regime e até serem soltas por conta dessa medida.

O decreto incluiu algumas armas que antes eram de uso restrito das forças de segurança no rol das armas de uso comum. Entre elas, estão as pistolas .40 e 9mm, reservadas anteriormente para as polícias e Forças Armadas. “Essa alteração modifica consideravelmente o modo com que alguns casos serão tratados. Como o porte de arma (poder andar na rua armado) de uso comum tem pena menor – 1 a 3 anos de prisão contra 3 a 6 anos no caso de armamentos de uso restrito –, isso vai levar o sujeito a progredir de regime ou até ser liberado, dependendo do tempo que já cumpriu”, explica o professor de Direito Penal e advogado Israel Domingos Jorio.

O professor faz uma ressalva: aqueles que respondem ou foram condenados por porte ou posse de armas de cano longo ou de repetição automática – como fuzis e metralhadoras – não serão beneficiados, pois essas armas seguem sendo de uso restrito.

#### CADEIA

No sistema penitenciário do Espírito Santo há 513 pessoas respondendo pelo



Cela vazia: criminosos que antes ficariam presos por mais tempo poderão pedir redução de pena

crime de porte ou posse de arma de fogo de uso restrito, crime previsto no artigo 16 do Estatuto do Desarmamento, segundo a Secretaria de Estado da Justiça. No entanto, não é possível precisar o tipo exato de armamento que portavam quando detidos e se todos poderão se beneficiar da mudança feita no decreto presidencial.

Para o professor de Direito Penal, a medida causou confusão e conflitos. “Eu sou a favor da liberação, mas um decreto não é o caminho ideal. Medidas afobadas causam confusão e conflitos de norma”, diz.

O especialista em Ciên-

cias Criminais Rusley Meideiros esclarece que, desde 2017, o porte ou posse de arma de uso restrito é considerado crime hediondo, ou seja, o delegado não pode arbitrar fiança, o condenado sempre começa a cumprir a pena em regime fechado e tem mais dificuldade para ter progressão de pena.

“Agora, uma pessoa presa com uma pistola .40, se for réu primário, não vai presena hora. Se condenado, sequer pegará regime fechado ou semiaberto, há grandes chances de ser convertido em pena restritiva de direitos (penas alternativas)”, afirma.

Para o especialista, houve uma “falha técnica” na elaboração do decreto. “Ao tentar ajudar a população de bem a ter acesso à arma de fogo, acabou, de certa forma, beneficiando os criminosos”, diz.

#### PROCESSOS

A professora Margareth Vetus Zaganelli, do Departamento de Direito da Ufes, alerta que o decreto presidencial atinge, além dos presos, milhares de processos ainda em andamento em todo o Brasil.

Ela explica que, se o decreto for mantido, ele faz sérias alterações nos artigos 12

e 14 (sobre o que é considerado crime em relação a armas comuns) e também 16 (o mesmo com relação a armas restritas) do Estatuto do Desarmamento, que constam em ações movidas na Justiça brasileira.

“Isso repercute em milhares de processos judiciais que envolvem essa temática no país. Processos em andamento e até mesmo os casos já condenados em nos crimes previstos nos artigos 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento. Essa alteração pode atingir um número incontável de pessoas, milhares de processos no Brasil”, alerta.

#### ENTENDA

##### MUDANÇA USO RESTRITO

###### ► Decreto

O decreto presidencial alterou os critérios para armas consideradas de uso restrito e de uso comum.

###### ► Mais tipos

Com a mudança, armas como pistolas .40 ou 9mm passaram a não ser mais exclusivas das forças de segurança.

##### ESTATUTO DO DESARMAMENTO

###### ► Comum

O estatuto prevê pena de prisão de um a três anos para porte (andar com arma na rua) ou posse (ter arma em casa) irregular de arma comum.

###### ► Restrito

No caso de arma ou munição de uso restrito, a pena vai de três a seis anos.

##### CONSEQUÊNCIA

###### ► Cadeia

Os presos por portar armas que antes eram restritas e que, após o decreto, passaram a não ser, poderão pedir que a pena seja redimensionada.

###### ► Exemplo

Uma pessoa que cumpre pena por porte de uma pistola .40, pode pedir que a pena seja revista diante do novo decreto, e pode ser solto caso o tempo que já passou detido seja maior ou igual ao da nova pena.

| MUDANÇA NA NORMA |

# POLICIAIS DO ESTADO JÁ SEGUEM DECRETO

## Bandidos foram autuados por porte de munição, que passou a ser considerado comum

▲ NATÁLIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redgazeta.com.br

O decreto das armas, publicado na última quarta-feira, já tem efeito prático no Estado. Ontem, uma dupla de traficantes foi detida com munições 9mm. Antes da decisão presidencial, eles seriam autuados por porte de munição de uso restrito, que tem pena de até seis anos de prisão.

No entanto, eles foram autuados por portar munição de uso comum. "Já fizemos a autuação em cima do decreto, já

que ele entra em vigor automaticamente após a publicação", afirma o delegado Fabrício Dutra, do Departamento Especializado de Narcóticos (Denarc).

Até a última quarta-feira, a utilização de armas e munições 9mm eram restritas às Forças Armadas brasileiras e aos agentes da Polícia Federal.

Dutra não deu detalhes sobre as circunstâncias da detenção dos criminosos, mas afirmou que, como eles também portavam

drogas, foram detidos. "Se estivessem só com as munições, pela nova norma, talvez fossem liberados", diz. A punição para posse de munição de uso comum é de, no máximo três anos.

O delegado reitera que, mesmo com a mudança, a polícia não vai deixar de atuar. "Só que será autuado por uso permitido, onde a punição é menos severa", completa.

### RECEIO

O secretário de Segurança Pública do Espíri-



Pistola 9mm: munição para arma desse calibre estava com traficantes presos

*"Já fizemos a autuação em cima do decreto presidencial de armas, já que ele entra em vigor automaticamente após a publicação"*

FABRÍCIO DUTRA  
DELEGADO DO  
DEPARTAMENTO  
ESPECIALIZADO DE  
NARCÓTICOS (DENARC)

to Santo, Roberto Sá, afirma que vê com preocupação o decreto de armas. "Tenho receio dessa liberação excessiva, não só das armas mas das munições", diz.

Segundo ele, há estudos que mostram que mais armas em circulação fazem aumentar também os crimes violentos. "A gente teme pelas pequenas discussões, aquelas no trânsito, no bar, discussões, domésticas, dentro de casa", enumerou.

Roberto Sá determinou que o responsável

pela delegacia especializada no combate ao tráfico de armas - prevista para começar a atuar no segundo semestre - faça um relatório sobre o uso das armas no Estado. A intenção é fazer um "raio-X" do fator arma de fogo nos crimes praticados.

O secretário reiterou que, apesar da preocupação pessoal, vai cumprir o que prevê o decreto presidencial. "Lei a gente cumpre. Nós vamos cumprir com rigor e nós vamos torcer para dar certo."

## SAIBA MAIS

### POTÊNCIA DAS ARMAS

► **Como era:** Só poderiam ser adquiridas por civis, armas com potência de até 407 joules.

► **Como ficou:** Passou a ser permitido a compra de armas de até 1.620 joules.

### JOULES

É a medida da energia cinética produzida pelo armamento. A energia cinética é calculada em função do peso da munição e de sua velocidade ao ser disparada - e pode variar, dependendo do prolongamento do cano da arma e de outros



MARCELO THEOBALD/AGÊNCIA O GLOBO



GUILHERME PINTO/AGÊNCIA O GLOBO



ARQUIVO

Pistola .45 e pistola .40 eram de uso restrito e agora foram liberadas pelo novo decreto. Metralhadora .30 segue restrita

fatores, como o tipo de munição utilizada.

### ERAM ARMAS RESTRITAS E VIRARAM COMUNS

► **Pistolas** calibres 357, .40 (usado pelas polícias), 9 mm (de uso de polícias federais) e

.45 (empregado pelos militares do Exército);

► **Revólveres** calibre 44 e carabinas semiautomáticas de calibres .40 e 9mm

### USO RESTRITO

► **Continuam totalmente**

### proibidas:

Armas longas de grosso calibre e potencial lesivo, como fuzis, submetralhadoras e metralhadoras de calibres .30 e .40 - que são de uso restrito das Forças Armadas, mas que também

são encontradas com criminosos.

### HEDIONDO

#### ► **Porte e posse**

O porte e a posse irregular de arma restrita é considerado crime hediondo desde 2017.

### ► **Restrições**

Crimes hediondos recebem tratamento mais severo: o condenado deve cumprir a pena inicialmente em regime fechado e tem mais dificuldade para conseguir progressão de pena.

## | MUDANÇA NA NORMA |

# “SE FOR INCONSTITUCIONAL, TEM QUE DEIXAR DE EXISTIR”

### Presidente disse que decisão será da Justiça ou da Câmara

Horas após a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), dar prazo de cinco dias para o governo apresentar mais explicações sobre o decreto que flexibiliza o porte e a posse de armas, o presidente Jair Bolsonaro disse que, “se for inconstitucional, (o decreto) tem que deixar de existir”.

“Teremos um bom embate no tocante a isso (decreto das armas), pode ter certeza. Não estamos fazendo nada mais do que o povo quis em 2005. E estamos dentro do limite da lei. Se for inconstitucional, tem que deixar de existir. Quem vai dar a palavra final é o plenário da Câmara ou a Justiça”, disse Bolsonaro, em entrevista após cerimônia de lançamento da pedra fundamental da construção da segunda ponte entre Brasil e Paraguai.

Além de dar um prazo de cinco dias para Bolsonaro explicar o decreto que flexibiliza o porte de armas, assinado nesta semana, Rosa Weber, que é a relatora da ação protocolada pelo partido Rede, deu o mesmo prazo para que o

“  
Não estamos fazendo nada mais do que o povo quis em 2005. E estamos dentro do limite da lei”

—  
JAIR BOLSONARO  
Presidente

Ministério da Justiça, comandado por Sergio Moro, apresente justificativas para o ato. A ministra também abriu a possibilidade de manifestações para Advocacia-Geral da União (AGU), Procuradoria-Geral da República (PGR), Senado Federal e Câmara dos Deputados.

A ministra deve aguardar a resposta antes de decidir se suspende ou não de forma liminar o decreto.

Segundo as análises de consultores legislativos,



DIDA SAMPAIO/AGÊNCIA ESTADO

Jair Bolsonaro terá um prazo de cinco dias para explicar o decreto

as mudanças feitas por Bolsonaro só poderiam ocorrer se fossem feitas via nova legislação, aprovada pelo Congresso, por contrariar o Estatuto do Desarmamento. Juristas, entidades do terceiro setor e partidos políticos de oposição já haviam feito esse alerta.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo não deve alterá-lo. Para Onyx, os questionamentos sobre as inconstitucionalidades do decreto estão apenas na “discussão teórica do poder de regulamentar do presidente”.

“Só isso. Do ponto de vista do corpo jurídico do Poder Executivo, há uma unanimidade de que isso está dentro das competências do presidente”, disse. “No que depender da minha conversa com o presidente (da Câmara) Rodrigo Maia, não vai cair nada. Porque o decreto foi solidamente construído e o que tem entre o decreto e algumas interpretações, que eu respeito, é mediado por ideologia”, afirmou à Rádio Gaúcha.

(Com agências)



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Senado produziu um documento sobre o tema

## Senado e Câmara querem mudanças

Câmara e Senado reagiram, ontem, ao decreto e divulgaram, cada um, o seu parecer sobre o tema — antes mesmo da manifestação de Rosa Weber. O Senado pontua que Bolsonaro extrapolou seus poderes e a Câmara aponta inconstitucionalidades relativas ao Decreto do Desarmamento.

Um parecer elaborado pela Secretaria-Geral da Câmara afirma que é ilegal o decreto que ampliou o porte de armas para cerca de 20 categorias. O documento, publicado ontem, deve subsidiar a análise da Casa sobre o tema. O parecer diz que as mudanças feitas por Bolsona-

ro contrariam dispositivos previstos em lei e, portanto, não poderiam ser feitas apenas por decreto. O Senado também produziu um documento sobre o tema. Nele, está escrito que Bolsonaro “extrapolou” seus poderes com a medida. Segundo a nota técnica, o parágrafo do decreto que lista 20 categorias que têm o direito de andar armadas é o “mais sensível, no que diz respeito à extrapolação do poder regulamentar”.

A lei violada é o Estatuto do Desarmamento, segundo a análise. É ele quem estabelece as regras de porte. Assim, na visão

da área técnica da Câmara, apenas outra lei poderia fazer tais alterações. De acordo com o parecer, ao enquadrar 20 categorias entre os que automaticamente têm “efetiva necessidade” de andar armados, o decreto avançou sobre a lei. “A lei é clara no sentido de que deve haver a demonstração efetiva da necessidade do porte, devendo cada caso concreto ser analisado pelo órgão competente”, afirma o parecer, assinado pelo secretário-geral da Mesa, Leonardo Augusto de Andrade Barbosa.

Outro ponto questionado é a extensão do porte a

todos os praças das Forças Armadas. O parecer ressalta que a lei diz expressamente que o porte aos praças é “com as restrições impostas pela respectiva força armada”. Assim, o decreto não poderia ter feito a ampliação da previsão que caberia a cada força.

Também é questionado o fato de o decreto tratar de porte de arma sem impor um limite temporal nem territorial, outra medida que contraria o Estatuto do Desarmamento.

➔ CONTINUA na página 15 um artigo que analisa possíveis efeitos do decreto

## | PORTE DE ARMAS |

# Decreto deve dificultar até investigação de homicídios

**Profissionais no combate à criminalidade também alertam para risco de desvios de munições**

▲ Festejado pelos grupos favoráveis à liberação de armas no país, o decreto editado pelo presidente Jair Bolsonaro na última semana tende a dificultar investigações de homicídios e potencializar riscos de desvios de munições. O alerta vem dos próprios profissionais que lidam diretamente no combate à criminalidade, além de estudiosos do fenômeno da violência ouvidos pelo jornal O Globo.

O crescimento de 100 vezes – de 50 para 5 mil por ano – na quantidade de munições que civis podem comprar, sem exigência de que esse material passe a ser marcado com número de lote para controle, é um dos pontos mais preocupantes. As regras foram além para profissionais de segurança e para os CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), que passaram a não ter qualquer limite para adquirir cartuchos.

Embora em vigor, o decreto enfrenta contestação no Congresso e pode ser suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Munições não marcadas corresponderam a cerca de 74% de todo o acervo vendido legalmente no Brasil



Trabalho de perícia da Polícia Civil em cena de homicídio: a investigação pode ficar mais complexa

em 2018. Isso porque apenas cartuchos comercializados a órgãos públicos precisam ter número de série gravado. Para piorar esse quadro, com o decreto, as polícias passam a ter o direito de usar cartuchos apreendidos do crime (em geral sem qualquer marcação de lote). O resultado prático é que ficará mais difícil saber a origem de um tiro que atingiu um inocente durante uma operação policial, por exemplo.

Da mesma forma, a liberação de diversos calibres de uso restrito, agora permitido a todos que tiverem porte, e não mais

*“A diferenciação de calibres ajudava muito no direcionamento das investigações. Mas agora todo mundo pode tudo”*

**BRUNO LANGEANI**  
GERENTE DO INSTITUTO SOU DA PAZ

para corporações específicas, dificulta investigações. Em meio a uma chacina, se a polícia identifica um cartucho 9 mm, poderia começar averiguando

quais são as instituições com acesso a esse tipo de armamento, explica Bruno Langeani, gerente do Instituto Sou da Paz – organização não governamental que atua na formulação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência.

“Essa diferenciação de calibres permitidos e restritos ajudava muito no direcionamento das investigações. Mas agora todo mundo pode tudo. O colecionador, o civil, o guarda municipal têm acesso à 9 mm. Perde-se, portanto, esse indício inicial que muitas vezes ajudava na apuração”, diz.

### MILÍCIAS

Segundo Langeani, o fato do policial poder usar sua arma pessoal em serviço, outra regra criada pelo decreto, é mais um fator de falta de padronização e controle dentro das instituições. Ele aponta que as novas diretrizes editadas pelo governo vão colaborar para o domínio territorial de grupos paramilitares.

“É uma avenida aberta para o fortalecimento de milícias, que, no Rio de Janeiro, têm participação de policiais da ativa. Agora, sem teto de quantidade de munição, sem precisar prestar contas de como usou e com mais

disponibilidade de armas, não vai haver tanta barreira para grupos se armarem”.

Na avaliação do presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, Maurício Barbosa, titular da pasta na Bahia, será preciso fazer uma série de ajustes nas novas regras, que não atendem aos interesses do setor de segurança pública.

“Se é que esse decreto tem validade jurídica, carece de aperfeiçoamentos, pois não é razoável retrocedermos na questão do controle das munições, tendo em vista o problema ainda hoje comum de desvios nas corporações.”

O sargento da PM de Santa Catarina Elisandro Lotin de Souza, presidente da Associação Nacional de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais (Anaspra), afirma que os efeitos do decreto serão sentidos pelos profissionais já na hora de atender as ocorrências. Para ele, a liberação do porte colocará o policial ainda mais em risco.

“Antes do decreto, existia a presunção de que não haveria uma arma envolvida numa ocorrência corriqueira, como perturbação do sossego alheio, que é o que mais se atende no Brasil inteiro de quinta-feira a sábado à noite. Agora, não há mais essa presunção.”

## COMO O DECRETO VAI INTERFERIR NO TRABALHO DA POLÍCIA

### POLICIAL SAI PARA PATRULHA

#### ► Como é hoje

Os agentes de segurança usam armas e munições de circulação restrita e catalogadas, que seguem um padrão.

#### ► Como fica

Policiais podem usar munições apreendidas, fruto de desvio, contrabando ou outros crimes, e importar armas sem necessidade de autorização.

### TROCA DE TIROS

#### ► Como é hoje

Munições vendidas a corporações policiais são

obrigatoriamente marcadas, o que facilita na descoberta de responsáveis por mortos ou feridos em tiroteio durante uma operação, por exemplo.

#### ► Como fica

Com a polícia usando munições apreendidas (sem marcação) e o maior número de pessoas que podem ter porte de arma (mais de 18 milhões no país), identificar a origem da bala em um tiroteio passa a ser mais complexo.

### TRABALHO DA PERÍCIA

#### ► Como é hoje

Fragmentos dos projéteis são fundamentais para direcionar investigações, pois podem apontar que o tiro dado em uma chacina veio de calibre restrito, usado por determinadas corporações.

#### ► Como fica

Com boa parte das armas antes de uso restrito podendo agora ser compradas por qualquer civil, perde-se esse possível ponto de partida de investigações.

### AS DIGITAIS DAS ARMAS

#### ► Como é hoje

Policiais usam apenas equipamentos de suas corporações, que seguem um padrão e fazem a manutenção dos objetos.

#### ► Como fica

O policial pode usar a arma pessoal, excepcionalmente, durante o serviço, levando a uma diversidade de calibres que pode quebrar os padrões estabelecidos para controle e segurança.



JANNONCZES / FREEPIK

# LEONEL XIMENES



LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

LEIA.AG/LEONELXIMENES

## Ladrões invadem Igreja dos Reis Magos

A Igreja dos Reis Magos, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi alvo de ladrões na manhã de quinta-feira. Segundo a polícia, os bandidos levaram da empresa que está restaurando o templo, em Nova Almeida, um notebook e uma serra-mármore, além da central de alarme da igreja. Por sorte, todas as peças sacras e objetos litúrgicos estão guardados em outro local.

### A surpresa

O supervisor da obra chegou ao local por volta das 5 horas da manhã e percebeu que uma caixa de ligação de passagem do sistema de alarmes havia sido removida e seus fios, cortados. Quando o funcionário entrou na igreja, ele viu portas arrombadas em outros pontos. A perícia da Polícia Civil foi acionada.

### Poema do Amor

*Eu tinha a Marcela  
Me tiraram o mar  
Sobrou a cela.*

\* Autor: Temer

### Só pensam naquilo

Alguns pedidos de eleitores que chegam aos deputados estaduais são surpreendentes. Todo dia tem alguém que pede dinheiro. Mas há quem solicite lajota e até prótese peniana.

### O remédio

Leitora e usuária de ônibus conta que um produto anda sendo muito oferecido nos terminais do Transcol: a pomada "canela de velho". Ela cura tudo, mas é boa, principalmente, para as pernas.

### O problema

"Só mesmo assim para o passageiro conseguir ficar horas nas filas dos ônibus com saúde e ainda ir em pé no coletivo. Haja canela e paciência", desabafa a moça.

### Amor violento

A mesma passageira conta que dia



### NUVENS NEGRAS NO AR

Ontem de manhã, a fumaça da chaminé na Ponta de Tubarão, o tempo nublado e as nuvens negras compuseram um cenário meio "assustador" na Grande Vitória. FOTO DO LEITOR

desse foi atingida duas vezes por uma sacola de compras porque um casal, que estava em pé ao lado dela, tentava encontrar uma posição para ficar abraçado no ônibus lotado.

### Amor violento 2

"Nada contra o amor, demonstrado nas suas mais diversas formas e lugares. Mas fala sério..."

### Nem tudo...

Ontem, na fila de uma lotérica, leitor foi abordado por um homem que se identificou como motorista de aplicativo. Alegando pressa, o condutor saiu da fila (era o 3º) e pediu para o desconhecido pagar uma conta. Deixou dinheiro para o boleto (R\$ 270).

### ...Está perdido

O motorista deixou seu contato telefônico, pediu para o apostador enviar o comprovante de pagamento e não pediu o contato do leitor. O boleto foi pago e o comprovante enviado. Uma prova de confiança mútua na humanidade e de honestidade.

### Rico e fujão

Se algum conhecido seu desaparecer subitamente na noite de hoje, pode ser que ele seja o mais novo milionário da Mega-Sena.

### Melhor prevenir

Com o novo decreto de Bolsonaro que permite que parlamentares possam ter porte de arma, já tem presidente de Câmara querendo instalar detector de metais para flagrar colega que tentar entrar armado em plenário.

### Mãe culta

Um café, um restaurante/bar e a Editora Cousa se uniram e amanhã, no Centro de Vitória, vão sortear livros para as mães no almoço dedicado a elas.

### O guru do governador

Na abertura do Planejamento Estratégico, o governador Casagrande disse que acabou de ler dois livros de Yuval Noah Harari e que tirou boas lições. Destacou que o autor, em "Homo Deus", afirma que existem hoje duas agendas – a dos palácios e a dos bar-

racos. E que o governo precisa conciliar as duas.

### O guru do governador 2

A dos palácios, ressalta Casagrande, é a que trata da engenharia genética, da inteligência artificial; e a dos baracos tem como foco a fome, a educação para todos e a saúde da população. O outro livro do autor israelense lido pelo governador é "21 lições para o século 21".

### Incomparável

Em tempo: é muito melhor ser inspirado por Yuval Noah Harari do que por Olavo de Carvalho.

### Alô, colunista!

O "Alô" da coluna de ontem citou uma cidade errada: foi Marataízes, e não Itapemirim, onde foi realizada a operação do Ministério Público e da polícia contra a corrupção.

### Alô, Leão!

Quem ganhar hoje na Mega-Sena precisa te fazer um carinho?

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

# “Não vai haver impunidade”

Ministro do STJ diz que assembleias legislativas até poderão revogar prisões preventivas de deputados, mas não vão evitar condenações

Tiago Alencar

No Estado para participar de um debate acerca dos rumos da política no País, realizado na sede da Justiça Federal, em Vitória, na última sexta, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, conversou com a reportagem de **A Tribuna**.

O magistrado falou sobre temas como a redução da pena do ex-presidente Lula (PT), que, segundo ele, “é um réu como qualquer outro”, merecendo o mesmo tratamento e julgamento.

O ministro também comentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de estender às assembleias legislativas a possibilidade de as respectivas casas revogarem as prisões de parlamentares, além do pacote anticrime, do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e da reforma da Previdência.

**A TRIBUNA - Ministro, de que maneira a política nacional, hoje, repercute no viés da Justiça?**

**JOÃO OTÁVIO DE NORONHA** - Eu analiso que repercute a partir de um cenário em que o País passa por um período de contingência orçamentária, crescendo aos poucos, gerando menos receita, o que significa menor capacidade também para o Poder Judiciário, que precisa se adequar.

**> Quais seriam essas adequações?**

Já estamos tomando uma série de providências na Justiça, otimizando o uso dos recursos tecnológicos, de pessoal. Também estamos focados na redução de despesas de modo que não comprometam os serviços oferecidos à população. Queremos ultrapassar essa crise junto com o Brasil. Essa crise que estamos atravessando.

**> De que modo o cenário instável que o País atravessa, principalmente no âmbito político, pode refletir no andamento da**

## Opiniões

Três temas na visão do presidente do STJ

### DEMOCRACIA

Em meio à tensão política, ministro diz que Justiça deve manter a Constituição e proteger a democracia.

### PREVIDÊNCIA

João Otávio é a favor da reforma, mas avisa que a crise não será resolvida de forma imediata.

### REAJUSTE

O ministro defendeu o reajuste aos juizes. “Funcionário de empresa privada também tem”.

### Justiça?

“Não acredito que o atual cenário altere a efetividade da Justiça de alguma forma. Aliás, eu acredito que pode até tornar a Justiça mais morosa, em algum aspecto, se nós não tivermos condições de uma prestação jurisdicional séria, ou seja, se não contarmos com infra-estrutura, pessoal. Mas acredito que isso não deva acontecer. Como dito anteriormente, nós estamos nos adequando, como maneira de precaução, para que isso não aconteça.”

“A ordem jurídica continuará intacta. Não vejo nenhum fato que pudesse perturbá-la. Não há risco à nossa democracia”

**> Vivemos um período conturbado, de polarização de ideias, muitas vezes até mesmo com ameaças sérias à democracia. Qual é a importância da Justiça que diz respeito à manutenção do debate democrático?**

Não é questão de tentar manter garantias constitucionais. A Justiça mantém o que está na Constituição, garantindo a ordem jurídica brasileira. A Justiça é a garantia de uma democracia nos termos da Constituição.

**> Então, a Justiça está comprometida em garantir a integridade da Constituição?**

Com absoluta certeza. A ordem jurídica brasileira, como disse, con-



### QUEM É

#### Perfil

**> JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, nasceu em 30 de agosto de 1956, em Três Corações, Minas Gerais.  
**> ELE É** bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas Gerais.  
**> JOÃO OTÁVIO SE TORNOU** ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 3 de dezembro de 2002. Ele preside a Corte.

**O MINISTRO** João Otávio de Noronha defende os benefícios pagos aos magistrados, como o auxílio-moradia: “Todos têm base na lei”

tinuará intacta. Não vejo nenhum fato que pudesse perturbá-la. As discussões políticas, as conturbadas políticas, são naturais em certos momentos do Brasil. Mas, aqui, esses eventos não oferecem nenhum risco à nossa democracia.

**> Um tema que tem se discutido muito, hoje, é a reforma da Previdência. O senhor é favorável ou contrário à proposta?**

Ninguém pode ser contra a proposta. O Brasil precisa reformular a Previdência. O País está quebrado, não tem dinheiro para investimento. Daqui a pouco não haverá dinheiro para pagar os servidores brasileiros. Só que a reforma não vai resolver imediatamente. Não haverá desafogo nem fluxo de caixa imediato, neste momento. É algo a ser colhido ao longo do tempo, para evitar que a Previdência se deteriore ainda mais. Isso pede outras medidas de gestão administrativa.

**> Que medidas seriam?**

Vamos precisar cortar custos, fazer a economia desenvolver para aumentar a receita, embora não haja mais espaço para desenvolvimento de tributos, o que nos fará pensar em uma reforma tributária.

**> De que maneira o senhor avaliou a discussão sobre fake news, as notícias falsas, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF)?**

Essa é uma discussão do STF, que não cabe a um ministro do STJ avaliar.

“Lula é um réu como qualquer outro, tendo direito ao mesmo tratamento de Justiça que têm os demais cidadãos”

**> Como viu a decisão do STJ de reduzir a pena do ex-presidente Lula de 12 anos e 1 mês para 8 anos, 10 meses e 20 dias?**

O STJ aplicou a lei, como deve ser feito em todos os casos. O Lula é um réu como qualquer outro, tendo direito ao mesmo tratamento de Justiça que têm os demais cidadãos.

**> Então, o senhor acha que foi uma decisão acertada por parte da Corte?**

Sim, correta, muito correta.  
**> A questão de benefícios a magistrados é sempre tema de muita polêmica. Como o senhor avalia benefícios como auxílio-moradia, dentre outros?**

Todos esses benefícios têm base na lei. Tudo o que está conforme a lei é devido. Os magistrados, assim como os demais funcionários públicos, têm direito a reajuste. Por que não teriam, se um funcionário da empresa privada também tem.

**> E o aumento de 16,3% concedido aos magistrados?**

Neste caso, o que se fez foi repor uma defasagem de mais de 46%. Portanto, o aumento se deu exata-

mente na forma da lei, e por lei.

**> Na última semana, o STF estendeu às assembleias legislativas a imunidade parlamentar, dando a elas a possibilidade de revogar prisões em flagrante de seus deputados. O que achou da decisão da Corte?**

O STF interpretou a Constituição. A simetria entre a União e os estados é uma coisa muito própria do recurso do sistema político federativo. Nós vivemos numa federação, com autonomia nos estados. E essa autonomia deve mesmo se estender às assembleias legislativas.

**> A medida não gera impunidade?**

De modo algum. Os deputados não ficarão impunes. A medida pode evitar a prisão preventiva, mas não a condenação. Uma vez que a sentença que condena, ninguém revoga.

**> Outra discussão do STF é a respeito da prisão após condenação em segunda instância. Que avaliação faz desse tema?**

Essa é uma questão que eu tenho como pacificada no Supremo Tribunal Federal (STF). Não há mais o que ser discutido a respeito deste assunto. Neste momento, não cabe mais qualquer juízo de valor.

**> Como o senhor avalia o pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro?**

Eu acho que tem virtudes e defeitos, e que o Congresso Nacional deverá ajustá-lo à nossa realidade.



**O MINISTRO** da Justiça, Sérgio Moro, e o presidente do STJ, João Otávio de Noronha, que viu virtudes e defeitos no pacote anticrime do governo

# Justiça condena bancos a indenizar 3 clientes por dia

Instituições bancárias são condenadas a pagar até R\$ 10 mil a vítimas de golpes, como roubo de dados, e cobranças indevidas em contas

Caio Miranda  
Caroline Freitas

**S**etor com o maior número de reclamações de consumidores no Procon, os bancos e as instituições financeiras são também alvos frequentes de ações judiciais.

Em média, na Grande Vitória, por dia, três clientes recebem indenizações que variam de R\$ 100 a R\$ 10 mil, após serem vítimas de algum golpe ou cobrança indevida em suas contas bancárias.

O levantamento é do juiz Paulo Abiguenem Abib, titular do 4º Juizado Especial Cível de Vitória. Nesse universo, os problemas são diversos: desde golpes, como roubo de dados bancários na internet, até cobranças indevidas de taxas, serviços e de empréstimos que sequer foram contratados pelo cliente.

Segundo Abiguenem, em qualquer situação em que o titular não proporcione a retirada de valores de sua conta, há o direito de restituição do prejuízo e indenização por danos morais, que variam de R\$ 100 a 40 salários mínimos (R\$ 39.920), que é o teto do Juizado Especial Cível.

Porém, as indenizações do tipo chegam, em média, até R\$ 10 mil. "Se a pessoa for cobrada indevidamente, sem autorização ou de forma fraudulenta, cabe condenação ao banco a pagar indenização. São situações que causam danos financeiros ao consumidor, como abalo de crédito e negatização do nome indevidamente", disse.

Abiguenem fez a ressalva de que, dificilmente, a decisão judicial em favor do cliente acontece em casos de saques ou compras em que uma terceira pessoa utiliza o cartão e a senha do consumidor. "O juiz analisa caso a caso. Agora, a senha é um dado intransferível do titular. Se ela for usada, dificulta a configuração da culpa por parte da instituição bancária".

Para o juiz Ademar João Bermond, titular do 3º Juizado Especial Cível de Cariacica, uma situação muito comum no Estado é a cobrança por um serviço que não foi contratado. Porém, ele pondera que, muitas vezes, não é má-fé do banco, mas alguma falha do sistema.

"A orientação é, primeiro, tentar resolver com o banco, e só acionar o Procon ou o Judiciário caso não surta efeito. Há casos em que a pessoa não quer resolver a situação, mas ir atrás da indenização. Porém, se quer melhorar a prestação de serviços, é mais tranquilo acionar primeiramente o banco".



CLIENTE ACESSA site de banco: instituições investem, anualmente, R\$ 2 bilhões em tecnologias de segurança

## Bilhões investidos contra fraudes

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informa que as instituições investem, anualmente, cerca de R\$ 2 bilhões em sistemas de Tecnologia da Informação (TI) voltados para a segurança.

A entidade informou que o objetivo do investimento é o desenvolvimento e a implantação de novas soluções e tecnologias, melhorando os canais de atendimento, além de manter equipes de especialistas

que identificam situações divergentes do comportamento habitual do cliente.

De acordo com o presidente do conselho consultivo da Associação dos Representantes dos Bancos do Estado (Arbes), Jorge Eloy Domingues, o sistema financeiro é composto por diversas instituições que, às vezes, no ato do empréstimo, precipitam-se em não colher a assinatura do cliente.

"Mas são casos pontuais e, geralmente, o cliente é ressarcido", ponderou.

Ele destacou que existem ainda outras questões pontuais, que costumam levar o cliente a procurar uma indenização: "Nesses casos, quando não é constatado envolvimento do cliente em fraude, o banco costuma indenizar. Já houve casos, porém, em que há envolvimento do cliente".

### DICAS DE SEGURANÇA

## Cuidado com senha e ajuda de estranhos

#### Armadilhas

- > A FEDERAÇÃO Brasileira de Bancos (Febraban) informou que muitos golpes usam armadilhas criadas para obter dados, senhas e informações pessoais. Por ingenuidade, ao cair nesses golpes, os clientes entregam as chaves de acesso aos criminosos.
- > OS BANCOS alertam que não enviam funcionários nas casas para retirar cartão vencido, bloqueado ou com suspeita de fraude, ou para solicitar

informações pessoais, ou ainda pedindo para digitar a senha em algum equipamento eletrônico. Não o faça e comunique imediatamente ao banco.

> A SEGUIR, oito recomendações da entidade para os clientes de bancos terem um comportamento seguro.

#### Recomendações

**1** Nunca fornecer sua senha a terceiros (pessoalmente, por telefone ou por comunicadores instantâneos).



**CLIENTE** deve ficar atento e ver se seu cartão não foi trocado no momento de realizar um pagamento ou de acessar o caixa eletrônico

**2** Antes de guardar seu cartão, sempre conferir se é realmente o seu e se não houve uma troca.

**3** Não escolher senhas previsíveis (data de nascimento, número de telefone, placa do automóvel, etc).

**4** Comunicar à central de atendimento a perda, roubo ou extravio de cartão e pedir cancelamento.

**5** Tenha sempre anotado o telefone de seu banco que está gravado em seu cartão em um local independente.

**6** Nunca aceitar ajuda de estranhos nas salas de autoatendimento.

**7** Jamais utilizar celular de terceiros para se comunicar com o banco, pois a senha fica registrada na memória do aparelho.

**8** Nenhum funcionário de banco está orientado a pedir para o cliente falar ou digitar sua senha ao telefone.

Fonte: Febraban.

## Procon multa instituições em R\$ 14 milhões por falhas

No ano passado, o Procon Estadual aplicou um total de R\$ 14,03 milhões em multas a instituições bancárias e financeiras. Em 2018, o órgão realizou 5.230 atendimentos relacionados a bancos. Este ano, já foram 1.239.

As principais demandas são cobrança indevida, cálculo de prestação e negociação de dívidas e descumprimento de contrato.

O diretor jurídico do Procon-ES, André Marques, afirmou que, apesar de óbvio, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) é claro ao determinar que é proibido cobrar qualquer valor indevidamente.

Ele afirmou que o Procon existe para ser um parceiro dos consumidores nesses casos, mas reforçou a necessidade da procura pelo órgão.

"Se o Procon constatar algum indicio de irregularidade, a empresa é acionada a prestar esclarecimentos. Se eles não forem resolutivos, o órgão tem a autonomia jurídica para abrir um processo administrativo e até aplicar multa. Ao mesmo tempo, o cliente é encaminhado ao Poder Judiciário, para também resolver seu problema na Justiça", explicou.



SEDE do Procon: 1.239 atendimentos

### ANÁLISE

Renato Tognere Ferron,  
advogado, mestre e professor universitário



#### "Dar segurança é obrigação do banco"

"A Lei 7.102/1983 determina que os bancos tenham a obrigação de prestar segurança aos clientes, dado os riscos inerentes à atividade bancária.

Como a cada dia aumenta o número de transações realizadas pela internet, cresce também o número de fraudes, que se aproveitam, muitas vezes, da falta de conhecimento do consumidor no trato com o internet banking.

Assim, as instituições financeiras têm a obrigação de orientar seus clientes quando da utilização da internet para a realização das transações, informando, dando dicas de segurança, entre outras medidas, uma vez que sites e computadores têm vulnerabilidades que podem ser exploradas por criminosos".

# Vila Velha/ES: Cai a lei que proibia nudez nas exposições e teatro

*Willyam Reis*

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** (TJ-ES) declarou inconstitucional a lei que previa classificação indicativa por idade a exposições de arte ou espetáculos ao vivo, que pudessem conter "mensagens nocivas à moral pública", como incitação ao uso de drogas e crimes contra a dignidade sexual e a nudez.

A proposta, de autoria do vereador Reginaldo Almeida (PSC), foi aprovada com unanimidade na Câmara Municipal de Vila Velha em dezembro de 2017. Além da proibição da censura, a lei também proibia a utilização de imagens e símbolos sagrados com fins que configure profanação em exposições ou apresentações ao vivo abertas ao público.

O prefeito Max Filho chegou a vetar a lei, mas teve o veto derrubado pela câmara. A ação de inconstitucionalidade foi protocolada no TJ-ES pelo próprio prefeito em fevereiro de 2018.

Censura:

O artista plástico Ademir Torres teve um quadro censurado em uma exposição na Casa da Memória, na Prainha, em março de 2018. A pintura retrata uma mulher nua deitada abaixo de uma janela com vista para o Convento da Penha, principal ponto turístico da cidade canela-verde. Como forma de protesto contra a Lei, tarjas com a palavra 'censurado' foram colocadas sobre as partes íntimas da personagem.

**Site:** <https://vozdabahia.com.br/vila-velha-es-cai-a-lei-que-proibia-nudez-nas-exposicoes-e-teatro/>

# Vila Velha: Cai a lei que proibia nudez nas exposições e teatro

A nudez, pelo menos em Vila Velha , não será mais castigada. O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** deu um parecer positivo à ação do prefeito Max Filho que pedia o impedimento da chamada (pelos artistas) "Lei da Censura" . Aprovada em dezembro de 2017, a Lei nº 5.954/2017, de autoria do vereador Reginaldo Almeida , previa uma regulação etária para espetáculos públicos, exibições ou apresentações artísticas ao vivo que pudessem induzir ao uso de drogas, à prática de crimes contra a dignidade sexual e à divulgação de mensagens nocivas à moral pública, como a nudez , por exemplo.

Na prática, a aprovação do projeto garantia às autoridades de Vila Velha um instrumento legal, com força jurídica, para impedir a realização de eventos na cidade que poderiam afrontar os bons costumes, os princípios cristãos e os valores morais, tão essenciais para fortalecer o papel da família, da igreja e do Poder Público, na formação de crianças e adolescentes , explico o site da Câmara de Vila Velha, em publicação de 2017.

>> Após ter obra censurada, artista faz exposição erótica em Vitória

O parecer do órgão estadual foi publicado no final de março de 2019. O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** decretou a inconstitucionalidade da lei por acreditar que Somente à União cabe exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão .

## SEM CENSURA

Além disso, o órgão público estadual reafirma, no mesmo decreto, que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na Constituição de 1988 .

Com o novo decreto, as autoridades de Vila Velha não têm mais força jurídica para impedir a realização de eventos de qualquer natureza na cidade.

O procurador-geral do município de Vila Velha, José de Ribamar Lima Bezerra , afirmou que o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** respeitou uma norma da União. O município de Vila Velha entrou com uma

ação de inconstitucionalidade da lei pois apenas a União pode exercer esse tipo de classificação às artes. Outro órgão não tem essa competência , reiterou.

Dizendo que a queda da lei pode ser encarada como uma vitória da classe artística, o procurador fala que nenhum tipo de censura pode ser aplicada. Devemos seguir a liberdade de expressão presente na constituição de 1988. Uma legislação municipal não pode entrar em confronto com regras federais .

Manoel Góes , presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha , também comemora a queda da Lei nº 5.954/2017. Em função dos tempos negros que estamos vivendo, com retrocesso cultural e social, é uma grande notícia, uma batalha que vencemos, pois uma censura às artes nunca pode ser aceita , afirma, dizendo que a própria produção cultural da cidade estava sendo prejudicada por conto do projeto.

Professores e diretores de escolas estavam ligando para galerias e museus perguntando se tinha nudez ou se era permitido levar crianças. Eles tinham receio de algo relacionado à pedofilia. Essa política do medo não pode ser imposta à arte. Espero que, com a queda a lei, a atividade cultural possa voltar a sua normalidade , acredita.

Procurado pela reportagem, o vereador Reginaldo Almeida preferiu não se manifestar.

## DEMORA E PROTESTOS

A PMVV esperava um parecer do Tribunal de Justiça desde o ano passado, quando, em 21 de fevereiro de 2018, protocolou uma **Ação Direta de Inconstitucionalidade** no TJ-ES, solicitando que os efeitos da lei fossem suspensos. Na época, os vereadores de Vila Velha aprovaram o decreto por conta própria, não respeitando o veto do prefeito Max Filho.

A ação causou muita polêmica junto aos artistas. Várias manifestações foram feitas, como a censura proposital às partes íntimas de um quadro de Ademir Torres que mostrava uma mulher nua na exposição "Universo Feminino" , exibida no ano passado na Casa da Memória , na Prainha de Vila Velha.

O artista plástico Rodolpho Valdetaro chegou a ter

duas de suas obras censuradas na exposição "Imagens da Fé", montada também no ano passado. As obras, que traziam Nossa Senhora amamentando, tiveram que ser sobrepostas com lenços para que os seios representados não aparecessem.

Em instância estadual, um projeto de lei que proibia exposições artísticas com teor "pornográfico" - nos mesmos moldes da norma de Vila Velha - foi votado na Assembleia Legislativa no início de 2018. De autoria do deputado Euclério Sampaio , o projeto foi vetado pelo então governador Paulo Hartung . O veto foi endossado pelos parlamentares em plenário.

**Site:**

***<https://www.gazetaonline.com.br/entretenimento/cultura/2019/05/vila-velha-cai-a-lei-que-impoe-restricoes-as-manifestacoes-artisticas-1014180665.html>***

# Justiça derruba lei de Vila Velha que proibia exibição de arte com nudez

**LUCAS PISA**

**TAG: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO  
SANTO, LEI VETADA, GOVERNO FEDERAL,  
EXPOSIÇÕES DE ARTES, PREFEITO DE VILA  
VELHA MAX FILHO, ENTRADA PROIBIDA DE  
MENORES DE IDADE Á EVENTOS CULTURAIS**

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR  
DES-06.55.11-06.56.17-1557837464.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/14/TVVITRIARECOR<br/>DES-06.55.11-06.56.17-1557837464.mp4)**

# Cinco pessoas com mandados de prisão em aberto são detidas, em Guarapari

**Redação Multimídia ESHOJE**

Curta, comente e compartilhe!

Cinco pessoas com mandados de prisão em aberto foram detidas em Guarapari. A polícia militar também apreendeu pedras de crack e dinheiro.

Segundo a PM, as prisões e apreensões aconteceram o último final de semana. Na noite de sexta-feira (10), um grupo de indivíduos em atitude suspeita, entre eles um menor de 16 anos. O adolescente estava com 20 pedras de crack e dinheiro da venda de drogas.

Na tarde de sábado (11), no bairro Ipiranga, os policiais abordaram dois homens, de 27 e 35 anos, que estavam com mandados de prisão em aberto expedidos pela 1ª **Vara Criminal** de Guarapari. Já no bairro Olaria, outra pessoa foi detida com um mandado de prisão em aberto pelo crime de tráfico de drogas.

Na noite de domingo (12), policiais abordaram dois indivíduos na ponte do bairro Perocão. Durante as verificações, foram encontradas cinco pedras de crack, três buchas de maconha e um pino de cocaína, além de dinheiro em notas trocadas.

No Centro da cidade, uma jovem de 21 anos foi detida por estar com um mandado de prisão em aberto expedido pela 1ª **Vara Criminal** de Guarapari.

Em outra ação no bairro Paturá, após as verificações foi encontrado um homem, de 28 anos, que fugiu do sistema penitenciário em novembro de 2018.

Todos os detidos e os materiais apreendidos foram encaminhados ao departamento policial de Guarapari.

**Site:** <http://eshoje.com.br/cinco-pessoas-com-mandados-de-prisao-em-aberto-sao-detidas-em-guarapari/>

# Final de semana é marcado por detenções da PM em Guarapari (Guarapari)

*Redação FolhaOnline.es*

A Polícia Militar realizou apreensões na sexta-feira (10), sábado (11) e domingo (12), no município.

Durante o final de semana, a Polícia Militar de Guarapari realizou detenções e apreensões em alguns bairros da cidade. Na noite de ontem (12), no Perocão, dois indivíduos foram abordados com cinco pedras de crack, três buchas de maconha e um pino de cocaína, além de uma quantia em dinheiro. Os suspeitos foram conduzidos à delegacia.

**Mandados de prisão**

Já no sábado (11), quatro indivíduos foram abordados com mandados de prisão em aberto. Um de 27 anos e outro de 35 no bairro Ipiranga, um em Olaria e outro de 21 anos no Centro de Guarapari. Os mandados foram expedidos pela 1ª **Vara Criminal** de Guarapari.

Ainda no sábado, por volta das 14h, policiais militares abordaram um indivíduo no bairro Paturá. Após as verificações, constataram que o homem de 28 anos havia fugido do sistema penitenciário no dia 16 de novembro do ano passado e, desde então, era procurado pela Justiça. Ele foi conduzido à delegacia.

**Porte de drogas**

Na noite de sexta-feira (10), policiais militares patrulhavam o bairro Village do Sol quando visualizaram um grupo de indivíduos em atitude suspeita. Ao perceberem a aproximação da equipe policial, o grupo tentou fugir e apenas um adolescente, de 16, anos foi abordado. Com ele, os policiais apreenderam 20 pedras de Crack e uma quantia em dinheiro. O adolescente foi encaminhado à delegacia.

\*Com informações do 10º Batalhão da Polícia Militar

**Site: <https://www.folhaonline.es/final-de-semana-e-marcado-por-detencoes-da-pm-em-guarapari/>**

| PEDIDOS NA JUSTIÇA |

# GASTO DE R\$ 630 MILHÕES COM PROCESSOS DE SAÚDE

## Valor foi pago pelo governo do Estado nos últimos quatro anos

ALINE NUNES  
anunes@redgazeta.com.br

Quando a população não tem acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) pela porta das unidades de saúde, farmácias e hospitais, é na Justiça que tenta assegurar seus direitos. Somente na esfera estadual houve crescimento de quase 68% nos gastos com a judicialização da saúde, o equivalente a mais de R\$ 630 milhões entre 2015 e 2018. Esse valor corresponde a um quarto do Orçamento (R\$ 2,5 bilhões) para a saúde do Estado em 2019.

E, ao contrário do que se possa imaginar, a demanda que mais cresceu nos últimos quatro anos no Estado não foi por remédios, mas por consultas com especialistas, como neuropediatra, oftalmologista e psiquiatra. Uma das explicações para o agravamento do problema foi a redução na oferta desse serviço. Além disso, falhas na atenção básica, problemas de gestão e falta de leitos também estão contribuindo para o aumento das ações judiciais contra Estado e municípios, segundo apontam especialistas e o próprio governo.

### INTERNAÇÃO

Entre 2015 e 2018, em torno de 40% dos recursos foram usados para a aquisição de leitos na rede complementar, muitas vezes com custo mais alto do que seria em um hospital da rede. Na sequência, estava a demanda por medicamentos, entre os quais remédios que ainda não estão na lista de padronizados do SUS, ou que deveriam ser fornecidos pelos municípios.

Professora da FDV e pesquisadora na área da Saúde, a doutora em Bioética Elda Bussinguer identifica uma



Gerliana entrou na Justiça para tentar garantir remédio à base de canabidiol para o filho Pedro Henrique, 15

série de fatores para esse crescimento, de problemas na gestão a estratégias da indústria farmacêutica que estimulam a prescrição de medicamentos que não são, efetivamente, necessários ao tratamento, mas sim "objeto de desejo".

"Em tese, as pessoas vão recorrer ao Judiciário por necessidade. Mas há um processo de medicalização da saúde, e a classe médica prescreve remédios independentemente do custo. As vezes tem similar, de valor muito mais baixo e com o mesmo princípio ativo, que não é receitado. O mercado produz desejos – para o médico, que receita; para o paciente, que quer usar – que às vezes parecem necessidades, mas que não vão garantir o di-

### SAIBA MAIS

#### JUDICIALIZAÇÃO

##### ► Na saúde

O termo é utilizado para se referir a casos em que as pessoas buscam o Judiciário para conseguir qualquer assistência em saúde que tenha sido negada no âmbito administrativo (público ou privado), ou para a qual há dificuldades de acesso.

##### ► Atendimento

Pacientes ou familiares recorrem à Justiça, entre outras razões, para conseguir leitos hospitalares, remédios, consultas, exames e cirurgias.

reito à saúde do cidadão, e sim a saúde financeira dessas empresas", observa.

Mas, para Elda, o problema vai além. A ineficiência de gestão pública também leva ao aumento da judicialização. "Nesse fenômeno, a responsabilidade é compartilhada pelo poder público, classe médica e a indústria. E quem sempre sai perdendo é o cidadão", destaca.

#### FILA

A dona de casa Gerliana Ferreira de Souza, 38 anos, é uma das milhares de pessoas na fila da Justiça para tentar garantir mais qualidade de vida para o filho Pedro Henrique, 15, que sofre de epilepsia refratária (convulsões por repetição). Já houve dias em que

o adolescente teve 120 crises. Uma medicação à base de canabidiol (um dos princípios ativos da macônha) ameniza o quadro, mas, apesar de decisão judicial favorável, ela ainda não recebeu o remédio.

"Nem um outro medicamento deu resultado para o meu filho. Já com o canabidiol, que experimentou por 15 dias, é diferente. A situação dele é muito triste. E o pior é saber que tem solução, que tem remédio para ele levar uma vida normal, e não conseguir", desabafa. O Estado informa, porém, que a nova decisão judicial determinou suspensão da compra por não haver comprovação de o paciente ter usado remédios fornecidos pelo SUS antes de solicitar medicação fora da lista.

O secretário estadual de Saúde, Nécio Fernandes, aponta que, dentro da judicialização, tem de tudo, "dos absurdos às necessidades reais". Ele diz que é preciso eliminar as distorções, ao mesmo tempo em que a gestão tem que ser aprimorada para que as pessoas não precisem mais recorrer à Justiça para garantir a assistência em saúde.

#### ATENÇÃO PRIMÁRIA

Um primeiro passo, na avaliação do secretário, é qualificar mais a atenção primária, nos municípios, onde boa parte dos profissionais não é concursada. De 750 equipes, 509 ingressaram nas redes por meio do programa Mais Médicos.

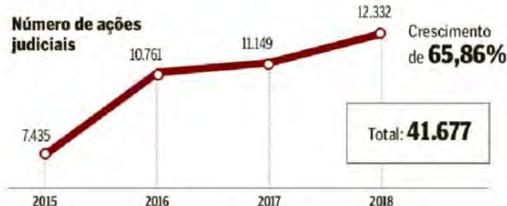
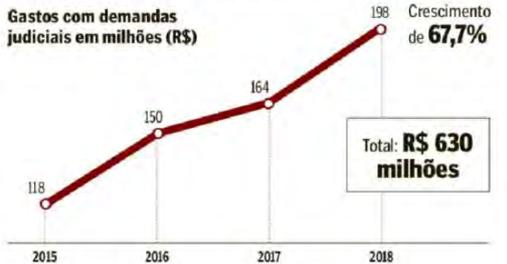
"É o que a gente observa é que muitos na atenção primária não são resolutivos, o que leva a entupir a fila de espera na atenção secundária (ambulatórios de especialidades, exames, PAs e UPAs). Esses médicos acabam se tornando encaminhadores de pacientes porque não têm a segurança em suas práticas. Atenção primária nesse modelo não dá para defender", aponta.

Nécio pondera que, se nessa etapa de atendimento houvesse um profissional vinculado a um processo de formação de especialista em medicina comunitária, a resolutividade seria de 80% a 95% nos postos de saúde.

No entanto, dados gerenciais da gestão anterior revelam que esse índice é de apenas 42% no Estado. "A cada 17 pacientes, 10 eram encaminhados. Então, se a gente não atuar nessa ponta, a fila de espera por exames, por exemplo, sempre vai ser alta", avalia.

## JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Veja números sobre as demandas na Justiça



Fonte: Sesa

2015-2018

Municípios com maior aumento



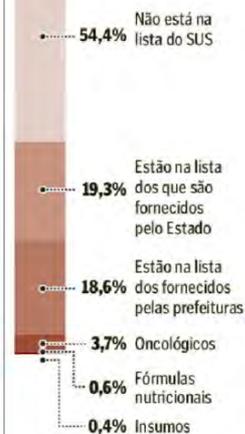
Tipos de solicitações e maiores índices crescimento



Principais despesas com judicialização



Classificação dos medicamentos pedidos nas ações judiciais (2018)



Infografia | Giselda Ronchi

## | PEDIDOS NA JUSTIÇA |

# 200 MIL CONSULTAS A MENOS COM ESPECIALISTAS

### Queda na oferta aumentou em 287% as ações judiciais

ALINE NUNES  
anunes@redgazeta.com.br

As demandas por internação e medicamentos ainda lideram as ações na Justiça contra o Estado, porém gradativamente cresce o número de solicitações por consultas com especialistas. Nos últimos quatro anos, esse tipo de pedido subiu nada menos que 287%.

Em 2015, as consultas representavam 421 ações judiciais e, no ano passado, saltaram para 1.629. No mesmo período, segundo dados do governo federal, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) diminuiu em 200 mil a oferta de consultas. "Isso é redução do acesso e, assim, mais pessoas acabam recorrendo à Justiça", analisa o secretário estadual de Saúde Nélio Fernandes.

As principais especialidades para as quais foram apresentadas ações na Justiça, segundo a Sesa, foram em neuropediatria, psiquiatria, neurocirurgia, oftalmologia, hematologia pediátrica, geneticista, cabeça

e pescoço, e otorrinolaringologista.

Para atacar a fila de espera por especialistas, uma das iniciativas será a realização de mutirões para fazer o atendimento. Mas, além disso, Nélio promete também acabar com a burocracia. Ele falou que está em discussão uma nova organização de trabalho, de Estado e municípios, para reduzir o tempo entre a consulta na unidade básica até a realização de nova consulta ou procedimentos na atenção secundária, de responsabilidade da rede estadual.

#### FILA

A longa fila de espera não se limita às consultas. Somente para cirurgias, há 18 mil pessoas, segundo a Sesa. E, para esse tipo de procedimento, também houve um significativo crescimento no número de ações, em torno de 90% — o segundo maior indicador dos últimos quatro anos.

**18 MIL**

Esse é o tamanho da fila de pessoas na espera por cirurgias eletivas no Estado. Um mutirão vai contemplar pouco mais de 3,7 mil pessoas.

**1.629 AÇÕES**

É o total de pedidos por consultas na Justiça registrados em 2018.

Neste caso, o problema já começa a ser enfrentado com a realização de mutirões. Do total, 3.747 foram selecionados para intervenções ginecológicas, cirurgias de varizes para mulheres e homens, de reconstrução mamária e procedimentos na navisão. Apesar de o anúncio ter sido feito ontem, os atendimentos já foram iniciados

e seguem a ordem da fila de espera.

#### DECRETO

Do ponto de vista de gestão, uma das áreas que o secretário pretende melhorar para reduzir a judicialização, há um foco também na prescrição de medicamentos. Projeto de lei aprovado no mês passado prevê maior controle do que é solicitado por médicos e dentistas, que terão de justificar o motivo para solicitarem remédios fora da lista do SUS. Do contrário, podem ser punidos.

Um decreto detalhando as penalidades ainda será publicado até junho. A medida, alvo de críticas da classe médica, é apontada pelo governo como um mecanismo para evitar gastos desnecessários aos cofres públicos, caso não seja comprovado que o medicamento fora da lista pode oferecer benefícios ao paciente.

Pesquisadora em saúde, a professora Elda Bussinger defende que haja maior controle, mas ressalta que não se

pode retirar a autonomia médica. "O profissional tem que prescrever dentro de uma lógica igualitária, de forma a garantir a todos o acesso, e não apenas a um. Mas a responsabilidade não é só do médico. O governo precisa olhar para as suas fragilidades e ver que há problema de gestão", pondera.

Outro projeto aprovado foi a criação do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPI) - a Escola de Medicina do Estado. Por meio dessa unidade, o secretário acredita que seja possível, por exemplo, melhorar a atenção primária, um dos gargalos da saúde apontados por ele.

"A estratégia será a de formação de médicos de família e comunidade e as prefeituras, em convênio com o Estado, ao mesmo tempo que vão formar profissionais poderão promover instruções em serviço. De maneira que, ao final de quatro anos, os municípios terão grande quantidade de médicos especialistas, resolutivos."

## Cidades sofrem com problema

Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde do Espírito Santo (Cosems-ES), André Fagundes reconhece que alguns municípios têm dificuldades na cobertura de atenção primária, porém ressalta que as prefeituras também são penalizadas com judicialização, o que, segundo ele, compromete a ampliação de serviços.

"O município também sofre porque recebe demandas da Justiça que não são de sua competência, como exames e consultas de média complexidade. Ao ser responsabilizado, há municípios comprometendo de 20 a 30% do orçamento previsto para o ano inteiro somente para atender as decisões judiciais", revela.

## | PEDIDOS NA JUSTIÇA |

# Estados querem que a União arque com ações

**Assunto está em pauta no STF. Governadores tiveram reunião com um dos ministros**

A judicialização é um fenômeno que não está restrito ao Estado, tanto que entrou na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). Na próxima semana, a Corte vai começar a decidir sobre aspectos que geram muitas discussões no âmbito estadual. Um dos pontos em análise diz respeito à responsabilidade da União nas causas referentes a medicamentos de alto custo. Se o Judiciário atender ao que os governadores querem, os pacientes terão que ingressar com ações contra o governo federal.

Na última quinta-feira

(9), um grupo de governadores esteve reunido com o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, para apresentar suas preocupações em relação ao aumento substancial das judicializações e para que haja uma normatização sobre pontos conflituosos.

"A preocupação de todos é o esvaziamento de recursos no orçamento da Saúde com a judicialização", destacou Eufen José Ribeiro Santos, chefe da Procuradoria do Estado em Brasília, e que representou o governador Renato Casagrande na audiência.

Entre as ações que estão tramitando no STF está a que trata sobre a responsabilidade solidária dos entes (União, Estados e municípios) na prestação

de assistência à saúde.

"Os medicamentos de alto custo, por exemplo, são de responsabilidade da União mas, muitas vezes, é o Estado que arca com essa despesa. Então, quando o STF balizar essa questão, o que se espera é que deixe claro a quem compete o fornecimento", explica o procurador.

Medicamento de alto custo é aquele destinado a doenças raras e, por isso, utilizado por um número reduzido de pessoas. Por essa característica, esses remédios não são adquiridos regulamentarmente.

### ACOMPANHAMENTO

Integrante da Associação de Fibrose Cística do Espírito Santo (Afices),



Estado não quer ser responsabilizado por remédios de alto custo na Farmácia Cidadã

Leticia Lengruber acompanha de perto a discussão porque sabe que a decisão se reflete diretamente na vida das pessoas com doenças raras. Sua preocupação é sobre como será custeado o tratamento dos pacientes, já que é muito caro. Hoje, segundo ela, dos 20 medicamentos que mais oneram os cofres do Ministério da Saúde, 19 são para agravos raros.

De alto custo é diferente dos medicamentos não

padronizados, que são aqueles que não integram a lista oficial do SUS. Mas, pelo fato de constantemente serem prescritos por médicos, também estão na pauta de discussão do STF. Neste caso, a expectativa dos governadores é que haja um posicionamento se, de fato, a administração pública deve se responsabilizar por essa despesa.

No ano passado, 18 remédios que não estavam na

relação do SUS entraram na lista dos mais pedidos em ações contra o Estado.

Segundo a assessoria do STF, o ministro Dias Toffoli ponderou que o Judiciário precisa refletir sobre suas decisões. "Tem que se autoconter um pouco mais. Temos o limite do possível. A União, os Estados e os municípios têm dificuldades fiscais. A ideia é estabelecer parâmetros nas ações para termos segurança jurídica", afirmou.

## MEDICAMENTOS MAIS JUDICIALIZADOS EM 2018

### FORA DA LISTA DO SUS

#### ► 18 remédios

- Duloxetine - para tratamento de transtorno depressivo e fibromialgia;
- Hilano - para aplicação intra-articular;
- Lisdexamfetamina - para transtorno de déficit de atenção;
- Empagliflozina - para diabetes tipo 2;
- Pregabalina - para tratamento de dor neuropática; e terapias de crises epiléticas
- Trazodona - para depressão; dor crônica
- Venlafaxina - depressão e ansiedade
- Escitalopram - para tratamento de

- Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC);
- depressão
- Rosuvastatina - tratamento de dislipidemia (colesterol, triglicérides)
- Paliperidona Aripiprazol - tratamento de esquizofrenia; depressão;
- Ácido Zoledrônico - tratamento de metástases ósseas; reduzir a quantidade de cálcio no sangue de pacientes com hipercalemia;
- Bortezomibe - para tratamento de mieloma múltiplo;
- Sertralina - para

- depressão, TOC, transtorno do pânico; ansiedade; fobia social; Tensão Pré-Menstrual.
- Desvenlafaxina - para depressão;
- Bevacizumabe - tratamento de câncer colorretal;
- Levetiracetam - para crises convulsivas
- Alprazolam - para transtornos de ansiedade;

### DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO

#### ► 5 remédios

- Enoxaparina - para tratamento de trombose venosa profunda;

- Risperidona - para esquizofrenia, psicoses agudas, transtorno bipolar;
- Quetiapina - para esquizofrenia, transtorno bipolar;
- Rivaroxabana - para prevenção de tromboembolismo venoso;
- Topiramato - para epilepsia;

### DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS

#### ► 2 remédios

- Gliclazida - para diabetes tipo 2;
- Clonazepam - para prevenção de convulsões.

Fonte: Sesa e pesquisa AG



## Judiciário avalia uso da conciliação

Para tentar minimizar os gastos públicos decorrentes das ações judiciais, o Poder Judiciário está discutindo a possibilidade de implementar duas novas instâncias na apreciação dos casos: a mediação e a conciliação.

Coordenadora do Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional de Saúde do Espírito Santo, a desembargadora Elisabeth Lordes disse, em evento no Conselho Regional de Medicina (CRM), que abordou o crescimento dos casos de judicialização no Estado, que a mediação pode ser implantada para que se busque um acordo entre as partes antes mesmo do pedido virar uma ação judicial.

"Já para os processos existentes, a proposta é que haja uma fase de conciliação", afirmou a desembargadora.

Elisabeth Lordes explicou que o projeto ainda não foi implementado, e está numa etapa de discussão com a Coordenadora do Núcleo de Mediação e Conciliação do Tribunal

de Justiça, bem como com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

Entre as medidas para reduzir as ações, também está a ampliação do Nat-Jus, um núcleo do Judiciário composto por equipe de médicos e farmacêuticos que orientam as decisões judiciais. As ações contra o Estado, entre 2015 e 2018, foram representadas em sua maioria pela Defensoria Pública, seguida por representação própria, advogados e Ministério Público.

*"Para os processos de pedidos de saúde já existentes, a nossa proposta é que haja uma fase de conciliação"*

**ELISABETH LORDES**  
DESEMBARGADORA DO TJ  
COORDENADORA DO COMITÊ  
EXECUTIVO ESTADUAL DO  
FÓRUM NACIONAL DE SAÚDE  
DO ESPÍRITO SANTO

# Pacientes na Justiça por consulta com especialistas

**TÁ DIFÍCIL** Em quatro anos, são 200 mil atendimentos a menos com esses profissionais. E cada vez mais processos

Aline Nunes

anunes@redgazeta.com.br

Quando a população não tem acesso ao SUS pela porta das unidades de saúde, farmácias e hospitais, é na Justiça que tenta assegurar seus direitos. As demandas por internação e medicamentos lideram as ações na Justiça contra o Estado, porém gradativamente cresce o número de solicitações por consultas com especialistas. Nos últimos quatro anos, esse tipo de pedido subiu nada menos que 287%. Essa foi a demanda que mais cresceu no período.

Em 2015, as consultas representavam 421 ações judiciais e, no ano passado, saltaram para 1.629. No mesmo período, segundo dados do governo federal, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) diminuiu em 200 mil a oferta de consultas. "Isso é redução do acesso e, assim, mais pessoas acabam recorrendo à Justiça", analisa o secretário estadual de Saúde Nécio Fernandes.

As principais especialidades para as quais foram apresentadas ações na Justiça, segundo a Sesa, foram em neuropediatria, psiquiatria, neurocirurgia, oftalmologia, hematologia pediátrica, geneticista; cabeça e pescoço, e otorrinolaringologista/cirurgia.

Para atacar a fila de espera por especialistas, uma das iniciativas será a realização de mutirões para fazer o atendimento. Mas, além disso, Nécio promete também acabar com a burocracia. Ele falou que está em discussão uma nova organização de trabalho, de Estado e municípios, para reduzir tempo entre a consulta na unidade básica até a realização de nova consulta ou procedimentos na atenção secundária, de responsabilidade da rede estadual.

dária, de responsabilidade da rede estadual.

## 18 MIL NA FILA

A longa fila de espera não se limita às consultas. Somente para cirurgias, há 18 mil pessoas, segundo a Sesa. E, para esse tipo de procedimento, também houve um significativo crescimento no número de ações, em torno de 90% - o segundo maior indicador dos últimos quatro anos.

Neste caso, o problema já começa a ser enfrentado com a realização de mutirões. Do total, 3.747 foram selecionados para intervenções ginecológicas, cirurgias de varizes para mulheres e homens, de reconstrução mamária e procedimentos na visão. Apesar de o anúncio ter sido feito ontem, os atendimentos já foram iniciados e seguem a ordem da fila de espera.

## DECRETO

Do ponto de vista de gestão, uma das áreas que o secretário pretende melhorar para reduzir a judicialização, há um foco também na prescrição de medicamentos. Projeto

de lei aprovado no mês passado prevê maior controle que é solicitado por médicos e dentistas, que terão de justificar o motivo para solicitar remédios fora da lista do SUS. Do contrário, podem ser punidos.

Um decreto detalhando as penalidades ainda será publicado até junho. A medida, alvo de críticas da classe médica, é apontada pelo governo como um mecanismo para evitar gastos desnecessários aos cofres públicos, caso não seja comprovado que o medicamento fora da lista pode oferecer benefícios ao paciente.

Pesquisadora em saúde, a professora Elda Bussinguer defende que haja maior controle, mas ressalta que não se pode retirar a autonomia médica. "O profissional tem que prescrever dentro de uma lógica igualitária, de forma a garantir a todos o acesso, e não apenas a um. Mas a responsabilidade não é só do médico. O governo precisa olhar para as suas fragilidades e ver que há problema de gestão", pondera.

## INSTITUTO

Outro projeto aprovado foi a criação do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPI) - a Escola de Medicina do Estado. Por meio dessa unidade, o secretário acredita que seja possível, por exemplo, melhorar a atenção primária, um dos gargalos da saúde apontados por ele.

"A estratégia será a de formação de médicos de família e comunidade e as prefeituras em convênio com o Estado, ao mesmo tempo que vão formar profissionais poderão promover instruções em serviço. De maneira que, ao final de quatro anos, os municípios terão grande quantidade de médicos especialistas, mais resolutivos", conclui.



## CIDADES TAMBÉM RECEBEM PEDIDOS

Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde do Espírito Santo (Cosems-ES), André Fagundes reconhece que alguns municípios têm dificuldades na cobertura de atenção primária, porém ressalta que as prefeituras

também são penalizadas com judicialização, o que, segundo ele, compromete a ampliação de serviços. "O município também sofre porque recebe demandas da Justiça que não são de sua competência, como

exames e consultas de média complexidade. Ao ser responsabilizado, há municípios comprometendo de 20 a 30% do orçamento previsto para o ano inteiro somente para atender as decisões judiciais", revela.

## \* JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE

### GASTOS COM DEMANDAS JUDICIAIS EM MILHÕES DE R\$

2015 - 118  
2016 - 150  
2017 - 164  
2018 - 198  
Total: R\$ 630 milhões  
Crescimento de 67,7%

### NÚMERO DE AÇÕES JUDICIAIS

2015 - 7.435  
2016 - 10.761  
2017 - 11.149  
2018 - 12.332  
Total: 41.677  
Crescimento de 65,86%

### MUNICÍPIOS COM MAIOR AUMENTO (2015-2018)

\* Guarapari - 153%  
\* Linhares - 114%  
\* Vila Velha - 113%  
\* Serra - 107%

### TIPOS DE SOLICITAÇÕES E MAIORES ÍNDICES CRESCIMENTO (2015-2018)

\* Consultas - 3.707 (287%)  
\* Cirurgias - 3.789 (90%)  
\* Internações clínicas - 9.025 (64%)

### PRINCIPAIS DESPESAS COM JUDICIALIZAÇÃO



### (2015-2018)

\* Compra de leitos da rede complementar - R\$ 254,3 milhões (40,1%)  
\* Medicamentos - R\$ 159,78 milhões (25,2%)  
\* Leitos para transtornos mentais e dependência química - R\$ 135,6 milhões (21,4%)

### CLASSIFICAÇÃO DOS MEDICAMENTOS NAS AÇÕES JUDICIAIS (2018)

\* Não padronizado (não está na lista do SUS) - 54,4%  
\* Padronizado Componente Especializado (PCE) - 19,3%  
\* Padronizado Atenção Básica (PAB) - 18,6%  
\* Oncológicos - 3,7%  
\* Fórmulas nutricionais - 0,6%  
\* Insumos - 0,4%

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde (Sesa)

**18 MIL** É o tamanho da fila de espera por cirurgias eletivas no Estado. Um mutirão vai contemplar cerca de 3,7 mil pessoas

**1.629** AÇÕES Para consultas foram registradas no ano passado

Berliana entrou na Justiça para tentar garantir remédio a base de canabidiol para o filho Pedro Henrique, 15

FERNANDO HOLZNER

## DINHEIRO PÚBLICO

# Estado gasta mais de R\$ 630 milhões com processos na área de saúde

Somente na esfera estadual houve crescimento de quase 68% nos gastos com a judicialização da saúde, o equivalente a mais de R\$ 630 milhões entre 2015 e 2018. Esse valor corresponde a um quarto do Orçamento (R\$ 2,5 bilhões) para a saúde do Estado em 2019.

Entre 2015 e 2018, em torno de 40% dos recursos foram usados para aquisição de eletos na rede complementar, muitas vezes com custo mais alto do que seria em um hospital da rede. Na sequência, estava a demanda por medicamentos, entre os quais remédios que ainda não estão na lista de padronizados do SUS, ou que deveriam ser fornecidos pelos municípios.

Professora da FDV e pesquisadora na área da Saúde, a doutora em Bioética Elda Bussinger identifica uma série de fatores para esse crescimento, de problemas na gestão a estratégias da indústria farmacêutica que estimulam a prescrição de

medicamentos que não são, efetivamente, necessários ao tratamento, mas sim "objeto de desejo".

"As vezes tem similar, de valor muito mais baixo e com o mesmo princípio ativo, que não é receitado. O mercado produz desejos - para o médico, que receita, para o paciente, que quer usar - que às vezes parecem necessidades, mas que não vão garantir o direito à saúde do cidadão, e sim a saúde financeira dessas empresas", observa.

Mas, para Elda, o problema vai além. A ineficiência de gestão pública também leva ao aumento da judicialização.

A dona de casa Gerliana Ferreira de Souza, 38 anos, é uma das milhares de pessoas na fila da Justiça para tentar garantir mais qualidade de vida para o filho Pedro Henrique, 15, que sofre de epilepsia refratária (convulsões por repetição). Já houve dias em que o adolescente teve 120 crises. Uma medicação à ba-

se de canabidiol (um dos princípios ativos da maconha) ameniza o quadro, mas apesar de decisão judicial favorável, ela ainda não recebeu o remédio.

"Nenhum outro medicamento deu resultado para o meu filho. Já com o canabidiol, que experimentei por 15 dias, é diferente. A situação dele é muito triste. E o pior é saber quem tem solução, quem tem remédio para ele levar uma vida normal, e não conseguir", desabafa. O Estado informa, porém, que a nova decisão judicial determinou suspensão da compra por não haver comprovação de o paciente ter usado remédios fornecidos pelo SUS, antes de solicitar medicação fora da lista.

### DISTORÇÕES

O secretário estadual de Saúde, Néso Fernandes, aponta que, dentro da judicialização, tem de tudo: "dos absurdos às necessidades reais" e que é preciso eliminar

as distorções, ao mesmo tempo em que a gestão tem que ser aprimorada para que as pessoas não precisem mais recorrer à Justiça para garan-

tir a assistência em saúde.

Um primeiro passo, na avaliação do secretário, é qualificar mais a atenção primária, nos municípios, onde boa parte dos profissionais não é concursada. De 750 equipes, 509 ingressaram pelo programa Mais Médicos.

"Esses médicos acabam se tornando encaminhadores de pacientes porque não têm a segurança em suas práticas. Atenção primária nesse modelo não dá para defender", aponta.

Néso pondera que, se nessa etapa de atendimento houvesse um profissional vinculado a um processo de formação de especialista em medicina comunitária, a resolutividade seria de 80 a 95% nos postos de saúde.

No entanto, dados gerenciais da gestão anterior revelam que esse índice é de apenas 42% no Estado. "Se a gente não atuar nessa ponta, a fila de espera por exames, por exemplo, sempre vai ser alta", avalia.

### SAIBA MAIS

#### JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE

O termo é utilizado para se referir aos casos em que as pessoas buscam o Poder Judiciário para conseguir qualquer assistência em saúde que eventualmente tenha sido negada no âmbito administrativo (público ou privado), ou para a qual há dificuldades de acesso.

#### ATENDIMENTO

Pacientes ou familiares recorrem à Justiça, entre outras razões, para conseguir leitos hospitalares, remédios, consultas, exames e cirurgias.

## GOVERNO QUER QUE UNIÃO SE RESPONSABILIZE POR AÇÕES

A judicialização é um fenômeno que não está restrito ao Estado, tanto que entrou na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). Na próxima semana, a Corte vai começar a decidir sobre aspectos que geram muitas discussões no âmbito estadual. Um dos pontos em análise diz respeito à responsabilidade da União nas causas referentes a medicamentos de alto custo. Se o Judiciário atender ao que os governadores querem, os pacientes terão que ingressar com ações contra o governo federal. No dia 9, um grupo de governadores esteve reunido com o presidente do STF, ministro Dias Toffi, para apresentar suas preocupações em relação ao aumento substancial das judicializações e para que haja uma normatização

## Judicialização está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF)

sobre pontos conflituosos. "A preocupação de todos é o esvaziamento de recursos no orçamento da saúde com a judicialização", destacou Erlen José Ribeiro Santos, chefe da Procuradoria do Estado em Brasília, e que representou o governador Renato Casagrande na audiência. Entre as ações que tramitam no STF está a que trata sobre a responsabilidade solidária da União, Estados e municípios na prestação de assistência à saúde.

"Os medicamentos de alto custo são de responsabilidade da União mas, muitas vezes, o Estado arca com essa despesa. Então, quando o STF balizar essa questão, o que se espera é que deixe claro a quem compete o fornecimento", explica o procurador.

Integrante da Associação de Fibrose Cística do Espírito Santo (Afcies), Letícia Lengruher acompanha a discussão. Sua preocupação é sobre como será custeado o tratamento dos pacientes, já que é muito caro. Hoje, segundo ela, dos 20 medicamentos que mais oneram os cofres do Ministério da Saúde, 19 são para agravos raros

## MEDICAMENTOS MAIS BUSCADOS NA JUSTIÇA



### FORA DA LISTA DO SUS

- 18 REMÉDIOS**
- ▶ **Duloxetine** - para tratamento de transtorno depressivo e fibromialgia;
  - ▶ **Hilano** - para aplicação intra-articular;
  - ▶ **Lisdexanfetamina** - para transtorno de déficit de atenção
  - ▶ **Empagliflozina** - para diabetes tipo 2
  - ▶ **Pregabalina** - para tratamento de dor neuropática; e terapias de crises epilépticas
  - ▶ **Trazodona** - para depressão, dor crônica
  - ▶ **Venlafaxina** - depressão e ansiedade
  - ▶ **Escitalopram** - para tratamento de Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC); depressão
  - ▶ **Rosuvastatina** - tratamento de dislipidemia

(colesterol, triglicérides)

- ▶ **Paliperidona**
- ▶ **Aripiprazol** - tratamento de esquizofrenia; depressão
- ▶ **Ácido Zoledrônico** - tratamento de metástases ósseas; reduzir a quantidade de cálcio no sangue de pacientes com hipercalcemia
- ▶ **Bortezomibe** - para tratamento de mieloma múltiplo
- ▶ **Sertralina** - para depressão, TOC, transtorno do pânico, ansiedade, fobia social; Tensão Pré-Menstrual.
- ▶ **Desvenlafaxina** - para depressão
- ▶ **Bevacizumabe** - tratamento de câncer colorretal
- ▶ **Levetiracetam** - para crises convulsivas
- ▶ **Alprazolam** - para transtornos de ansiedade

### DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO

- 5 REMÉDIOS**
- ▶ **Enoxaparina** - para tratamento de trombose venosa profunda
  - ▶ **Risperidona** - para esquizofrenia, psicose agudas, transtorno bipolar
  - ▶ **Quetiapina** - para esquizofrenia, transtorno bipolar
  - ▶ **Rivaroxabana** - para prevenção de tromboembolismo venoso
  - ▶ **Topiramato** - para epilepsia

### DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS

- 2 REMÉDIOS**
- ▶ **Gliclazida** - para diabetes tipo 2
  - ▶ **Clonazepam** - para prevenção de convulsões

Fonte: Sesa e pesquisa NAI

## JUDICIÁRIO QUER AGILIZAR PROCESSOS

Para tentar minimizar os gastos públicos decorrentes das ações judiciais, o Poder Judiciário está discutindo a possibilidade de implementar duas novas instâncias na apreciação dos casos: a mediação e a conciliação.

Coordenadora do Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional de Saúde do Espírito Santo, a desembargadora Elisabeth Lordes disse, em evento no Conselho Regional de Medicina (CRM) que abordou o crescimento dos casos de judicialização no Estado, que a mediação pode ser implantada para que se busque um acordo entre as partes antes mesmo do pedido virar uma ação judicial.

"Já para os processos existentes, a proposta é que haja uma fase de conciliação", afirmou a desembargadora. Entre as medidas para reduzir as ações, também está a ampliação do Nat-Jus, um núcleo do Judiciário composto por equipe de médicos e farmacêuticos que orientam as decisões judiciais.

SAQUES EM CONTAS

# Golpe milionário em clientes de banco leva 5 para cadeia

Entre os presos está uma funcionária do Banco do Brasil, que teria repassado dados de clientes "mais ricos" e idosos para golpistas

Eliane Proscholdt  
 Francine Spinassé  
 Simony Giuberti

**E**m um golpe milionário, cercado por mistérios, foram presas cinco pessoas acusadas de integrar uma organização criminosa, incluindo uma funcionária do Banco do Brasil de Montanha e um advogado.

O valor do rombo, assim como os detalhes da investigação, não foram passados pela titular da Delegacia Especializada de Crimes de Defraudações e Falsificações (Defa), delegada Rhaiana Bremenkamp Coelho.

Entretanto, a reportagem de **A Tribuna** apurou que Gizelle Lima Lopes Brito, funcionária do Banco do Brasil, foi presa na última segunda-feira, enquanto trabalhava na agência de Montanha, município situado no Norte do Estado.

Ela é suspeita de repassar informações (dados) de clientes "mais ricos" e idosos para golpistas. Esses golpistas faziam transferências de dinheiro para outras contas, cuja tática não foi revelada por enquanto.

Além de Gizelle, foram presos o advogado Glaucio Espindola Gonçalves e outras pessoas que teriam participação: Samir Lima Damasceno, Agrimal Alves Pereira e Deivid Manhães Rogério.

Os mandados de prisões temporárias foram cumpridos na Serra, em Fundão, Vitória e Montanha na última segunda-feira.

O advogado de Deivid, Natanael Rezende, explicou que o cliente cursa o último semestre de Administração e sua participação só teria consistido em fazer a ponte entre os líderes da quadrilha e a bancária Gizelle.

Natanael ressaltou que Deivid e Gizelle não se conheciam pessoalmente, mas tiveram contato por meio de redes sociais, após ela ter sido apresentada a ele por um amigo.

"A função dele era apontar uma funcionária para passar os dados. Deivid e os outros receberiam 10% do que conseguissem, mas ele não recebeu nada, já que a quantia foi passada para a conta de laranjas em Minas Gerais, que não viram esse dinheiro."

Apesar das informações de que as vítimas foram muitas e de que a quantia era milionária, Natanael garantiu que o golpe teve uma única vítima, uma idosa, de quem foram desviados entre R\$ 400 mil e R\$ 500 mil.



UM DOS SUSPEITOS de envolvimento no golpe é conduzido por policial, em cumprimento de mandado de prisão

## ENTENDA O CASO

### Prisões em quatro municípios do Estado

#### Operação

- > A DELEGACIA Especializada de Crimes de Defraudações e Falsificações (Defa) investiga desvios milionários em uma agência do Banco do Brasil de Montanha, no Norte do Estado.
- > NA ÚLTIMA SEGUNDA-FEIRA, uma operação cumpriu cinco mandados de prisão temporária emitidos pela 6ª Vara Criminal de Vitória. Os mandados foram cumpridos na Serra, em Fundão, Vitória e Montanha.
- > PARTICIPARAM da operação cinco equipes da Polícia Civil de Vitória.

#### Presos

- > GIZELLE LIMA LOPES BRITO (bancária do Banco do Brasil de Montanha

ria do Banco do Brasil de Montanha

- > GLAUCIO ESPINDOLA GONÇALVES (advogado)

- > E MAIS: Agrimal Alves Pereira, Samir Lima Damasceno e Deivid Manhães Rogério.

#### Desvios

> A SUSPEITA é que Gizelle teria repassado informações e dados (como senhas) de clientes do banco com quantias maiores de dinheiro e idosos para os comparsas.

> ESSES CRIMINOSOS, então, seriam encarregados de fazer transferências de valores altos pessoalmente ou pela internet.

> COM A AJUDA DE GIZELLE, uma mulher teria se passado por uma idosa rica e teria transferido uma grande quantia de dinheiro.

> A QUANTIA EXATA desviada não foi revelada pela delegada Rhaiana Bremenkamp Coelho, assim como a tática usada pelos suspeitos para fazer a transferência e a participação de todos os acusados.

> O CHEFE da Divisão Patrimonial, delegado Fabiano Rosa, afirmou que não poderia passar mais informações sobre o caso, mas confirmou que se tratavam de quantias milionárias que teriam sido desviadas.

Fonte: Policiais civis.



ENTRE OS PRESOS estava uma mulher, que seria funcionária do banco

## Banco do Brasil diz que sistema de segurança apontou desvio

Diante do caso de desvio investigado em uma agência do Banco do Brasil de Montanha, a instituição bancária, por meio de nota, manifestou-se sobre o caso ontem.

Sem dar detalhes, disse que a atuação dos golpistas foi identificada por meio dos mecanismos de segurança do banco. Destacou ainda que colabora com as autoridades na investigações.

Sobre o advogado preso, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Espírito Santo (OAB-ES) disse que, em razão de sigilo determinado por lei federal, não poderia se pronunciar sobre o caso.

Além das investigações de desvios no Banco do Brasil no Estado, uma auditoria feita pela instituição bancária resultou em uma megaoperação, na última quinta-feira, no País. Não foi informado pela polícia capixaba se o suposto esquema de Montanha tem alguma ligação com os casos nacionais.

Ao todo, 17 mandados de prisão foram cumpridos em oito estados, além do Distrito Federal. A operação investiga desvio de R\$ 30 milhões do Banco do Brasil entre 2017 e 2018.

A operação, nesse caso, também foi realizada a partir de denúncia do próprio banco.

Além dos mandados de prisão, 28 de busca e apreensão foram cumpridos em Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e no Distrito Federal.

Entre os alvos, estavam dois ex-funcionários do banco e empresários de 11 empresas terceirizadas que tinham contrato com a instituição para cobrar dívidas de clientes.

De acordo com a polícia, a fraude funcionava assim: quando o cliente do banco quitava a dívida após contato com a terceirizada, o Banco do Brasil, automaticamente, pagava uma comissão.

Mas, em alguns casos, o sistema apresentava inconsistência, uma espécie de erro técnico. O pagamento, então, tinha que ser feito manualmente por um servidor.

Dessa forma, o banco pagava um valor a mais para a prestadora de serviços e "recebia de volta um valor de propina", apontou a investigação.

## Onde fica a agência

A 324 km de distância de Vitória



## JUSTIÇA

### Decretado sigilo

Os mandados de prisão temporária foram emitidos pela 6ª Vara Criminal de Vitória.

Na tarde de ontem, a reportagem de **A Tribuna** esteve no Fórum Criminal da capital em busca de informações e foi informada que o caso corre sob sigilo de Justiça.

A delegada Rhaiana Bremenkamp Coelho informou, por meio de nota, que só vai se pronunciar após o término das investigações, cujo prazo não foi dado.



VISTA panorâmica de Montanha

## Moradores surpresos com ação da polícia em Montanha

Na pacata cidade de Montanha, que tem cerca de 18 mil habitantes, o assunto de ontem era único: a prisão das cinco pessoas acusadas de integrar uma organização criminosa e aplicar fraude contra correntistas do Banco do Brasil.

O presidente da Câmara Municipal, Theodoro José de Souza, confirmou: "Hoje (ontem) só se fala nisso aqui. Aliás, desde ontem (segunda-feira), depois das 10 horas, quando aconteceram as prisões. Estão dizendo que são muitas vítimas, só idosos, mas os nomes dessas pessoas não foram revelados até agora."

Mesmo sem saber detalhes de como se dava a suposta fraude, ele defendeu que o caso seja apurado com rigor. "Tudo precisa ser investigado com rigor e quem for culpado deve ser punido de acordo com a lei", disse o presidente da Câmara Municipal.

Theodoro disse que Gizelle Lima Lopes Brito, funcionária do Banco do Brasil que foi presa na última segunda-feira, é muito conhecida na cidade.

"Ficou todo mundo surpreso. Não esperávamos isso dela. A gente não sabia de nada desse esquema. Tudo tem de ser apurado mesmo e precisa ser divulgado com transparência. Ainda bem que existem vocês da reportagem para informar a população."

Um servidora da prefeitura informou que Gizelle é presidente da Associação Atlética do Banco do Brasil de Montanha. Nas redes sociais, constam fotos dela nessa função.

Moradores do município também relataram surpresa com a prisão. Uma funcionária de um estabelecimento comercial próximo ao Banco do Brasil de Montanha também confirmou que Gizelle é muito conhecida e vista diariamente na região.

Segundo ela, o assunto estava entre os mais comentados nas ruas, mas ninguém sabia quem seriam as vítimas dos desvios.

"Ouvimos dizer que várias pessoas foram vítimas, mas até agora ninguém falou sobre nenhuma pessoa conhecida que tenha tido esses valores desviados. Ninguém sabem quem são", contou.

Outra moradora também confirmou que, na cidade, ninguém ficou sabendo quem teria sido vítima do golpe.

### SAQUES EM CONTAS

# Especialistas apontam fragilidades

Esquemas fraudulentos e golpes têm feito muitas vítimas em todas as partes do País. E no Estado não tem sido diferente. Preocupados, especialistas apontam fragilidades em instituições financeiras, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e operadoras de telefonia.

No alvo principal estão os idosos, segundo alertou o presidente da Federação das Associações dos Aposentados, Pensionistas e Idosos no Estado, Moises de Souza.

A média, segundo ele, é de que 10 pessoas são vítimas desses criminosos todos os dias.

Tem se destacado o golpe do empréstimo consignado com desconto em folha sem que o aposentado tenha solicitado o valor integral ou parte da quantia.

Contudo, Moises de Souza disse que nem todos procuram a polícia para denunciar, até mesmo por vergonha de ter sido vítima e, em algumas situações, de serem gananciosos visando lucros, como nos casos do golpe do bilhete premiado.

Quem também fez o alerta foi Emir Pinho, consultor especialista em Segurança. "Há muito tempo que quadrilhas vêm se especializando nas invasões, no acesso e no furto de informações que deem acesso a dados que permitam realizar saques, transferências e liberações de dinheiro de inúmeras organizações."

Ele destacou que, com o avanço da tecnologia, as investidas dos criminosos se tornaram mais ousadas. "Aquilo que poucos botavam fé se tornou realidade. Cada

**“Há muito tempo que quadrilhas vêm se especializando nas invasões e no furto de informações”**

Moises de Souza, presidente da Fed. das Associações dos Aposentados



MOISES DE SOUZA disse que os idosos são o principal alvo dos golpistas, com a média de 10 vítimas por dia

vez mais a necessidade por proteger dados e acessos, principalmente de bancos e serviços que movimentam grande valores se tornou fundamental."

O consultor de cyber security (segurança virtual), Paulo Roberto Penha, ressaltou que a tecnologia foi criada para o bem estar do cidadão, mas cada vez mais criminosos exploram essas tecnologias para causar danos e obter vantagens.

Ele reforçou que as empresas têm investido em segurança, testando novos sistemas. Porém, criminosos ainda seguem criando novas estratégias.

"Principalmente os bancos têm sistemas de segurança muito bons. No entanto, o que observamos é que a maioria dos golpes tem como fragilidade principal o fator humano, por exemplo repassando informações ou tomando atitudes que facilitam a aplicação de golpes."

### OPINIÕES



**“Investir em segurança virtual e na diminuição da vulnerabilidade digital é questão de vida ou morte para as instituições”**

Emir Pinho, especialista em Segurança



**“Criminosos têm explorado cada vez mais a tecnologia para obter vantagens e causar danos”**

Paulo Roberto Penha, consultor de cybersecurity (segurança virtual)

## Medidas para reduzir ação de golpistas



DADOS DE CLIENTES de bancos podem parar nas mãos de bandidos

Questionados sobre a vulnerabilidade para cometimento de fraudes e golpes, as instituições e órgãos disseram que adotam medidas que ajudam a coibir crimes, além de outras ações.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo, informou que colabora com as investigações sempre que há alguma suspeita de fraude.

O INSS disse ainda que as apurações são conduzidas pela Polícia Federal e, quando é constatado o envolvimento de algum servidor, instaura-se um Processo Administrativo Disciplinar, que pode levar à demissão.

O Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil) garantiu que as prestadoras de serviço de telefonia móvel possuem políticas e diretrizes internas voltadas à área de segurança da informação e antifraude, visando sempre à proteção dos da-

dos de seus clientes.

Destacou ainda que as operadoras não têm responsabilidade legal ou ingerência sobre conteúdos e transações feitos em aplicativos.

Já a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) não se manifestou sobre as políticas de segurança adotadas pelas instituições financeiras até o fechamento desta edição.

### LEI

Entre as medidas tomadas para proteger dados de consumidores está a nova Lei Geral de Proteção de Dados, que entra em vigor em agosto de 2020.

Com ela, a relação entre clientes, empresas e informações pessoais sofrerá mudanças, com multas pesadas para quem violar as regras.

Entre outros pontos, a lei determina que a coleta de dados só pode ser feita com autorização da pessoa e, em caso de vazamento, todos devem ser informados.

# Estado tem 922 pessoas na fila para adotar crianças

Número de solteiros que querem ser pais cresceu no Estado, segundo o Tribunal de Justiça. É preciso ter mais de 18 anos

Lorrany Martins

A palavra adotar vem do latim "adoptare" que significa escolher, dar o seu nome a, optar, desejar, palavras que podem resumir bem as 922 pessoas do Estado que estão na fila de espera para adotar uma criança.

Do ponto de vista jurídico, segundo o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), a adoção é um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituída. Mas o que essas pessoas querem mesmo é se tornarem pais.

De acordo com assistente social da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), Luciana Lacerda, o perfil desses futuros pais é variado, mas tem crescido o número de pessoas solteiras entrando no cadastro de adoção.

"As pessoas estão falando muito mais sobre a adoção. Percebemos também que tem aumentado o número de pessoas que se habilitam sozinhas em adotar uma criança."

Luciana disse que hoje há 147 crianças no Estado disponíveis para a adoção. "Sempre digo que é uma conta que não fecha, o número de pessoas esperando é maior do que o número de crianças disponíveis. Mas isso é por causa do perfil que esses futuros pais querem".

A procura maior é por crianças de 0 a 2 anos. Mas, as crianças de 0 a 9 anos são 23,1% das que podem ser adotadas, segundo ela. "Nesse número, ainda há aqueles que têm algum tipo de deficiência ou grupo de irmãos, o que dificulta ainda mais".

O programa Esperando por Você, do TJ-ES, ajuda com que esses pretendentes mudem o perfil para crianças mais velhas. "O programa tem o objetivo de criar um laço de empatia entre os futuros pais e os adolescentes com mais de 12 anos".

Segundo a advogada Geovanna Lourenzini, quanto menos critérios os pais colocam para um possível filho, mais rápido é o processo de adoção. "Quando é muito rápido, que os pais não se opõem a idade ou outras características, o processo leva pelo menos 10 meses".

O advogado Flávio Fabiano destaca que sentença que decreta a adoção retira completamente os dados pessoais passados da criança, ou seja, pode alterar nome, sobrenome, pais e avós. "Para se habilitar para um processo de adoção é necessário, primeiro, amor e vontade de formar uma família, e na parte legal, ter 18 anos ou mais".

EMOÇÃO



## "É tanto amor que transborda da alma"

A enfermeira Elaine Bernardes Gazolli, 39, descobriu aos 33 anos que não poderia gerar um filho. Então, ela e o marido, o professor Anderson Gazolli Silva, 41, entraram na fila de adoção.

A espera foi de 5 anos, até que o

Davi, de 2 anos, chegou na família. "Recebi uma ligação da Vara da Infância e Juventude e agendei para ir conhecê-lo. Quando olhei para o Davi, foi tanta emoção que não consigo explicar. Um turbilhão de emoções. Você só sabe que tem tanto amor pa-

ra dar que transborda da alma e do coração", ressaltou Elaine.

Ela contou que mudou o perfil de preferência até encontrar Davi. "Queria uma criança até 8 meses no início, mas depois mudei para 2 anos, percebi que essa idade ainda é um bebê", disse.

SAIBA MAIS

## É preciso procurar uma vara da infância

Quem pode adotar?

> **HOMENS E MULHERES**, maiores de 18 anos e 16 anos mais velhos que o adotado.

> **É IMPORTANTE OFERECER** um ambiente familiar adequado, que será avaliado pela psicóloga e assistente social.

> **PESSOAS SOLTEIRAS**, viúvas ou divorciadas, mas estáveis condições socioeconômicas podem candidatar-se à adoção.

> **NÃO É NECESSÁRIO** ser casado. Se tiver união estável é preciso registro.

Primeiros passos

> **PROCURAR** a Vara da Infância e da Juventude mais próxima. Com cópia autenticada dos documentos pessoais, incluindo certidão de nascimento ou casamento.

> **O INTERESSADO** passa por entrevista, tem de apresentar documentos e fazer curso para a habilitação de adoção que tem carga horária de 12 horas.

> **DEPOIS**, o pretendente traça o perfil e entra na fila à espera de uma criança.

Processo de adoção

> **DEPOIS DE AVALIADO** por uma psicóloga e assistente social, é analisado a compatibilidade do perfil com as crianças disponíveis para a adoção.

> **O TEMPO** vai depender do perfil pretendido pela família. Quanto mais restrito e selecionadas as características, mais demorado fica.

> **QUANDO É ENCONTRADO** o perfil é pedido para o juiz o estágio de convivência, que dura em torno de 90 dias, onde a criança fica um tempo de adaptação com a família. Depois disso é feito o pedido de guarda temporária, com ajuda de um advogado, e depois a guarda definitiva.

Apoio psicológico

> **NO PROCESSO** de adoção, a criança e a família são acompanhados por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais para assegurar que todas as partes serão beneficiadas.

Fonte: Luciana Lacerda, assistente social da Ceja e advogados consultados



**BEBÊS:** no Estado há 922 pessoas querendo ser pais e 147 crianças à espera de um lar

OPINIÕES

BETO MORAIS - 24/04/2019



“Esperar por um filho é um processo necessário, seja gestacional ou por adoção. É uma preparação”

Thyse Espíndola, psicóloga

THIAGO COUTINHO - 28/03/2019



“Há muitas famílias procurando perfis que não são compatíveis com as crianças em espera”

Geovanna Lourenzini, advogada

## Mulheres podem entregar bebês à Justiça legalmente

Apesar de muitos desejarem um filho, por outro lado, há pessoas que não querem ou não podem criar aqueles que têm. Por isso, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) criou a "Entrega Voluntária".

"A Entrega Voluntária é quando a mulher manifesta de forma voluntária e espontânea o interesse de entregar seu recém-nascido para adoção, de forma legal. Pode ser durante a gestação ou depois do nascimento", explicou a assistente social da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), Luciana Lacerda.

Para isso, basta a mulher procurar a Vara da Infância e Juventude da cidade onde mora ou o conselho tutelar. A mulher recebe também acompanhamento psicológico.

De acordo com a psicóloga Thyse Espíndola, ainda existe muito tabu em torno da adoção, por isso, ainda há casos de crianças adotadas da forma "à brasileira", ou seja, sem passar por meios legais, o que é crime.

# Dia Nacional da Adoção: Mais de 130 crianças e adolescentes estão aptos para adoção no ES

*Raphael Schuller*

ADOÇÃO, CRIANÇAS, ESPERA, SIGA, **TJES**,  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, ESPERANDO POR VOCÊ,  
NA SERRA, FÓRUM,

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/15/TVTRIBUNASBT>  
*ES-12.16.59-12.22.43-1557939537.mp4*

# Mérito Jurisdicional

**HÉLIO DOREA**

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** concedeu o reconhecimento pela produtividade e boa gestão judicial ao Juiz de Direito, Romilton Alves Vieira Junior. Esta homenagem do nosso tribunal é intitulada "Mérito Jurisdicional Desembargador William Couto". Detalhe: o homenageado é membro da Igreja Cristã Maranata da Enseada, assim como foi o saudoso desembargador William Couto.

**Site:** <https://www.folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/05/15>

# No Mundo Judiciário

**HÉLIO DOREA**

O desembargador Sergio Gama, presidente do nosso Tribunal de Justiça, sempre atuante, esteve em Linhares para inaugurar ali o **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania**. Nesse encontro também participaram os desembargadores **Janete Vargas Simões**, Carlos Simões e o Juiz de Direito, Cassio Tristão Guedes.

**Site:** <https://www.folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/05/15>

# Maio das Mamães

**ANDREA PENA**

Mês de Maio, Mês de Maria, Mês das Mães. As comemorações continuam. Mais de 400 associados da **Associação dos Magistrados do Espírito Santo** e familiares participaram do almoço comemorativo no Ilha Bufett. O evento contou com a presença do ministro do **STJ**, Marco Aurélio Buzzi, que esteve no Estado para participar do II Fórum Regional Sudeste da ANPM, e aproveitou para passar o final de semana em Vitória. A desembargadora **Elisabeth Lordes** foi sorteada e ganhou um quadro de autoria da desembargadora **Janete Vargas Simões**. O cantor Nano Vianna embalou a tarde.

**Site:**

**<https://www.folhavoria.com.br/social/andreapena/2019/05/15>**

# 'Os juízes têm direito à liberdade de pensamento como qualquer cidadão'

Sob o título "Juízes menos cidadãos que os demais!", o artigo a seguir é de autoria de Edu Perez de Oliveira, juiz de direito do Tribunal de Justiça de Goiás, e José Herval Sampaio Júnior, presidente da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte e professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

\*\*\*

"O cidadão que se ergue, propugnando, contra o poder delirante, a liberdade extorquida, não representa uma vocação do seu egoísmo: exerce verdadeira magistratura. Os aduladores da opressão, os eunucos do cativo satisfeito arguirão de perturbadora a voz, que protesta. Mas a verdade é que ela trabalha pela pacificação, é que ela apostaliza a ordem, curando as chagas abertas pela força com o bálsamo da confiança na lei, apontando aos irritados, acima das violências administrativas e das violências populares, a onipotência imaterial da justiça."

RUY BARBOSA (Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro, DF Obras Completas de Rui Barbosa. V. 19, t. 3, 1892. p. 95)

A higidez da imagem das instituições justifica o sacrifício, em abstrato, da liberdade de expressão e pensamento dos juízes como cidadãos?

Em 4 de julho de 1776, na cidade de Filadélfia, os assim chamados Fundadores, representantes das treze colônias britânicas, firmaram a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, cindindo suas relações com a Grã-Bretanha.

De todo o texto, extrai-se essa famosa passagem:

Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, dentre os quais estão vida, liberdade e a busca da felicidade . (tradução livre e grifo nosso)

Não muito diferente é o trecho do Manifesto de 1º de Agosto de 1822, assinado pelo Imperador Dom Pedro I:

"Então as Províncias Meridionais do Brasil, coligando-se entre si, e tomando a atitude majestosa de um povo que reconhece entre seus direitos os da liberdade, e

da própria felicidade lançaram os olhos sobre mim, o filho do seu Rei, e seu amigo (.)".

A liberdade é um direito autoevidente, e um direito tão caro que muitos deram, e ainda dão, sua vida para garanti-la para si e para os outros.

Ao elaborar o texto, os Fundadores dos EUA baseavam-se não só no conhecimento jurídico da época, mas também no cristianismo e na filosofia grega antiga, notadamente nos estóicos.

Esse contato dos Fundadores com os estóicos estendeu-se para além de Cícero, sendo Epicteto, que fora um escravo, o favorito de Thomas Jefferson, redator da Declaração. Desse modo, o estoicismo foi um ponto importante para a redação da Declaração, assim como a visão antiga sobre o que era a escravidão (CONKLIN, 2015, p. 236).

Na antiguidade, a escravidão era um conceito distinto daquele do comércio escravagista europeu da época, resumindo-se, grosso modo, à antítese da liberdade. Para os gregos e romanos antigos um escravo não poderia viver uma vida virtuosa, faltando-lhe autonomia necessária para tanto.

É nesse sentido que os Fundadores empregavam essa visão clássica do que era a escravidão em contraposição à liberdade quando se opunham ao Império Britânico, decorrendo daí a inserção textual de que a tirania a que eram submetidos ameaçava os direitos inalienáveis do homem: a vida, primeira lei da natureza, a liberdade, tal qual inserta na visão dos antigos, que seria não só a oposição à escravidão, mas também à dominação pelo mais forte, e o direito à busca da felicidade.

Nesse contexto da filosofia antiga, a tirania se torna uma ameaça à busca pela felicidade, porque tal busca confunde-se com a busca pela virtude, e não é possível fazê-lo na condição de escravo ou oprimido, ou seja, sem autonomia. (CONKLIN, 2015, p. 236/237).

A história da humanidade, portanto, é a história da luta contra a tirania, a ditadura e o totalitarismo e pela vitória da liberdade: de viver, de amar, de ir e vir e também de pensar e dizer o que se pensa.

Ninguém pode ser feliz se não for livre.

Por isso, recebemos com espanto a notícia de que o **Conselho Nacional de Justiça**, por seu atual presidente, o Ministro Dias Toffoli, pretende regulamentar o uso das redes sociais pelos juízes, já tendo designado um grupo de trabalho. [1]

Nas palavras do Ministro:

"Nós, enquanto instituições, temos que ter nossos parâmetros de conduta. Isso não significa mordação, isso não significa censura, isso significa defesa das nossas carreiras, isso significa defesa das nossas instituições. Os juízes não podem ter desejo. O seu desejo é cumprir a Constituição e as leis".

A ideia é que esse grupo de trabalho deverá apresentar um relatório e propostas de uso de redes sociais pelos magistrados à Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.

Por mais que se tenha como nobre o possível escopo da parametrização presente no ato que criou o grupo, não se delimitou de modo muito claro e talvez isso ocorra porque quando se trata de limitar a liberdade expressão e pensamento, que não é absoluta, esta deva se fazer em cima de casos concretos, correndo-se o risco de não se conseguir em alguns casos, ficando realmente para a reparação.

Mas, para os juízes deve valer essa limitação prévia em razão de sua função judicante? E sua qualidade de cidadão, sempre deve ser olvidada? Para manter a independência funcional, vale tudo? [2]

Em suma, pretende-se limitar ainda mais a já limitada liberdade dos magistrados, cujos deveres estão regulados pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN, e são bastante claros.

As redes sociais são espaços para troca de ideias, um intercâmbio positivo que reduz distâncias e amplia o conhecimento humano. Não são tribunais, não são espaços estatais, mas privados e têm os limites próprios da cidadania e os juízes como qualquer cidadão estão a ela vinculados.

Recentemente já se falou do risco à liberdade de imprensa. [3] Agora o risco é maior, porque se trata de calar os juízes. Se ambos, imprensa e humoristas, ou quem quer que seja, tenha seu direito ameaçado, poderá recorrer ao Judiciário.

Mas se os próprios juízes não tiverem liberdade, não haverá onde se socorrer. É o pensamento de Rui Barbosa, ao asseverar que "[.] até onde forem as contingências da liberdade violada, até aí

forçosamente há de chegar a tutela jurídica dos tribunais." (Rio de Janeiro, DF, Obras Completas de Rui Barbosa. V. 19, t. 3, 1892. p. 171)

Como dito, já existe uma série de normas de conduta que devem ser seguidas pelos magistrados. Se a manifestação dos juízes as ferir, existe todo um procedimento administrativo hábil a sancioná-los, devendo ser instaurado, em cada caso concreto, o devido processo legal, punindo-se, ao final, se for o caso, e não a todos, como, mais uma vez, pode vir um ato, em abstrato, a tolher direito dos magistrados. [4]

O que parece, contudo, é que a liberdade de expressão dos magistrados tem incomodado. Não porque cometam ilícitos ou excessos, o que se dá em casos pontuais, mas porque a Magistratura concursada, que forma a base dessa pirâmide, (ainda) é respeitada nos milhares de municípios por onde se espalha. A opinião do juiz é ouvida e considerada por muitos.

Agora surge o risco potencial da censura, não bastasse a constante criação de novos deveres diários aos juízes em uma carreira que há muito deixou de ser atraente, inclusive na remuneração e carga de trabalho, vez que há opções melhores e menos cobradas.

Ser juiz é a segunda profissão mais estressante, perdendo apenas para médicos de UTI. [5]

Com essa vedação à livre expressão tem altas chances de chegar ao primeiro lugar, uma vez que sequer em seus momentos de interação social o magistrado poderá parar de ser magistrado.

Nunca desligar da toga é um castigo, não é defesa da carreira. É submeter o indivíduo a uma sensação de constante vigilância, de medo, de receio de ser arrestado a qualquer momento, como em um regime totalitário.

Já dizia Eduardo Couture, que "o dia em que o juiz tiver medo, nenhum cidadão dormirá tranquilo".

Medo é o que sentem os magistrados, vendo dia após dia ruir a Magistratura sob o peso inexorável da burocracia, das limitações administrativas e das ameaças, carregados e mal reconhecidos, como cavalos de Schilda. A insegurança impede qualquer estabilidade emocional.

Ora, para toda e qualquer conduta inadequada do magistrado, seja no mundo físico, seja nas redes sociais, já existe previsão de sanção e que ela ocorra sempre em concreto e nunca em abstrato.

Por exemplo, se ofende alguém, há os crimes contra a honra; se critica a decisão de um colega, há punibilidade na LOMAN, e se, de qualquer modo, age de forma parcial, os códigos preveem a arguição de suspeição para afastá-lo do processo.

Assim, por qualquer ângulo que se observe a norma que se pretende criar não é só desnecessária, também é perigosa à democracia, por suprimir um direito auto-evidente: a liberdade, e que nesse pequeno texto se busca defender a todo custo.

Invoca-se aqui a memória do magistrado Antônio Bento (1843-1898), transcrevendo trecho do relatório do chefe de polícia que foi investigar uma tentativa de assassinato ao juiz:

"Consultei particularmente as pessoas consideradas de ambas as parcialidades políticas; ouvi alguns dos desafeiçoados do juiz, e de todos tive a seguinte resposta:

- O Dr. Antonio Bento é honesto, é justiceiro, é bem intencionado, é isento de paixões políticas. Acrescentavam alguns: - mas imprudente, e arrebatado. Na verdade ele não tem a prudência e moderação que se deve desejar; diz o que pensa e o que sente, com franqueza um tanto rude; revolta-se contra os abusos, e ataca-os de frente; quer enfim reformar em um dia o mal de muitos anos; estes defeitos, em parte devidos a sua inexperiência de moço: hão de desaparecer ou minorar, e com a prática há de ele reconhecer que a energia não é incompatível com a prudência, e que os males crônicos demandam tempo para o curativo.

O Dr. Antonio Bento tem alguns desafeiçoados, entre eles há quem procure a todo transe desconceituá-lo e expô-lo ao ódio público, mas tem também grande número de sustentadores, entre os quais constam-se pessoas muito distintas por seu critério e bem merecida influência local" (AZEVEDO, 2007).

Antônio Bento tinha alguns "péssimos" hábitos, como o de aplicar a lei a todos, inclusive aos poderosos da época, de dizer o que pensava e, horror dos horrores, ser defensor da causa abolicionista, pois vigia ainda o regime de escravidão no Brasil. Era odiado pelo coronelismo e pelos poderosos, assim como pelos donos de escravos.

Em razão de sua atuação em favor dos escravos enquanto juiz, como ao indicar companheiros abolicionistas para estipular preços de alforria, e por sua posição "polêmica", se indispôs contra o poder político e econômico e perdeu o cargo em 1877, vindo a fundar o Movimento dos Caifazes, responsável pela libertação e encaminhamento para quilombos de

inúmeros seres humanos escravizados, alguns, inclusive, recepcionados em sua própria casa.

A perseguição encetada contra Antônio Bento, portanto, não só de nada adiantou como acelerou o processo de abolição. Fosse ele um mero repetidor da lei sem desejos, e não um intérprete crítico, haveria muito mais sofrimento no mundo.

Daí, inclusive, a importância do texto constitucional que prevê a vitaliciedade do juiz, para que não seja alvo de perseguições dessa natureza ao aplicar a lei contra os que se acham acima dela.

Ora, se o juiz deve ser imparcial não só nos processos, mas também nas redes sociais, não dista o dia em que não poderá mais torcer por um time de futebol, ou será vedado de professar sua religião, afinal, não pode ter desejos, não pode ter liberdade: deve ser uma máquina de repetir precedentes. As distinções de atuação do juiz e do cidadão que também é juiz tem que ser evidentes e quando expostas com clarezas e nos limites legais já existentes, são mais que suficientes.

Enquanto se demanda que os juízes façam parte de sua comunidade, afinal, a Constituição exige que morem na comarca, que conheçam o mundo onde vivem, contraditoriamente esses mesmos magistrados são ameaçados de punição por conviverem com outros seres humanos em redes sociais.

Nem a um criminoso convicto se nega acesso à sociedade, à vida política natural do ser humano. Lembremos: não é possível ser feliz sem ser livre.

As críticas fazem parte da vida social e são essenciais a qualquer regime democrático. Somente regimes totalitários ou ditatoriais cassaram a liberdade de expressão.

Já dizia Ruy Barboza, o Águia de Haia:

"Há perigos e males na liberdade, mas a sua compensação é infinitamente superior às efêmeras e aparentes vantagens da compressão, qualquer que seja o tom paternal da sua brandura, e o tino dos seus agentes." (Obras Completas de Rui Barbosa. V. 10, t. 2, 1883. p. 16)

Qualquer alternativa à liberdade será sempre muito pior.

Normas já existem para sancionar qualquer excesso. Partir do pressuposto, como tem ocorrido, de que o magistrado está sempre errado e deve cada vez mais ser isolado, castrado, suprimido, como um eunuco moral e espiritual, é um risco à República, e os mais

afetados com isso serão os brasileiros, que poderão contar apenas com uma Justiça insípida, eco de embolorados livros que seguiram na contramão da história e em nada se relacionam com a realidade.

O ministro Dias Toffoli é republicano. Conhece o valor da democracia e da força das instituições, notadamente do Judiciário e de sua independência para valorar como se deve o respeito à liberdade, logo, mesmo tendo a missão de lutar para preservar a imagem das instituições, em especial as da Justiça, assegurará, aos magistrados, o seu patente direito à liberdade de pensamento, não absoluto, contudo, não menor do que de qualquer outro cidadão!

\*\*\*

[ 1 ]  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/07/toffoli-defende-parametros-de-conduta-para-manifestacoes-de-juizes-nas-redes-sociais.ghtml>

[ 2 ]  
<http://www.novoeleitoral.com/index.php/artigos/hervalsampaio/915-ser-juiz-nao-retira-cidadania-direito-de-posicionar-em-abstrato-temas-sociais>

<http://www.novoeleitoral.com/index.php/artigos/hervalsampaio/1193-os-magistrados-nao-sao-subcidadaos-mesmo-com-as-limitacoes>

[3] <https://www.mementomori.blog.br/blog/livre-imprensa-democracia-e-justica>) e de expressão dos humoristas

<https://www.mementomori.blog.br/blog/quando-ate-os-palhacos-forem-calados>

[ 4 ]  
<http://www.novoeleitoral.com/index.php/artigos/hervalsampaio/1162-que-se-puna-um-a-um-e-nao-a-todos>

[ 5 ]  
<http://www.amc.org.br/novo/2019/04/07/especialista-aponta-a-profissao-do-juiz-como-a-segunda-mais-estressante/>

-----

#### BIBLIOGRAFIA :

Alunos online. Caifazes e a luta pela abolição no Império. <https://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/caifazes-luta-pela-abolicao-no-imperio.html>. Acesso em 8.5.2019, às 23h52

AZEVEDO, Elciene. Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da

política. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 123-143, 2007

Câmara Federal. Proclamação de 1º de Agosto. [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/procla\\_sn/anterior/esa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/anterior/esa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html), acesso em 8.5.2019, às 20h12

CONKLIN, Carli N. Origins of the Pursuit of Happiness, 7 Wash. U. Jur. Rev. PP. 195-262 (2015). Available at: [http://openscholarship.wustl.edu/law\\_jurisprudence/vol7/iss2/6](http://openscholarship.wustl.edu/law_jurisprudence/vol7/iss2/6)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 2.04.2019, 20h

Encyclopaedia Britannica <https://www.britannica.com/topic/Declaration-of-Independence#ref338515> acesso em 8.05.2019, às 20h.

SENECA, Lucius Annaeus. Moral letters to Lucilius. Letter 71: On the supreme good. [https://en.wikisource.org/wiki/Moral\\_letters\\_to\\_Lucilius/Letter\\_71](https://en.wikisource.org/wiki/Moral_letters_to_Lucilius/Letter_71). Acesso em 08.05.2019, às 20h35.

**Site:** <https://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/?p=43666>